



Relatório de Gestão UFS 2018



RELATÓRIO DE GESTÃO

UFS 2018



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

Vice-Reitora

Prof^a. Dr^a. Iara Maria Campelo Lima

Chefe de Gabinete do Reitor

Prof. MsC. Marcionilo de Melo Lopes Neto

Pró-Reitor de Planejamento

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Administração

Adm. Abel Smith Menezes

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Dr. Mario Adriano dos Santos

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof^a. Dr^a. Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Júnior

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Dilton Candido Santos Maynard

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Prof^a. M^a. Ednalva Freire Caetano

Superintendente de Infraestrutura

Prof. Dr. Antônio Américo Cardoso Junior

Diretora do Hospital Universitário

Prof^a. Dr^a. Ângela Maria da Silva

Procurador Federal

Bel. Paulo Celso Rego Léo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

CONFORME PORTARIA Nº 145-GR DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Equipe técnica

Kleber Fernandes de Oliveira (Coordenador) – COPAC/PROPLAN
Rosalvo Ferreira Santos – PROPLAN
Geovânia Moura – COPRO/PROPLAN
Alaíde Hermínia Aguiar Oliveira – PROEXT
Guidionaldo Pinto Lírio Junior – CECA/PROEXT
Mario Adriano dos Santos – PROEST
Carlos Roberto Rodrigues Santos – PROEST
Gustavo Dier – ASTEC/PROGRAD
Roberto Wagner Xavier Souza – PROGEP
Abel Smith Menezes – PROAD
Adriana de Lima – DIFIN/PROAD
Lucindo José Quintans Junior – POSGRAP
Liliane Santos Araújo – POSGRAP
Andrés Ignacio Martinez Menéndez– NTI

CONFORME PORTARIA Nº 017-GR DE 28 DE JANEIRO DE 2019

Operadores do Sistema E-Contas

Apresentador de contas com poder de delegação

Rosalvo Ferreira Santos – Pró-reitor de Planejamento
Kleber Fernandes de Oliveira – Coordenador de Planejamento e Avaliação Acadêmica
Adriana de Lima – Pró-reitoria de Administração

Apresentador de contas

Marcel Felipe Gomes Resende - Pró-reitoria de Administração

Sumário

PALAVRA DO REITOR.....	7
1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	10
1.2 Organograma com a estrutura organizacional.....	11
1.3 Ambiente externo	17
1.4 Modelo de negócios.....	19
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	24
2.1 Atuação da audint	26
2.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos	27
2.3 Medidas administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário	27
2.4 Canais de comunicação com a sociedade	28
3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	29
3.1 Qualidade e desempenho acadêmico.....	31
3.1.1 Desempenho acadêmico.....	31
3.1.2 Organização didático-pedagógica	35
3.1.3 Assistência estudantil.....	37
3.1.4 Ensino, pesquisa e extensão	43
3.1.5 Mercado de trabalho.....	46
3.2 Infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão.....	48
3.2.1 Infraestrutura de laboratórios e salas de aula	48
3.2.2 Acervo bibliográfico	50
3.2.3 Governança de Tecnologia da Informação	52
3.3 Relação com a comunidade acadêmica e com a sociedade	54
3.3.1 Observatórios sociais	54
3.3.2 Carta de serviços ao cidadão.....	56
4 – RESULTADOS DA GESTÃO.....	58
4.1 A UFS e o índice Geral de Cursos.....	59
4.2 Evolução das componentes do IGC.....	60
4.3 Desempenho e conceito preliminar de curso (CPC).....	62
4.4 Campus Prof. Alberto Carvalho (Campus de Itabaiana).....	66
4.4.1 Desempenho dos estudantes.....	66
4.4.2 Corpo docente.....	66
4.4.3 Percepção do processo formativo.....	67

4.4.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	67
4.5 Campus de Laranjeiras (Curso de Arquitetura e Urbanismo)	68
4.5.1 Desempenho dos estudantes.....	68
4.5.2 Corpo docente.....	68
4.5.3 Percepção do processo formativo.....	69
4.5.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	69
4.6 Campus de São Cristóvão.....	69
4.6.1 Desempenho dos estudantes.....	69
4.6.2 Corpo docente.....	70
4.6.3 Percepção do processo formativo.....	70
4.6.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC).....	71
4.7 O desempenho acadêmico e as cotas	71
4.7.1 O desempenho segundo média de curso (MC) por cota	72
4.8 O desempenho acadêmico e a escola de egresso.....	75
4.9 Resultados da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - Posgrap.....	77
4.9.1 Coordenação de Pós-graduação - COPGD.....	77
4.9.2 Coordenação de Pesquisa - COPES.....	81
4.9.2.1 Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFS (Projetos de Pesquisas e Planos de trabalhos; Aporte de cotas remuneradas e voluntárias)	81
4.9.3 Coordenação de inovação e transferência de tecnologia (CINTEC).....	83
4.9.4 Coordenação de relações internacionais	85
4.10 Resultados da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - Proest.....	86
4.10.1 Previsão e execução da meta física para o exercício 2018 na assistência estudantil	87
4.10.2 Outros programas e iniciativas vinculadas a assistência estudantil	89
4.10.3 Considerações sobre o desempenho no exercício 2018.....	90
4.10.4 Resumo dos resultados obtidos frente à meta física e execução orçamentária	91
4.11 Resultados da Pró-reitoria de Extensão - Proext	92
5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	94
5.1 Gestão de pessoas.....	94
5.2 Gestão orçamentária e financeira.....	96
6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	100
6.1 Declaração do contador	101
6.2 Balanço Patrimonial	103
6.3 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	104

6.4 Balanço Orçamentário.....	105
6.5 Balanço Financeiro	106
6.6 Demonstrações de fluxos de caixa	107
6.7 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis	108
6.7.1 Resumo dos principais critérios	108
6.7.2 Principais mudanças de práticas contábeis.....	110
6.7.3 Mudanças de estrutura administrativa	111
6.7.4 Balanço orçamentário	111
6.8 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis	113
6.8.1 Resumo dos principais critérios	114
6.8.2 Principais mudanças de práticas contábeis.....	116
6.8.3 Mudança de estrutura administrativa	116
6.8.4 Balanço patrimonial	116
6.8.5 Passivo e Patrimônio Líquido	118
6.8.6 Passivo Circulante.....	118
6.8.7 Passivo Não Circulante	119
6.8.8 Patrimônio Líquido	119
6.9 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis	120
6.9.1 Resumo dos principais critérios	120
6.9.2 Principais mudanças práticas contábeis.....	123
6.9.3 Mudanças de estrutura administrativa	123
6.9.4 Demonstração dos fluxos de caixa	123
6.9.5 Atividades das Operações	123
6.9.6 Atividades de Investimentos	125
6.9.7 Atividades de Financiamento	125
6.10 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis	125
6.10.1 Resumo dos principais critérios	126
6.10.2 Principais mudanças de práticas contábeis.....	128
6.10.3 Mudança de estrutura administrativa	129
6.10.4 Demonstração das variações patrimoniais	129
6.10.5 Variações Patrimoniais Aumentativas.....	129
6.10.6 Variações Patrimoniais Diminutivas.....	129

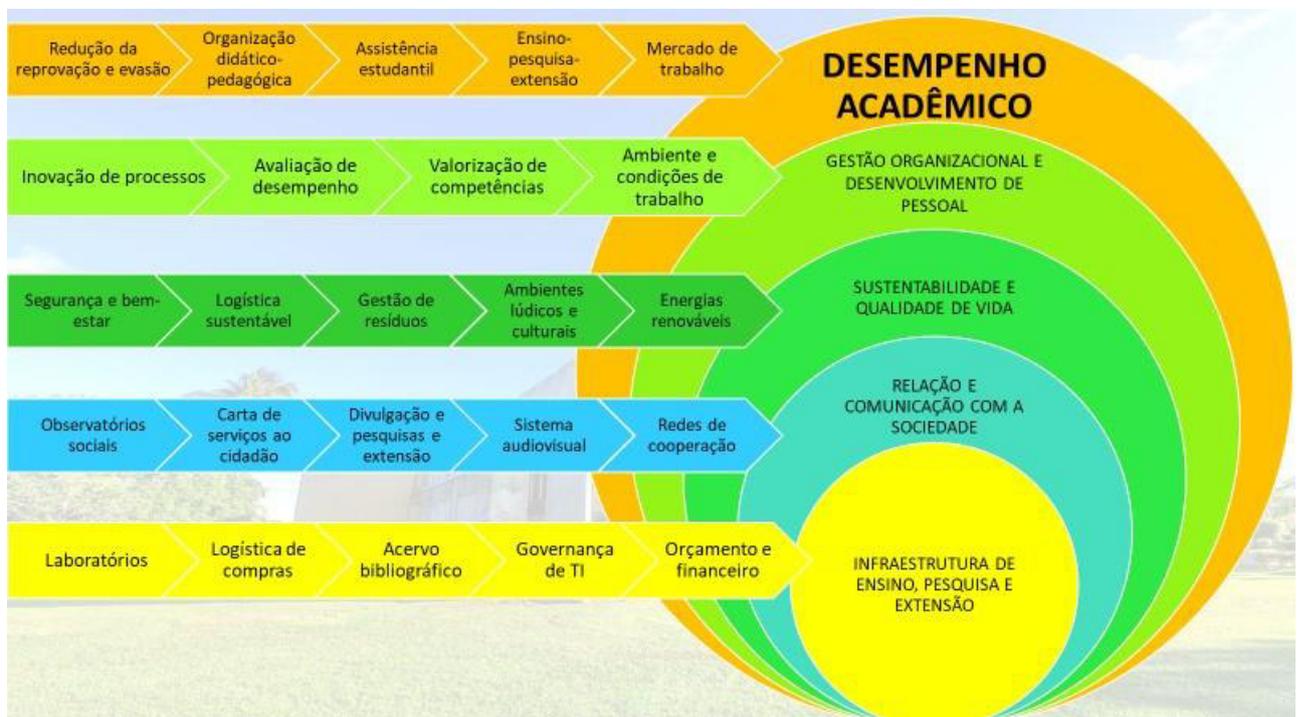
PALAVRA DO REITOR

A missão institucional da UFS é: “Contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável”. Baseada na crença de servir à formação intelectual e cidadã, busca em cada ação valorizar a excelência no serviço público para a construção de uma Universidade democrática, comprometida com a formação científica, cultural e com o desenvolvimento social e econômico do estado de Sergipe.

A Universidade Federal de Sergipe é a única universidade pública do estado. Conhecidora de sua função social, tem como objetivos estratégicos a formação de profissionais, bem como a produção, difusão e conservação de conhecimentos em favor da democracia e da melhoria das condições de vida da população.

O desempenho acadêmico é a dimensão que norteia as ações e prioridades da Gestão da UFS. Para este fim, estão mobilizadas todas as instâncias organizacionais e suas respectivas áreas de apoio para o atendimento das prioridades definidas pela comunidade acadêmica no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020.

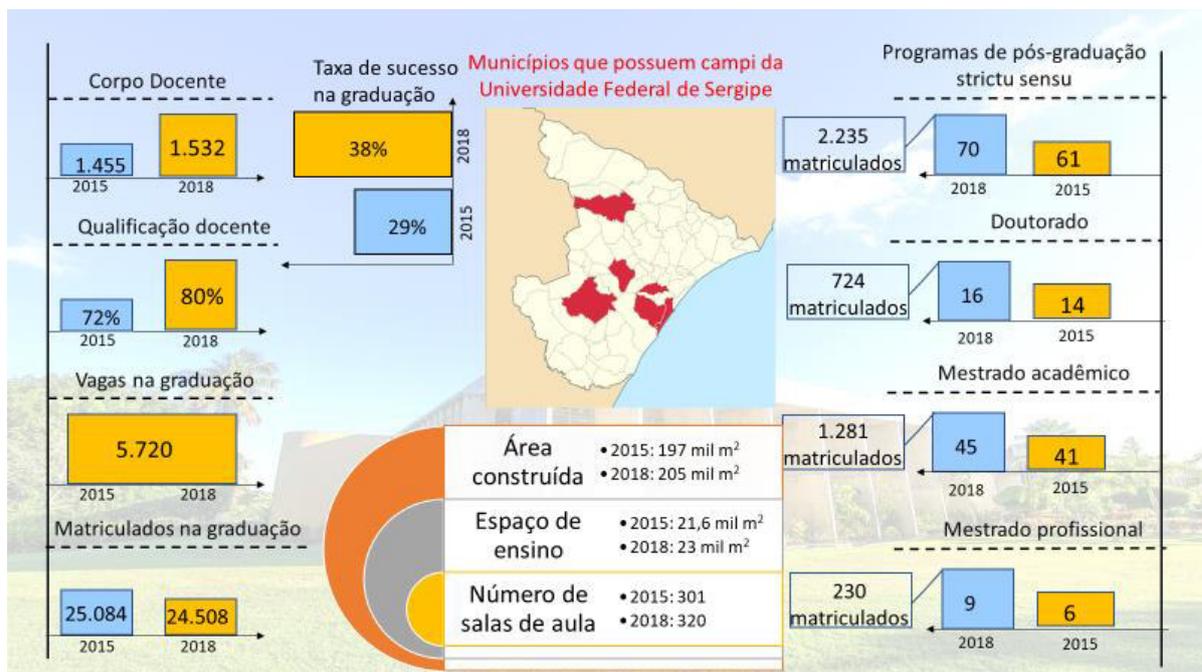
Figura 1 – Prioridades da Gestão da UFS



O marco decisório do PDI 2016-2020 foi construído a partir da constatação de que a fase de intenso processo de expansão e interiorização da UFS daria lugar a um período de grandes desafios tanto no âmbito estrutural quanto didático-pedagógico. De fato, o aumento do número de cursos de graduação, de programas de pós-graduação demanda cada vez mais estruturas físicas e recursos humanos. Apesar do quadro de restrição orçamentária que atinge a todas as instituições de ensino federal do país, a UFS continua ampliando suas fronteiras, exemplo disto, é o início de execução da obra de infraestrutura do Campus do Sertão.

A qualificação docente é, sem dúvida, um diferencial para a melhoria dos indicadores de desempenho acadêmico nos cursos de graduação e, principalmente, na melhoria dos programas de mestrado e doutorado. A UFS deve atingir nos próximos anos a marca de 100% de professores com doutorado, o que permitirá o alargamento das atividades de pesquisa e extensão, mediante sistemática e profunda integração com as atividades de ensino com vistas a obter taxas de sucesso na graduação compatíveis com os investimento e recursos públicos aplicados. Essa equação tem componentes exógenos ao ambiente universitário, dada a profunda desigualdade social existente no país e, notadamente, na região Nordeste. Entretanto, o desafio de ampliar o número de egressos é parte indissociável da missão institucional.

Figura 2 – Principais resultados da Gestão da UFS



O desafio de superar as desigualdades históricas pela Educação não é trivial e requer compromisso institucional e responsabilidade dos gestores públicos nos seus diferentes níveis. A Universidade é parte de um sistema educacional que tem desafios a superar. O acesso ao ensino público de qualidade é, certamente, a forma mais democrática e legítima de superação das desigualdades sociais e econômicas.

Os resultados aqui apresentados à comunidade acadêmica e à sociedade civil são uma demonstração inequívoca que a Universidade Federal de Sergipe trilha caminhos sólidos, cujo *constructo* envolve o empenho de docentes, técnicos administrativos, alunos e servidores terceirizados, destacando-se no cenário regional, nacional e internacional como uma universidade de referência no campo do ensino, da pesquisa e da extensão. É, sem sombra de dúvidas, a mais importante Instituição de Educação do Estado de Sergipe. A UFS é uma conquista e um legado do povo brasileiro, nordestino e sergipano!



Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

Reitor da UFS



1 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

A Universidade Federal de Sergipe, oficialmente instalada em 15 de maio de 1968, está registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 13.031.547/0001-04, situada a Avenida Marechal Rondon, s/n, São Cristóvão (SE).

- Códigos contábeis
 - Unidade Orçamentária: 26281
 - Unidade de Gestão: 154.050
 - Gestão: 15267
- Campus São Cristóvão
 - Cidade Univ. Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, s/n, Jd. Rosa Elze São Cristóvão/SE CEP 49100-000 Contato +55 79 3194-6600
- Campus Aracaju
 - Campus Prof. João Cardoso Nascimento Rua Cláudio Batista, s/n, Cidade Nova Aracaju/SE CEP 49060-108 Contato +55 79 2105-1700
- Campus Itabaiana
- Campus Prof. Alberto Carvalho Av. Vereador Olímpio Grande, s/n Itabaiana/SE CEP 49506-036 Contato +55 79 3432-8200
- Campus Laranjeiras
 - Praça Samuel de Oliveira, s/n, Centro Laranjeiras/SE CEP 49170-000 Contato +55 79 3281-2939

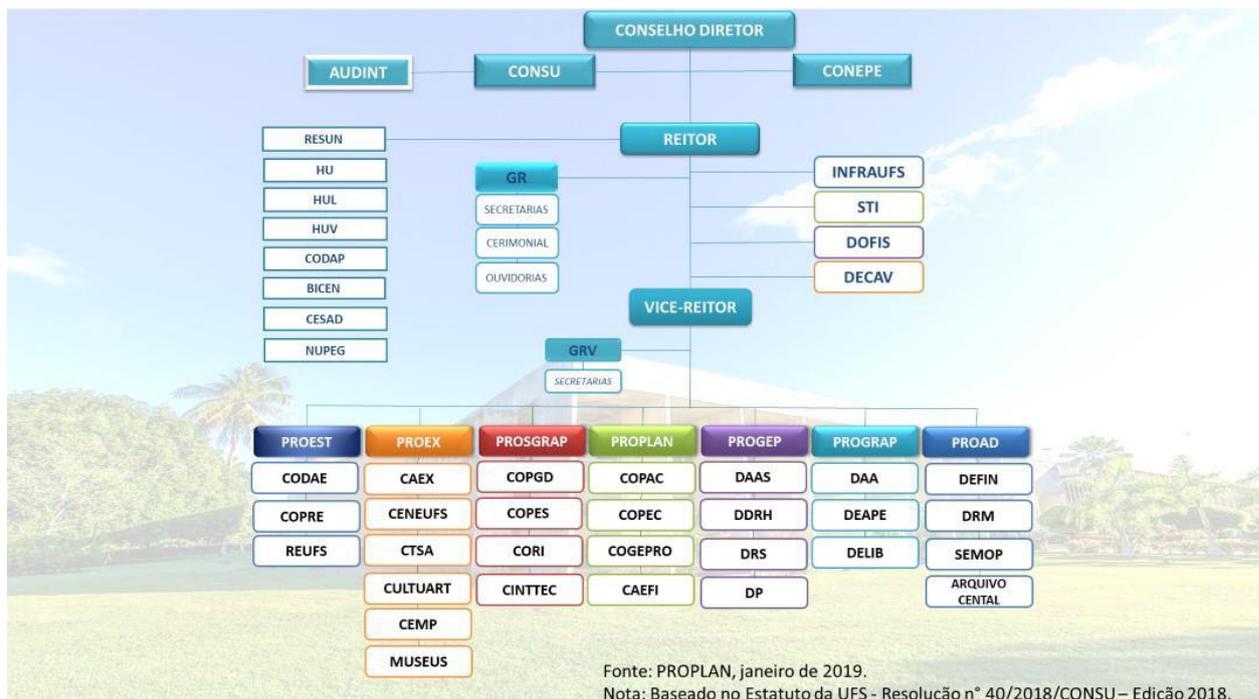
- Campus Lagarto
 - Campus Prof. Antônio Garcia Filho Av. Governador Marcelo Déda, 13, Centro Lagarto/SE CEP 49400-000 Contato +55 79 3632-2072
- Campus Nossa Senhora da Glória
 - Campus do Sertão Rodovia Engenheiro Jorge Neto, km 3, Silos Nossa Senhora da Glória/SE CEP 49680-000 Contato +55 79 98107-7646

No formato de Educação à Distância são oferecidas outras 2.600 vagas em cursos situados em 15 polos do estado: Arauá, Areia Branca, Brejo Grande, Estância, Japarutuba, Laranjeiras, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão.

1.2 Organograma com a estrutura organizacional

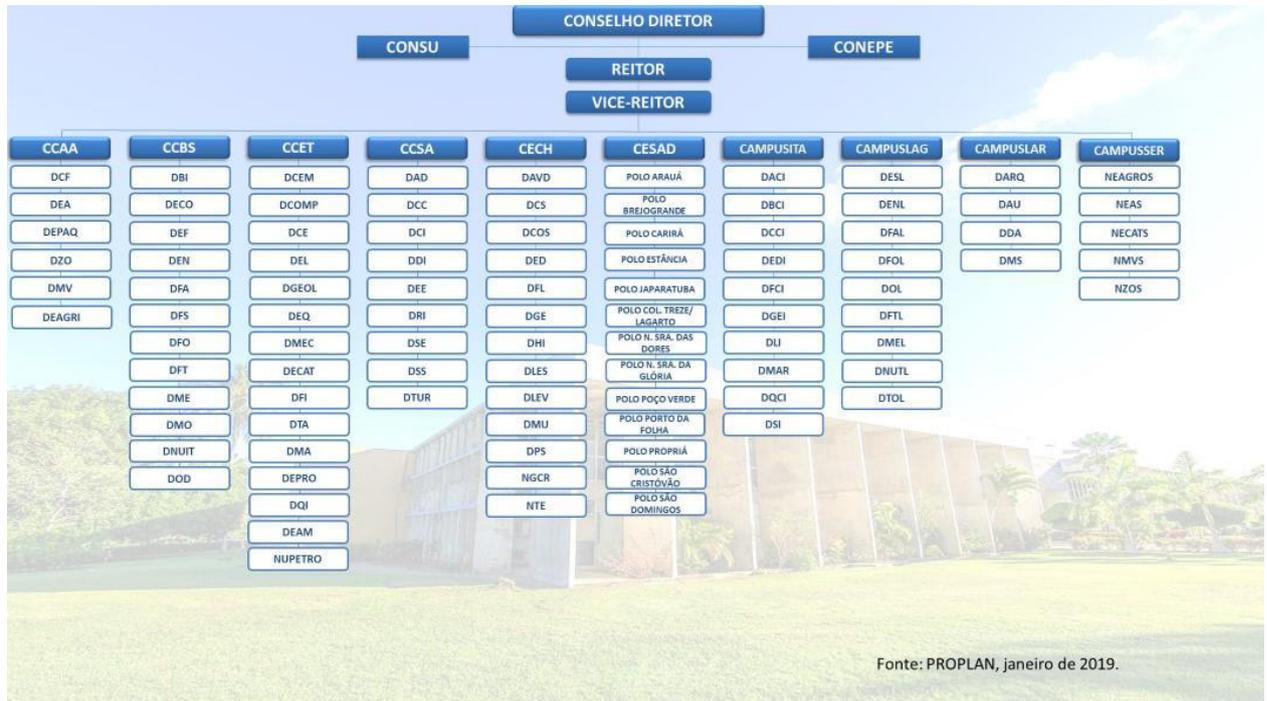
O Decreto Lei nº 269/1967 estabelece que a administração da UFS seja realizada por meio de um Conselho Diretor, sendo este o órgão máximo da Instituição, tendo por finalidade a execução da administração e a superintendência das atividades financeiras da Instituição. Organicamente a UFS é constituída pelos seguintes subsistemas interdependentes: Subsistema de Administração Geral e Subsistema de Administração Acadêmica (BRASIL, 2014, p. 9).

Figura 3 – Organograma da UFS



O subsistema da Administração Acadêmica é composto pelos órgãos voltados às atividades acadêmicas, ensino, pesquisa e extensão, nomeadamente os Conselhos Acadêmicos, os Centros e Departamento e os Órgãos Suplementares direção geral da Universidade e à implementação dos meios necessários a consecução de seus objetivos, sendo estes os Conselhos Superiores e a Reitoria.

Figura 4 – Subsistema da administração acadêmica da UFS



Gestão da UFS



Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli, Reitor

Missão Institucional: Promover a governança da Instituição de forma coordenada com as demais instâncias sob a égide da responsabilidade, transparência pública e otimização dos recursos.



Profª. Drª. Iara Maria Campêlo de Lima, Vice-reitora

Missão Institucional: Auxiliar no gerenciamento institucional, zelando pela organicidade, valorizando as competências e identificando potenciais de desenvolvimento universitário.



Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos, Pró-reitor de Planejamento

Missão Institucional: Coordenação do planejamento institucional da Universidade. É composto pelas subunidades: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica (COPAC); Coordenação de Programação Orçamentária (COPRO); Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT); Coordenação de Programas, Projetos e Convênios (COPEC), responsável também pela gestão de contratos; Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Adm. Abel Smith Menezes, Pró-reitor de Administração

Missão Institucional: Coordenar o planejamento, supervisão e execução das atividades de administração, recursos financeiros e materiais da Universidade. É composto pelas subunidades: Serviço Geral de Comunicação e Arquivo (SECOM); Arquivo Central (ARQUIVO); Departamento de Recursos Materiais (DRM); Departamento de Recursos Financeiros (DEFIN); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Mario Adriano dos Santos, Pró-reitor de Assuntos Estudantis

Missão Institucional: Coordenar o planejamento, supervisão de assistência e de integração dos discentes às atividades universitárias, bem como a complementação do desenvolvimento físico, cultural e recreativo dos integrantes do Corpo Discente da Universidade. É composto pelas subunidades: Coordenação de Assistência e Integração do Estudante (CODAE); Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas (COPRE); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Profª. Drª. Alaíde Hermínia de Aguiar Oliveira, Pró-reitora de Extensão

Missão Institucional: Unidade encarregada do planejamento, coordenação e supervisão das atividades de extensão acadêmica, através das subunidades: Coordenação de Atividades de Extensão (CECAC); Coordenação de Cultura e Arte (CCART); Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais (CTSA); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Dilton Cândido Santos Maynard, Pró-reitor de Graduação

Missão Institucional: Órgão encarregado do planejamento, coordenação, supervisão e integração das atividades de pesquisa e didático-científicas relacionadas com o ensino da pós-graduação. É composto pelas subunidades: Departamento de Administração Acadêmica (DAA); Departamento de Apoio Didático Pedagógico (DEAPE); Departamento das Licenciaturas e Bacharelados (DELIB); Secretaria de Apoio Administrativo; Secretaria de Atividades das Didáticas; Assessoria Técnica e das respectivas subunidades.



Prof. Dr. Lucindo J. Quintans Junior, Pró-reitor de Pós-graduação

Missão Institucional: Unidade voltada ao planejamento, coordenação, supervisão e integração das atividades de pesquisa e das didático-científicas relacionadas com o ensino da Pós-Graduação lato-sensu e stricto-sensu presenciais. É composto pelas subunidades: Coordenação de Pós-Graduação (COPGD); Coordenação de Pesquisa (COPEs); Coordenação de Relações Internacionais (CORI); Coordenação de Inovação e Transferência de Tecnologia (CINTTEC); Secretaria de Apoio Administrativo; Setor de Atendimento; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Ednalva Freire Caetano, Pró-reitora de Gestão de Pessoa

Missão Institucional órgão responsável pelo planejamento, desenvolvimento, recrutamento, seleção e controle de pessoal. É composto pelas subunidades: Departamento de Pessoal (DP); Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (DDRH); Departamento de Assistência ao Servidor (DAAS); Departamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal (DRS); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.



Profª. Drª. Ângela Maria da Silva, Superintendente do Hospital Universitário

Missão Institucional: Garantir educação e saúde por meio da oferta de serviços médico-hospitalares de referência e contrarreferência no âmbito do Sistema Único de Saúde.



Prof. Dr. Gilson Rambelli, Diretor do Campus de Laranjeiras

Missão Institucional: Promover a formação superior na área de Arqueologia, Museologia, Arquitetura e Urbanismo, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes, Diretor do Campus de Itabaiana

Missão Institucional: Promover a formação superior na área das licenciaturas e bacharelados, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Profa. Dra. Adriana Andrade Carvalho, Diretor do Campus de Lagarto

Missão Institucional: Promover a formação superior na área da saúde, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.



Prof. Dr. Jodnes Sobreira Vieira, Diretor do Campus do Sertão

Missão Institucional: Promover a formação superior na área das Ciências Agrárias, levando o conhecimento para áreas fora do Campus Sede e induzir o desenvolvimento social e municipal.

Superintendência de Infraestrutura (INFRAUFS) - órgão responsável pela administração dos Campi Universitários. É composto pelas subunidades: Departamento de Serviços Gerais (DSG); Departamento de Obras e Fiscalização (DOFIS); Departamento de Manutenção (DEMAN); Secretaria de Apoio Administrativo; Assessoria Técnica e as divisões das respectivas subunidades.

1.3 Ambiente externo

No âmbito das políticas públicas parece ser consensual que a educação constitui o principal caminho para o desenvolvimento e deve ser entendida como um instrumento essencial para emancipação da pobreza e redução da desigualdade (OIT, 2005).

As regiões brasileiras apresentam diferentes estágios de desenvolvimento socioeconômico, sendo o Nordeste a área historicamente conhecida pela cristalizada estrutura social (Andrade, 1964), a incapacidade de combater os efeitos periódicos da seca (Coelho, 1979) e o uso da miséria como instrumento de manutenção no poder político (Leal, 2009).

Tais fatores tornam precário o ambiente em que a educação se desenvolve. Fragilidades educacionais estruturais desfecham na formação também precária de educadores, principalmente daqueles que atuam em áreas interioranas ou mais afastadas das capitais. A gestão escolar em grande parte é feita de forma amadora, contando mais com o empenho dos docentes e gestores escolares que propriamente orientação teórica e metodológica. Assim o ciclo degradante da educação se reforça.

A composição educacional de Sergipe mantém-se quase inalterada àquela verificada em 1960. Segundo Sanches-Paramo e Schady (2003) é possível identificar fases do desenvolvimento educacional conforme padrões, conforme descritos a seguir. Ressalte-se que as figuras 1 a 5 consideram o nível educacional mais elevado obtido pelo adulto:

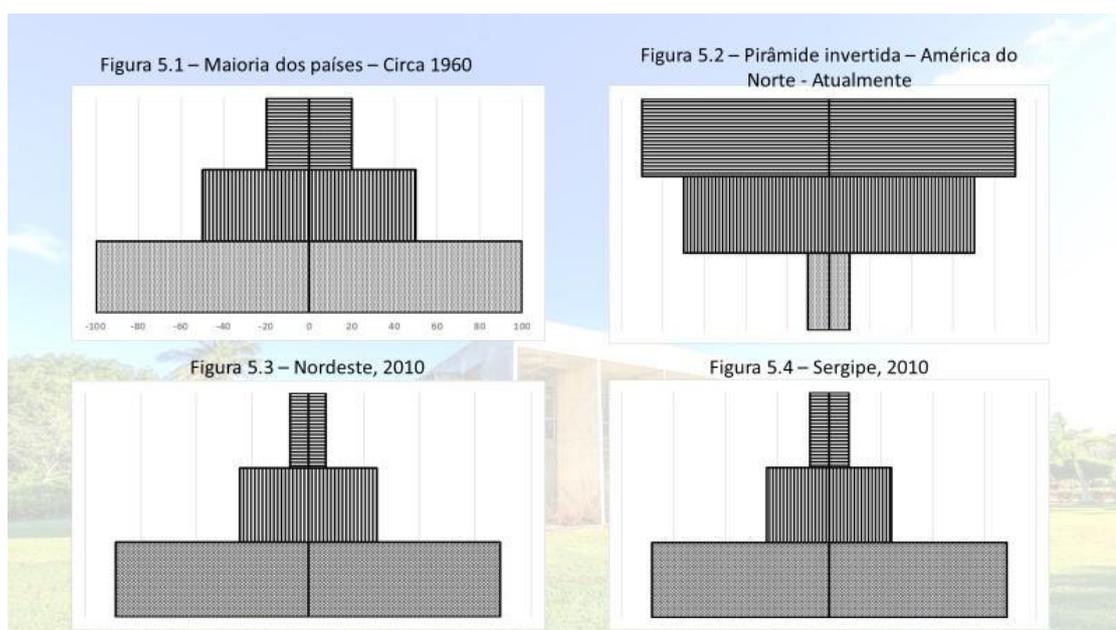
- Estágio 1: O formato em pirâmide da distribuição educacional é indicativo de baixa escolaridade, uma vez que predominam as pessoas em condição de analfabetismo ou com o ensino primário concluído. Nesta situação encontravam-se a maioria dos países nos anos 1960;
- Estágio 2: Ocorre um leve estreitamento da base e aumento da importância relativa dos adultos com educação secundária, ainda que a configuração seja piramidal. Tal padrão seria correspondente aos Tigres Asiáticos nos anos 1980 e alguns países latino-americanos nos anos 2000;
- Estágio 3: Caracterizada pelo estreitamento da base e aumento substancial da população com nível secundário concluído, cujo formato assemelha-se a um “diamante”, e nessa condição há mais adultos com nível secundário que primário e analfabetos. Tal formato seria representativo à Finlândia e alguns países asiáticos, exceto a Malásia. Destaque-se que nenhum país latino-americano apresenta essa configuração;
- Estágio 4: Quando o acesso à universidade tão amplo que mais adultos possuem educação superior que propriamente secundária ou primária, a distribuição educacional assume o formato de “pirâmide invertida” é o caso de países como Canadá e Estados Unidos, onde metade dos adultos possuem educação universitária.

A estrutura educacional do Nordeste e Sergipe, em 2010 (Figuras 10 a 12), é ainda piramidal¹. Em Sergipe, predomina a baixa escolaridade: 68% dos adultos (entre 15 e 65 anos) possuem o ensino fundamental completo, menos de 25% concluíram o

¹ A escolaridade média da Coreia passou de 3,2 anos para 10,5 anos, entre 1960 e 2000, enquanto no Brasil o crescimento foi de 1,7 ano, no mesmo período (SANCHES-PARAMO; SCHADY, 2003).

ensino médio, portanto possuem escolaridade suficiente para ingressar no nível superior, e apenas 7,5% possuem o terceiro grau. O ambiente externo à universidade é de extrema carência educacional. Entre a população com idade entre 15 e 65 anos, 12,5% de analfabetos absolutos e 23% possuem menos de 4 anos de estudo (318 mil pessoas).

Figura 5 – Estrutura educacional de Países selecionados, Nordeste e Sergipe



Fonte: Sanches-Paramo e Schady (2003) – Figuras 5 a 9. Tabulações próprias – Figuras 10 a 12

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UFS 2016-2020 (PDI 2016-2020) manifesta conhecimento acerca desse cenário que, diga-se, não é exclusivo de Sergipe. Estabelece então que suas ações terão como objetivo essencial melhorar o desempenho acadêmico, o que em números é representado pela Taxa de Sucesso na Graduação. Em termos objetivos, o PDI propõe que a taxa de sucesso avance de 35% para 45%, entre 2016 e 2018.

Na data de elaboração deste relatório, utilizando informações dos períodos letivos de 2017-2 e 2018-1, ainda devido aos atrasos provocados pela greve de 2014, a taxa de sucesso observada foi de 38%, mas alcançará 42% quando computados os concluintes de 2018-2. Esse resultado ainda estaria pouco abaixo dos 45% estabelecidos no PDI, mas não se pode desprezar os aspectos positivos dessa evolução.

O principal deles é o caráter socialmente inclusivo do crescimento da UFS. Ao contrário do que o senso comum poderia argumentar, de que o desempenho dos cotistas influenciaria negativamente nos indicadores acadêmicos², os dados da COPAC mostram que não há diferença importante entre os cotistas e não-cotistas, bem como entre os egressos de escola pública ou privada. O que ocorre, segundo o documento, é uma abissal distância entre o desempenho de alunos da área da saúde, usualmente

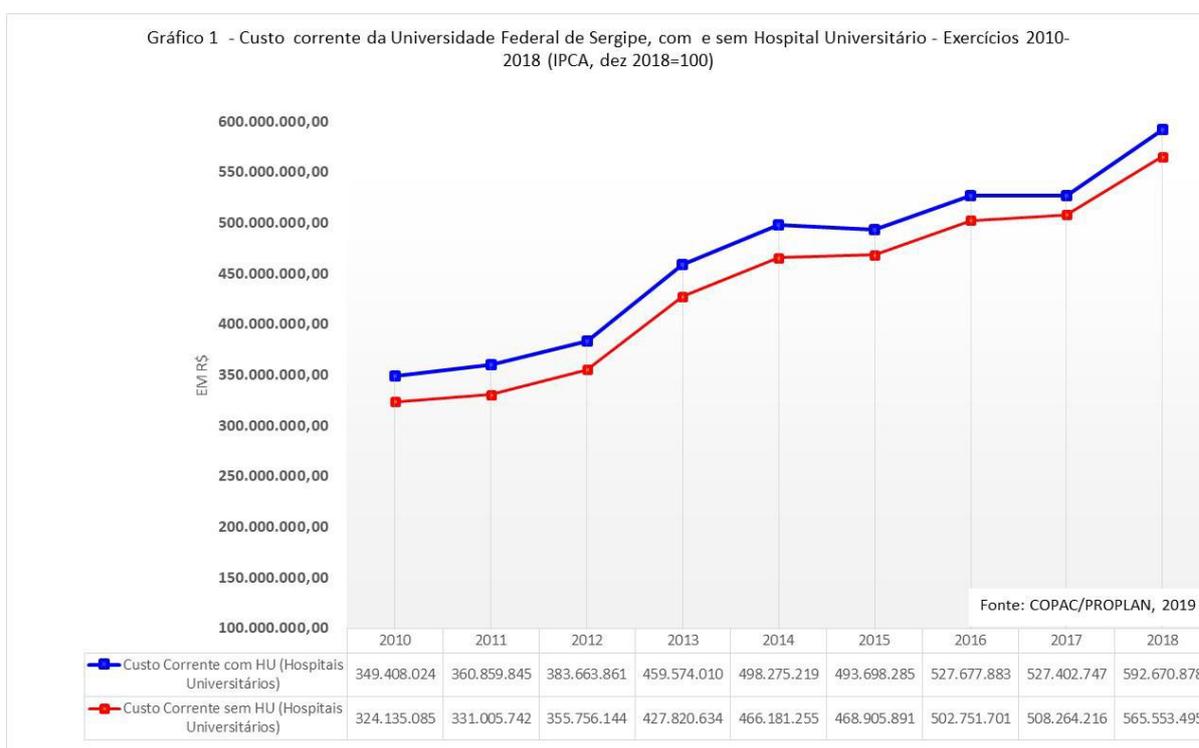
² Leia a publicação Radar nº 2 de junho de 2018. Acesso: http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/4540/Radar__n2_jun18.pdf

oriundos de classes sociais mais ricas, e das Ciências Exatas, por exemplo. Neste caso, tal diferença de desempenho reside na própria desigualdade social que evidentemente é refletida dentro da UFS.

1.4 Modelo de negócios

O conceito de modelo de negócios apresentado pelo TCU (2018) propugna que sejam descritos em síntese quais os principais recursos, processos de trabalho, produtos ou serviços envolvidos na atividade fim de uma instituição. No caso das universidades uma possível aproximação é apresentar os indicadores de esforço e os resultados obtidos.

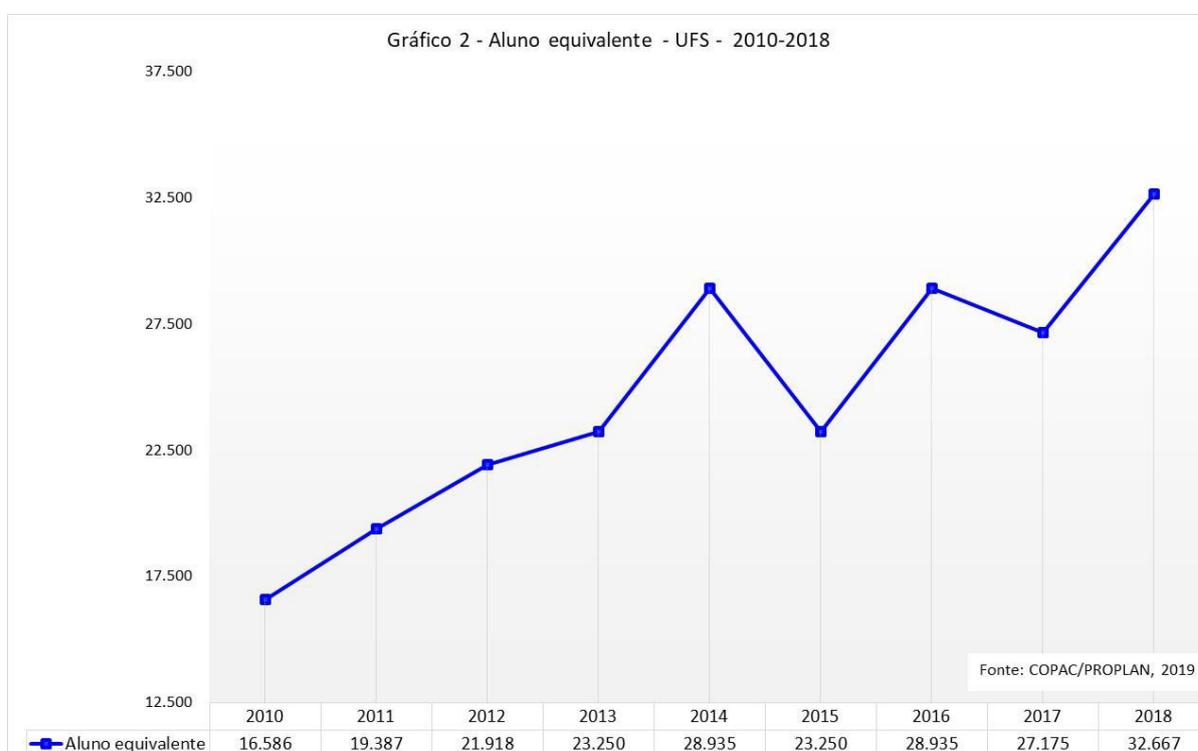
O custo corrente por aluno equivalente pode ser entendido como o esforço financeiro da UFS para ofertar seus serviços e funcionamento da instituição, envolvendo o conjunto de despesas que vão desde o pagamento de energia elétrica, pagamento de contratos de terceirizados, até os salários dos docentes e técnico-administrativos. Entre 2010 e 2018, o custo corrente real da UFS (incluindo o Hospital Universitário) passou de R\$ 349,4 milhões para R\$ 592,7 milhões, o que representa crescimento anual de 7,8%, e de 69,8% no período. Já o custo sem o Hospital Universitário passou de R\$ 324,1 milhões para R\$ 565,5 milhões, sendo a taxa anual de crescimento de quase 8,2%, e de 74,4% no período.



O incremento anual dos gastos a partir de 2012 decorre fundamentalmente do importante processo de expansão tanto na infraestrutura física, expansão do número de opções de cursos e de ingressantes. A inflexão ocorrida em 2015 em relação a 2014, deveu-se a restrições orçamentárias cujos impactos nas despesas de custeio e de capital foram enfrentados com redução de despesas não obrigatórias e priorização dos investimentos em obras. Em 2016, há uma pequena elevação dos custos correntes,

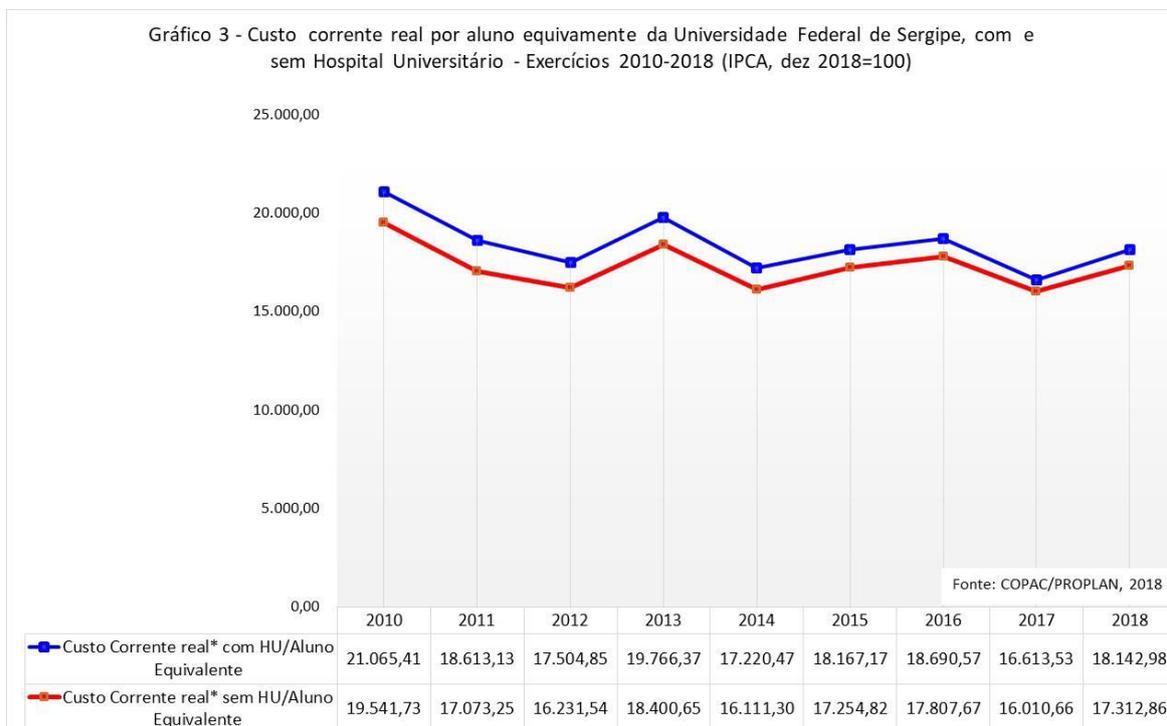
motivado basicamente pela ampliação das despesas de pessoal. As despesas de energia elétrica e de pessoal terceirizado também explicam o crescimento das despesas correntes. Entre 2017 e 2018, observa-se o aumento de 12,2% no custo corrente incluindo o HU e de 11,2% sem o HU, decorrendo principalmente dos custos de manutenção e uso de insumos³ (energia, água, material de consumo etc) necessários ao funcionamento da Instituição. Serve de exemplo o gasto com energia elétrica, que em 2017 apresentou média mensal de R\$ 856 mil, somando R\$ 10,3 milhões, em 2017. Já em 2018 aumentou para 1,1 milhão por mês e acumulou gasto de R\$ 13,7 milhões (representa crescimento de 33%).

Parte do aumento desses custos está relacionada com o aumento do número de alunos equivalentes, que entre 2010 e 2018 passou de 16,5 mil para 32,6 mil alunos. Uma vez que o número de ingressantes por vestibular permaneceu constante desde 2014 (5.540 alunos), deve-se atribuir esse crescimento aos ingressantes por outras formas, em especial nos anos de 2014 (1.167), 2016 (619), 2017 (845) e 2018 (628 alunos).

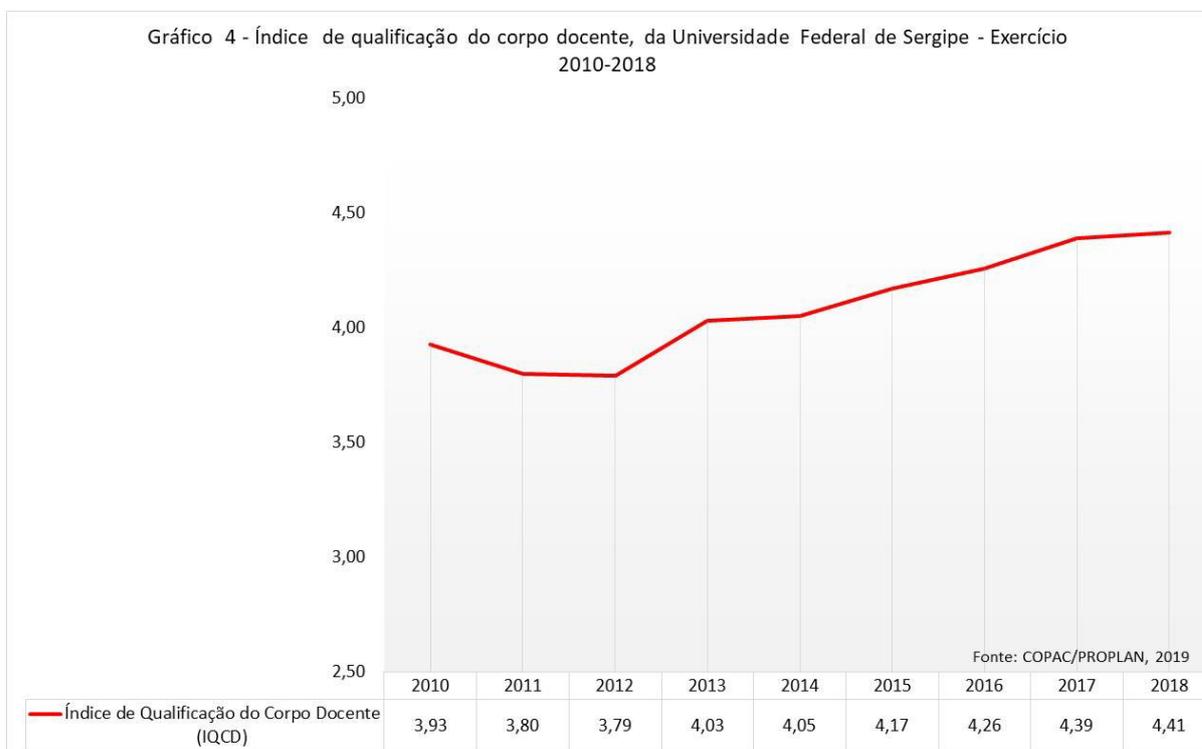


A eficiência dos investimentos pode ser avaliada comparando-se o custo corrente por aluno equivalente. Entre 2010 a 2018 aumenta-se eficiência dos gastos, uma vez que a relação custo por aluno é decrescente. Em termos absolutos reais, o custo por aluno equivalente incluindo o HU diminuiu de R\$ 21,1 mil para R\$ 18,1, no período. Quando não se considera o HU, o custo por aluno diminuiu de R\$ 19,5 para R\$ 17,3 mil (Gráfico 3).

³ Em 2017, a despesa mensal de energia elétrica da UFS foi de R\$ 856 mil, o que somou R\$ 10,3 milhões, em 2017. Já em 2018 aumentou para 1,1 milhão por mês, somando o volume de R\$ 13,7 milhões, o que representa crescimento de 33% .



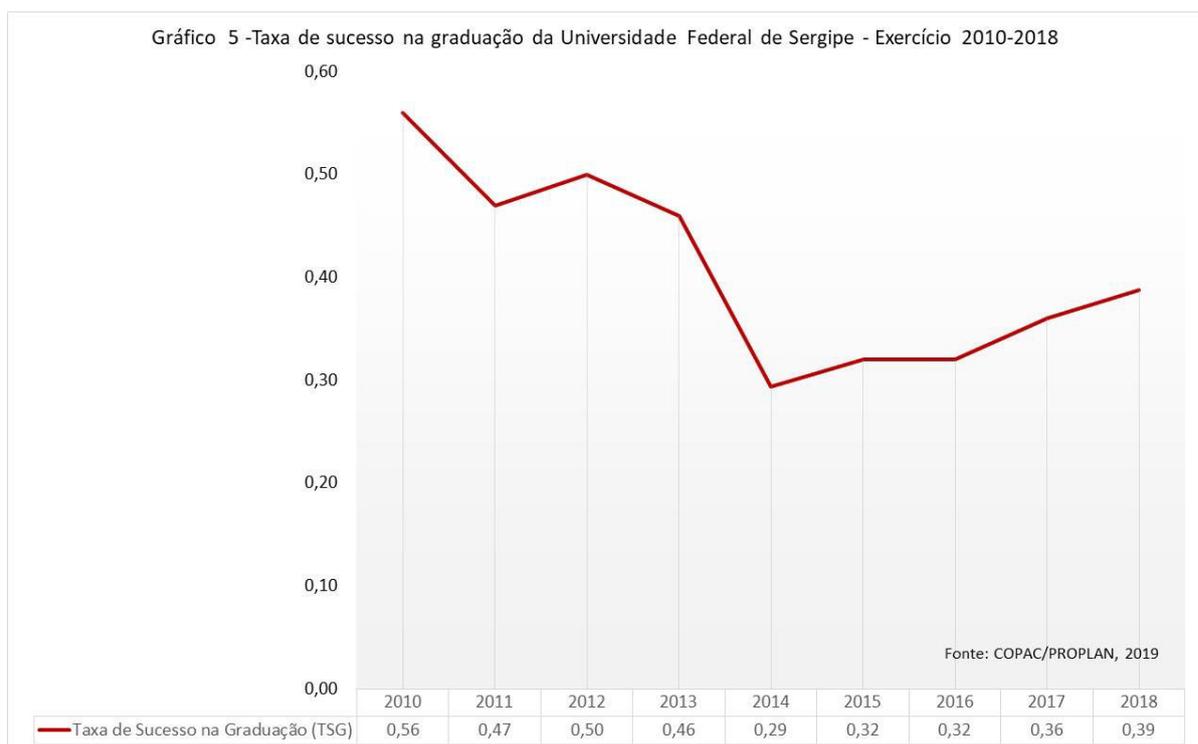
A eficiência nos gastos não desprezou a qualidade do corpo docente. Nos últimos 8 anos, conforme o gráfico 4, o índice de qualificação docente (IQCD) passou de 3,93 para 4,41. Atualmente, 80% dos docentes possuem título de doutor.



A taxa de sucesso na graduação é talvez o indicador que melhor represente, pela simplicidade de cálculo e facilidade de interpretação, o quadro geral do desempenho acadêmico. A lógica do indicador é que quanto maior a relação entre concluintes e ingressantes menor retenção acadêmica. Observe que entre 2010 e 2018 a taxa de sucesso da graduação na UFS caiu de 56% para 39%, alcançando em 2014 o pior nível 29%.

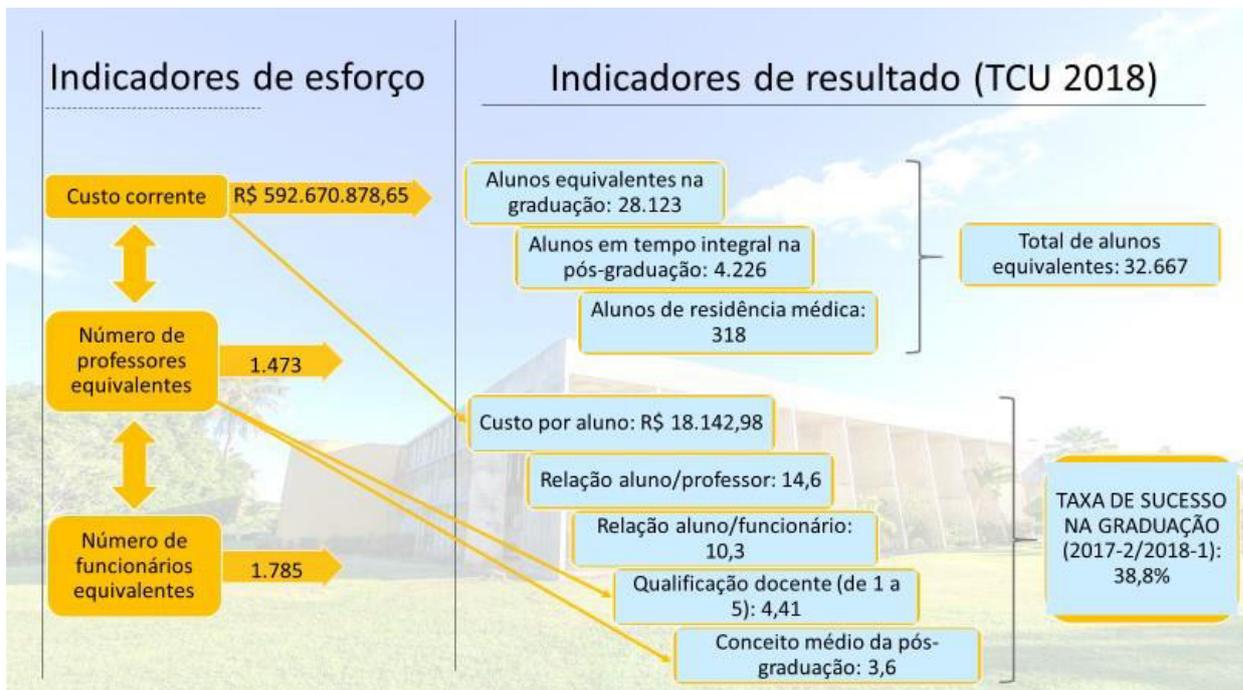
A redução da taxa de sucesso entre 2010 e 2014 é explicada pelo elevado número de ingressantes por outras formas, nomeadamente portadores de diploma. Em 2010, esse contingente foi de 1.955 alunos. Sabe-se que os portadores de diploma diferem essencialmente na idade, tempo disponível para estudos e aspirações de formação. Assim, o expressivo número de ingressantes com esse perfil passa a impactar negativamente nas taxas de sucesso dos anos seguintes.

Em termos gerenciais, a Pró-reitoria de Graduação voltou atenção à necessidade de regularização cadastral, de forma específica àqueles alunos que ultrapassaram ou estão prestes a exceder o prazo de integralização. Após editais de convocação, intervenções didático-pedagógicas junto aos centros e ações institucionais, a taxa de sucesso passa a crescer, passando de 29% para 39%, entre 2014 e 2018.



O infográfico abaixo sumaria os resultados acima descritos e centra atenção em 2018.

Figura 6 – Principais resultados da UFS 2018





2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

A estrutura de governança da UFS é composta por instâncias colegiadas que formam dois grandes processos, quais sejam:

I – Processo de Administração Geral – composta pelos órgãos voltados para a direção geral da Universidade e para a implementação dos meios necessários à consecução de seus objetivos:

- Conselho Diretor
- Conselhos Superiores – CONSU e CONEPE
- Reitoria
- Auditoria Interna (Audint)

II - Processo de Administração Acadêmica - composta pelos órgãos orientados para as atividades de ensino, pesquisa e extensão:

- Conselhos Acadêmicos
- Centros e Departamentos
- Órgãos Suplementares

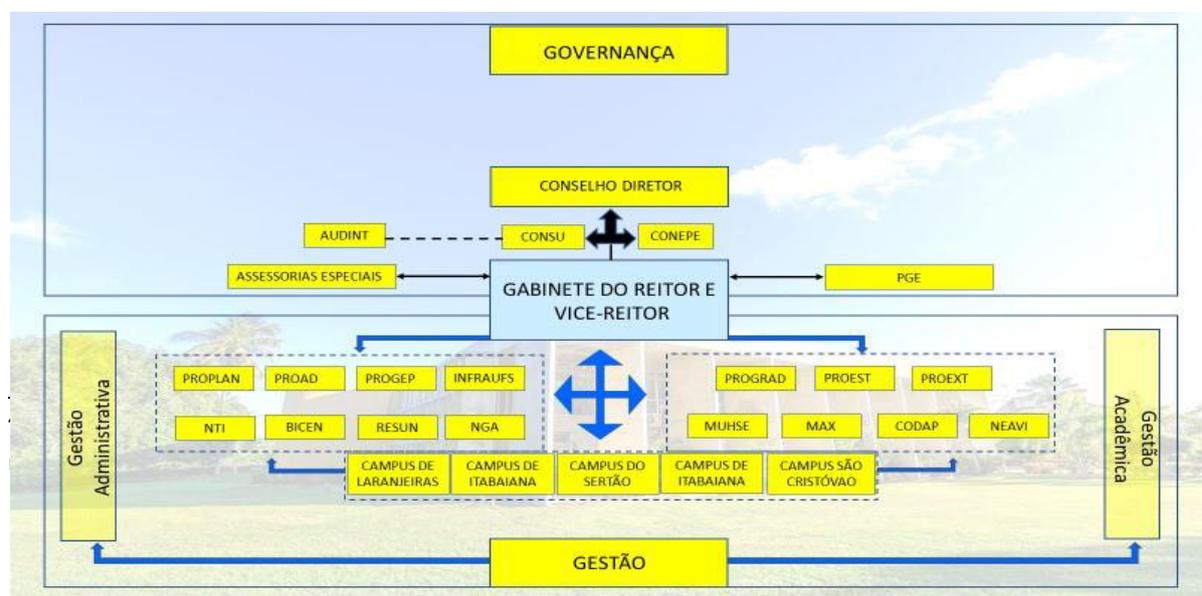
A estrutura de governança age consoante ao planejamento estratégico da UFS estabelecido em dois documentos formais. O primeiro de caráter político-institucional é delineado no Plano de Gestão 2016-2020 e pode ser sintetizado conforme infográfico abaixo. Em síntese, a visão estratégica consiste em buscar a excelência acadêmica à luz do desenvolvimento social e inclusão pela educação. Os princípios que norteiam as ações são o aprimoramento da formação científica e cultural, consolidação da pesquisa como instrumento de promoção do desenvolvimento, tendo ainda as ações de extensão como elo entre a universidade e a comunidade.

Figura 6 – Visão, Princípios e Ações Estratégicas da UFS



O segundo documento circunscreve no âmbito operacional a visão estratégica da UFS conforme Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020⁴, que define metas a serem alcançadas por cada pró-reitoria e suas instâncias. A estrutura de governança abaixo ilustra como as instâncias de gestão administrativa e acadêmica formam a rede de atuação institucional. Mais à frente serão analisados os principais resultados assentes no PDI 2016-2020.

Figura 7 – Visão, Princípios e Ações Estratégicas da UFS



2.1 Atuação da audint

A Auditoria Interna/AUDINT é um órgão de acompanhamento e assessoramento do Conselho Universitário/CONSU que constitui a maior instância deliberativa da Instituição. Suas principais atribuições são: realizar atividades de auditoria, conforme o Plano Anual de Auditoria Interna previamente aprovado pelo referido Conselho; auxiliar os auditores da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União quando realizam atividades na FUFs; assessorar os gestores dos diversos escalões no atendimento aos questionamentos, recomendações e determinações oriundas dos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU); auxiliar os gestores em consultas sobre a legislação em geral, além de analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas da unidade.

Atualmente, a AUDINT é composta por sete membros efetivos, sendo: um Auditor-Chefe, dois Auditores, um Administrador, um Técnico em Secretariado e dois Assistentes em Administração. Ao longo do exercício de 2018, pode-se considerar que houve um significativo avanço no fortalecimento da Auditoria Interna enquanto órgão de apoio a governança da UFS. Isto porque, em outubro de 2018, foi aprovado o novo Regimento Interno da AUDINT (Resolução nº 30/2018/CONSU) o qual encontra-se alinhado com as mais recentes inovações normativas do Poder Executivo Federal relacionadas à governança, gestão de riscos e controles internos.

No exercício de 2018, a Auditoria Interna buscou atuar de forma mais integrada aos gestores da universidade, sem prejuízo da independência e da imparcialidade na condução das ações de auditoria. A aproximação da Auditoria Interna com os setores estratégicos da UFS tem contribuído para sensibilizar os gestores quanto à importância da unidade de auditoria na consolidação da governança pública e da gestão de riscos na instituição.

Dentre os trabalhos de auditoria realizados em 2018, destacam-se as seguintes ações:

- a) Transparência Ativa: que teve por objetivo verificar a aderência do sítio eletrônico da UFS quanto às diretrizes estabelecidas na Lei de Acesso à Informação e legislação correlata;
- b) Administração acadêmica: que teve por objetivo verificar o cumprimento das atribuições designadas aos Colegiados de cursos de graduação previstas na Resolução 14/2015/CONEPE
- c) Contratos: que teve por objetivo verificar a implementação da Instrução Normativa MP 05/2017; e
- d) Licitações: que teve por objetivo verificar a regularidade e conformidade dos procedimentos licitatórios com a legislação vigente.
- e)

A busca constante pela capacitação da equipe, proporciona à FUFs um quadro de servidores qualificado e com subsídios técnicos para proporcionar aos gestores e aos membros do Conselho Universitário informações confiáveis para a tomada de decisões estratégicas. Apesar da melhora da tecnicidade dos relatórios de auditoria da AUDINT, a unidade ainda enfrenta desafios de ordem operacional que limita seu desempenho, notadamente o quadro reduzido de servidores e a ausência de ferramentas tecnológicas específicas para o desenvolvimento de suas atividades.

2.2 Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A CPSPAD (Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar) trabalha na apuração das irregularidades praticadas pelos servidores da UFS que são levadas ao conhecimento do Magnífico Reitor e posteriormente encaminhadas para apuração pela Comissão.

No ano de 2016 foram instaurados 07 (sete) PAD's e 06 (seis) Sindicâncias Investigativas. Em 2017 foram instaurados 04 (quatro) PAD's e 03 (três) Sindicâncias Investigativas, enquanto que em 2018 foram instaurados 06 (seis) PAD's, 03 (três) Sindicâncias Investigativas e 01(uma) Sindicância Punitiva.

Os processos disciplinares instaurados pelo Magnífico Reitor no âmbito da Universidade Federal de Sergipe são cadastrados no Sistema CGU/PAD o que vem sendo feito em consonância com o que dispõe a Portaria nº 1.043, de 24/07/2007.

2.3 Medidas administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

No ano de 2016 não houve Processo que tenha resultado em responsabilidade de servidor por danos ao erário.

O processo nº 23113.021029/15-48, cujo o fato sob apuração foi dano do veículo Van Renault Máster Furgão, placa IAF 7517, o Magnífico Reitor determinou o arquivamento do processo, uma vez que foi apurado que o desgaste do veículo era constante e decorria de uso prolongado, não houve provas que apontassem a responsabilidade do condutor do veículo ou de outro servidor.

O processo nº 23113.021645/15-07, cujo fato sob apuração foram as pichações no prédio do DCOS (Departamento de Comunicação Social), não houve comprovação da autoria dos atos de vandalismo, assim o Magnífico Reitor determinou o arquivamento do processo, como também o encaminhamento de cópia do mesmo à Polícia Federal.

O Processo nº 23113.002083/16-75, cujo fato sob apuração foram as pichações no prédio do RESUN, o Magnífico Reitor determinou que os autos fossem encaminhados à INFRAUFS para que tenha conhecimento do Relatório da CPSPAD, afim de adotar as providências possíveis para a prevenção e adequada apuração de fatos desta natureza. Determinou ainda que fosse arquivado o processo, já que não foi identificado a autoria das pichações.

No ano de 2017 na Sindicância Investigava, processo nº 23113.017030/15-78, que apurou o desaparecimento de 02 (dois) notebooks e 04 (quatro) computadores do Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores/LIFE, o Magnífico Reitor determinou à Divisão de Patrimônio providências quanto ao levantamento de bens do setor e posterior notificação à então coordenadora do setor.

No processo disciplinar nº 23113.019641/16-31, o Magnífico Reitor determinou a devolução dos valores recebidos pelo servidor docente pelos 17 (dezessete) dias em que houve concomitância do vínculo da escola particular em que lecionava com a UFS quando foi contratado em razão de concurso público.

No ano de 2018 não houve processo administrativo disciplinar que ficasse comprovado que houve danos ao Erário.

Quanto a Tomada de Conta Especial, que exige formalidades específicas de acordo com a Lei nº 8.443/92, não é atribuição da CPSPAD.

Cabe ressaltar que no curso da apuração de algumas irregularidades pode ficar comprovado o dano ao erário, o que é informado no relatório conclusivo para que sejam tomadas as medidas cabíveis após a conclusão do processo disciplinar.

2.4 Canais de comunicação com a sociedade

Carta de serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, tem sido instrumento de informação ao grande público e usuários dos serviços disponibilizados pela Universidade Federal de Sergipe.

A disponibilidade dessas informações oficiais é ininterrupto através do site <http://acessoainformacao.ufs.br/pagina/5946-carta-de-servicos-ao-cidadao>. Acrescente-se também que o próprio site da UFS contém informações sobre todos os setores administrativos e acadêmicos, bem como dos Campi do interior e fora da sede.



3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de risco na UFS compreende três momentos distintos e complementares: A identificação do risco, análise do risco e tratamento do risco.

A análise de risco consiste em compreender a natureza e determinar o nível de risco contido em cada meta. Define-se o risco como sendo o resultado da probabilidade de ocorrência e o impacto que teria sobre a instituição ou partes dela. Formalmente, o risco é:

$$\text{Risco} = f(\text{Probabilidade} * \text{impacto}) \quad (1)$$

A sentença acima é facilmente aplicável a circunstâncias quem envolvam métricas quantitativas. Ocorre que em instituições de ensino nem sempre isto é possível, sendo necessário recorrer a abordagens qualitativas, que dependem da percepção das pessoas para estabelecer a métrica, ou ainda de abordagens semiquantitativas. Neste caso, são combinados indicadores com a percepção individual traduzida por escalas numéricas. O presente documento utiliza esta última abordagem.

O passo inicial para estruturar a abordagem semiquantitativas é apresentar as escalas de probabilidades (Quadro 1) e de consequências (Quadro2). A combinação dessas duas escalas origina a matriz de riscos (Figura 3)

Quadro 1 - Escala de probabilidades		
Probabilidade	Descrição da probabilidade, desconsiderando os controles	Peso
MUITO BAIXA	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade	1
BAIXA	Rara. De forma inesperada ou causal, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade	2
MÉDIA	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade	5
ALTA	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade	8
MUITO ALTA	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade	10

Fonte: TCU, 2018

Quadro 2 - Escala de consequências		
Probabilidade	Descrição do impacto nos objetivos, caso o evento ocorra	Peso
MUITO BAIXO	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade)	1
BAIXO	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
MÉDIO	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável	5
ALTO	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
MUITO ALTO	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível	10

Fonte: TCU, 2018

Figura 8 - Matriz de classificação de riscos						
IMPACTO	Muito alto - 10	10 - RM	20 - RM	50 - RA	80 - RE	100 - RE
	Alto - 8	8 - RB	16 - RM	40 - RA	64 - RA	80 - RE
	Médio - 5	5 - RB	10 - RM	25 - RM	40 - RA	50 - RA
	Baixo - 2	2 - RB	4 - RB	10 - RM	16 - RM	20 - RM
	Muito baixo - 1	1 - RB	2 - RB	5 - RB	8 - RB	10 - RM
MATRIZ DE RISCOS		Muito baixo - 1	Baixo - 2	Médio - 5	Alto - 8	Muito alto - 10
POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA						

Fonte: TCU, 2018

RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
0 - 9,99	10 - 39,99	40 - 79,99	80 - 100
Fonte: TCU, 2018			

Quadro 3 - Escala de consequências		
Nível de confiança (NC)	Avaliação do desempenho e implementação dos controles (Atributos do controle)	Risco de controle (RC)
Inexistente - NC =0% (0,0)	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais	Muito alto - 1,0
Fraco - NC =20% (0,20)	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas.	Alto - 0,8
Intermediário - NC =40% (0,40)	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.	Médio - 0,6
Satisfatório - NC 60% (0,40)	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, migitam o risco	Baixo - 0,4
Forte - NC 80% (0,80)	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.	Muito baixo - 0,2
Fonte: TCU, 2018		

A Pró-reitoria de Planejamento (Proplan) é responsável por setores estratégicos da gestão universitária. Suas atividades são executadas pela Coordenação de planejamento e avaliação acadêmica (COPAC), Coordenação de Programação Orçamentária (COPRO), Coordenação de Programas, Convênios e Contratos (COPEC), Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT), Secretaria de Apoio e Assessoria Técnica.

As coordenações acima são fundamentais para a gestão institucional, sendo a COPAC dedicada ao planejamento acadêmico. Desta forma a primeira fase da implantação da gestão de risco envolve os setores e unidades para as quais existam metas e indicadores definidos no PDI 2016-2020.

3.1 Qualidade e desempenho acadêmico

3.1.1 Desempenho acadêmico

Responsável: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica – COPAC

A Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica, de acordo com o Regimento Interno da Reitoria (UFS, 2014) é responsável pela base de dados acadêmicos e pela construção, análise e monitoramento dos indicadores de desempenho acadêmico e institucional.

O trabalho sistemático da COPAC pode ser sintetizado nas seguintes ações:

- a) Realização do Censo do Ensino Superior: Levantamento anual, coordenado pelo Ministério da Educação, cujas informações servem para compor o

quadro do ensino superior brasileiro e auxiliar na repartição dos recursos financeiros através da matriz de orçamento, custeio e capital (OCC);

- b) Produção de indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor): A produção sistemática e periódica de indicadores de desempenho acadêmico é um importante meio de comunicação entre a gestão acadêmica e a comunidade. São produzidos relatórios descritivos com periodicidade mensal e semestral, enviados através de e-mail institucional a todos aqueles que integram a UFS.
- c) Programa de Atividade Docente: Trata-se de um processo de coleta de informações sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão a serem desenvolvidas pelos docentes. Essa programação é institucional, com portaria de abertura e resolução específicas. Este procedimento confere publicidade às atividades docentes e permite que a comunidade acompanhe de forma transparente todas as atividades desenvolvidas pelos nossos docentes.
- d) Avaliação Institucional: Coleta informações semestrais discentes sobre autoavaliação, organização didático-pedagógica, infraestrutura e desempenho docente. Esse levantamento é inteiramente on-line, o que garante anomia e cobertura integral aos alunos que cursaram o semestre anterior e se matricularam no posterior. Esse tipo de levantamento confere precisão no diagnóstico sobre melhorias nas dimensões pesquisadas, como também serve para monitorar as respostas às adequações físicas, estruturais, aprimoramentos didático-pedagógicos e ações de assistência e de extensão.

A essas atividades não foram objeto do PDI, mas são importantes o suficiente para a gestão considerar suas possíveis ameaças e estabelecer correspondentes ações mitigadoras, quais sejam:

- a) Censo do Ensino Superior: Ameaça: Por se tratar de levantamento censitário, o risco envolvido diz respeito a falhas ou imprecisões no cadastro dos alunos. Ação mitigadora: O monitoramento da qualidade das informações cadastrais é suficiente para evitar que tais inconsistências ponham em risco as informações a serem prestadas;
- b) Indicadores de desempenho acadêmico (Anuário Estatístico, Relatórios analíticos: Radar, Painel e Monitor): Ameaça: A produção de indicadores impõe que a base de dados utilizada seja plenamente confiável e atualizada. Assim, em tal procedimento, e uma vez que são utilizadas metodologias oficiais, não há risco importante envolvido em tal atividade. Ação mitigadora: Manter atualização quanto à legislação pertinente.
- c) Programa de Atividade Docente: Ameaça: A perda de adesão por parte dos docentes em tornar pública suas atividades ou a prestação de informações imprecisas são os principais riscos envolvidos no PAD. Ação mitigadora: Enviar mensagens prévias alertando para a necessidade da prestação correta das informações.

- d) Avaliação Institucional: Ameaça: O desinteresse em avaliar cabalmente a instituição por parte dos alunos, bem como a imprecisão das respostas são riscos que se efetivados podem comprometer as ações derivadas. Ação mitigadora: Ampliar a conscientização sobre a importância dessas informações para as ações institucionais. Este risco, pela sua própria característica, não é mensurável.

A avaliação dos resultados do PDI referentes a 2017 inicia com os três mais conhecidos indicadores de desempenho da graduação: taxa de sucesso, taxa de evasão e taxa de retenção.

A taxa de sucesso na graduação é a proporção dos alunos que finalizaram o curso na duração padrão de cada curso. Em 2016, a taxa de sucesso na graduação foi de 35% e a meta para 2017 era alcançar 40%. De acordo com o quadro 1, a meta foi alcançada, sendo de esperar que evolua para 45% em 2018 e 50% em 2019.

A análise de risco deverá ser feita, então, para os anos de 2018 e 2019. Em ambos os períodos não há motivos para suspeitar de mudanças no nível de probabilidade e no impacto. Assim, estima-se que há risco médio (10) de que a taxa de sucesso não atinja 45% em 2018 e 50% em 2019.

A taxa de evasão da graduação é a proporção de alunos que evadiram de seus cursos no decorrer do primeiro ano. Em 2016, a evasão era de 12%, sendo a meta para 2017 definida em 10%. O resultado obtido para este ano foi de 7%, portanto a meta foi superada em 3 pontos percentuais sendo, portanto, factível supor que tanto em 2018 quanto em 2019 haverá resultado também favorável ao atingimento das metas. A análise de risco para essa meta em 2018 é estimada como média (25), tanto no nível de probabilidade (5) quanto no impacto (5).

A taxa de retenção, tal como proposta em 2016, foi reformulada em sua definição, cálculo e meta. É definida como a proporção de alunos que ultrapassaram o tempo máximo para integralização. Destaque-se que o máximo para integralização é definido como a duração padrão de cada curso acrescida de 50%. No denominador figuram os alunos ativos no ano de referência. Por conta dessa alteração, as análises das metas ficam prejudicadas, sendo apenas possível definir que para os anos de 2017 a 2019 as metas serão 7%, 5% e 4%, respectivamente. O risco envolvido para os anos de 2018 e 2019 é estimado em médio (10), resultado de baixa probabilidade (5) e médio impacto (2).

Os atributos de controle mensuram as ações voltadas a mitigar os riscos de atingimento de metas e realização de objetivos. A COPAC mantém monitoramento sistemático dos indicadores e estima que o nível de confiança de atingimento das metas é de 80% (Forte).

Quadro 4 - Monitoramento, meta e análise de risco da taxa de sucesso, evasão e retenção na graduação - UFS, 2016-2020

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2018												2019				
				Diagnóstico	2017		Meta	Análise de risco				Meta	Análise de risco							
					Meta	Realizado		Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)		Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)				
Taxa de sucesso na graduação	Mensura o nível de conclusão no período padrão de duração de cada curso da IES	Queda de 40% para 29% da taxa de sucesso na graduação, entre 2010 e 2014	Atingir 50% da taxa de sucesso na graduação até 2020	35%	40%	40%	45%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	50%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	(Forte) 80%				
Taxa de evasão no curso de graduação	Mensura o percentual de alunos que evadem no primeiro ano dos cursos de graduação, por período	Para o ano de 2014, a taxa de evasão foi de 13,4%	Reduzir a taxa de evasão para 5% até 2020	12%	10%	7%	7%	Média (5)	Média (5)	Média (25)	80%	6%	Média (5)	Média (5)	Média (25)	(Forte) 80%				
Taxa de retenção (Indicador reformulado)*	Mensura o percentual de alunos que ultrapassaram, dado um ano de referência, o tempo máximo para integralização. O tempo máximo para integralização é definido como a duração padrão de cada curso acrescida de 50% desta duração. No denominador figuram os alunos ativos no ano de referência*	Para o ano de 2014, a taxa de retenção foi de 11%*	Reduzir para 4%*	8%*	7%	7%	5%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	4%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	(Forte) 80%				

Fonte: Indicadores Forplad, 2015

* A metodologia deste indicador foi revista, implicando na reformulação das metas. Por conta disto, apenas para o ano de 2017 não é possível avaliar se houve ou não melhoria.

3.1.2 Organização didático-pedagógica

Responsáveis: Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica – COPAC e Divisão de Métodos e Técnicas de Ensino – DEAPE

A organização didático-pedagógica dos cursos é neste relatório composta por duas variáveis. O conceito médio obtido pelos cursos da UFS no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (no Ensino Superior) tem sido objeto de análises pelas Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e Pró-reitoria de Planejamento (Proplan).

Os indicadores do ENADE são periodicamente analisados comparativamente aos dados da autoavaliação institucional, esta última realizada semestralmente pelos alunos da graduação. Interessa saber, por exemplo, se as adequações baseadas nas diretrizes do MEC e conduzidas pelos departamentos apresentam resultados positivos. Investiga-se comparativamente a pontuação dos alunos em conhecimentos específicos e gerais com a avaliação que eles fazem acerca da organização didático-pedagógica. É curioso como o desempenho dos alunos é superior a avaliação que eles fazem da organização didático-pedagógica. Isto sinaliza a necessidade de continuar a busca por melhorias neste quesito, mas sugere também que os alunos sejam mais exigentes com a organização didático pedagógica, dado que seja pouco provável bom desempenho em ambientes com organização didática deficiente.

Os resultados do ENADE são analisados não apenas pelas instâncias da gestão, mas também pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). A comunidade acadêmica recebe sistematicamente relatórios descritivos e as bases de dados são disponibilizadas para a comunidade acadêmica, seja para fins de comprovação, seja para uso científico. A ampla divulgação desses resultados, além de aproximar a comunidade acadêmica a questões normativas e de desempenho, intenta cultivar a necessidade de envolvimento de cada aluno para com a instituição e com as avaliações superiores as quais são submetidos.

O conceito médio da organização didático-pedagógica dos cursos em 2016 foi de 2,2 (numa escala de 1 a 5) e as metas para 2017, 2018 e 2019 foram 2,6, 2,8 e 3,0, respectivamente. Na data de escrita deste relatório não se dispõe ainda dos resultados finais de 2017 - cuja publicação cabe ao MEC - mas é factível estimar que essa meta tenha sido alcançada. A análise de risco para este ano é também desnecessária por motivos óbvios.

O alcance da meta em 2018 e 2019 possui risco médio (10), resultado da baixa probabilidade (2) e médio impacto (5), sendo tal cenário mantido para 2019. O nível de confiança para ambos os anos é forte (80%), indicando que os controles são suficientes para mitigar os riscos.

O índice de alinhamento das cargas horárias dos cursos aos currículos mínimos mede o esforço empregado pelos departamentos ao atendimento das regras definidas pelo MEC. Essa adequação não consiste apenas em criar componentes curriculares e preencher a nova carga horária, mas oferecer aos alunos um conjunto de opções capazes de ampliar o aprendizado e o grau de empregabilidade. Partindo do

diagnóstico de 2016, onde 80% dos cursos já apresentavam alinhamento, chega-se em 2017 com 92% realizado, índice que superou a meta de 90%. Isto faz crer que a meta de 2019, com 100% dos cursos alinhados, seja facilmente atingida.

Para 2018, o risco de alcançar a meta de 95% é estimado como médio (16), já que a possibilidade é baixa (2) e o impacto é alto (8). Para o ano seguinte, o risco diminui, mas continua na categoria médio (10), dado o risco é que continua médio (10) dado que a probabilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5).

Quadro 5 - Monitoramento, meta e análise de risco do conceito médio da da organização didático-pedagógica (ENADE) e índice de alinhamento da carga horária dos cursos de graduação aos currículos mínimos - UFS, 2016-2020

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019				
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança(NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)
Conceito médio na dimensão Organização Didático-pedagógica (ENADE)	Mensura a qualidade do projeto pedagógico e sua adequação com as diretrizes curriculares	A média dos valores obtidos no ENADE 2013 e 2014 foi 2,00	Aumentar a média para 3,00 até 2019	2,2	2,6%	2,6% (provisório)	2,8%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	3,0%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%
Índice de alinhamento das cargas horárias dos cursos de graduação aos currículos mínimos	Mensura o nível de alinhamento das cargas horárias dos cursos de graduação aos currículos mínimos previstos nas diretrizes nacionais	80%	Atender às determinações MEC	85%	90%	92%	95%	Baixa (2)	Alto (8)	Médio (16)	80%	100%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%

Fonte: Indicadores UFS, 2015

3.1.3 Assistência estudantil

A assistência estudantil representa em qualquer universidade, principalmente naquelas localizadas em áreas de economia depreciada e de elevada desigualdade social, um dos mais importantes suportes à formação superior.

Os avanços dos últimos anos na política assistencial nas universidades brasileiras fizeram crescer também a necessidade de monitoramento e avaliação dos resultados e impactos dos investimentos públicos realizados. O acompanhamento sistemático do desempenho dos alunos da UFS, executado pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Pró-reitoria de Pós-graduação passa agora ser realizado no âmbito das políticas institucional sem desprezar a estrutura de registro e controle até então utilizada.

A estruturação de banco de dados que permita avaliar a importância dos benefícios dos programas e bolsas sobre o desempenho acadêmico é questão central na justificativa e na defesa dos investimentos na educação superior. A abordagem a esse problema será feita na UFS em dois estágios. No primeiro, dedica-se a investigar se o desempenho médio dos alunos incluídos em algum programa estudantil ou bolsa de pesquisa é diferente do verificado nos demais alunos existe diferença entre o desempenho dos alunos beneficiados. Na segunda fase, as análises serão refinadas através de técnicas de avaliação de políticas públicas (Propensity Score Matching).

Os auxílios ofertados pela Pró-reitoria de Extensão são:

- i) Auxílio Moradia e Programa Residência Universitária - programa de residência oferecido a estudantes matriculados em todos os campi da UFS. Para ser selecionado para o programa, deve ficar comprovada a necessidade de concessão do auxílio através de análise da situação socioeconômica do aluno. O estudante selecionado receberá mensalmente o valor de R\$ 200 como auxílio para custear suas despesas com moradia, durante seu período de graduação.
- ii) Auxílio Creche - Auxílio destinado à estudante mãe ou pai com filho(s) com idade entre três meses e seis anos incompletos e que detenham sua guarda. Valor: R\$ 200. A seleção é feita mediante avaliação socioeconômica e o estudante é incluído no programa de acordo com a disponibilidade de vagas e orçamentária. A seleção é realizada pelos assistentes sociais da Codae após abertura de processo.
- iii) Auxílio Alimentação (residência) - Destinado a estudantes inseridos no programa de Residência Universitária. Cada núcleo residencial recebe um valor mensal proporcional ao número de residentes do núcleo (R\$ 400 para oito residentes), para despesas com alimentação no café da manhã e finais de semana. Auxílio Alimentação (Individual) - Destinado a estudantes dos Campi da UFS sem instalações do Resun (Itabaiana, Laranjeiras, Lagarto e Campus da Saúde [HU]). Cada estudante recebe mensalmente o valor de R\$ 200.
- iv) Auxílio Apoio Pedagógico - Trata-se uma bolsa no valor de R\$ 400 concedida a estudantes selecionados através de avaliação

socioeconômica para a participação em atividades acadêmicas complementares, dando ou recebendo apoio em disciplinas ou temas relacionados com sua área de graduação. O estudante bolsista deverá desenvolver a cooperação discente em 08 (oito) horas semanais de atividades acadêmicas, podendo oferecer apoio didático a colegas em uma disciplina que já tenha cursado e obtido um bom rendimento, ou receber apoio didático de colegas em uma disciplina que estejam cursando; bem como, no caso das licenciaturas, oferecer apoio a estudantes da educação básica.

- v) Auxílio Inclusão - Para receber o auxílio inclusão (R\$ 400), o aluno deve prestar apoio acadêmico aos estudantes com deficiência e/ou com necessidades educativas especiais matriculados na UFS.
- vi) Auxílio Transporte - Para receber o auxílio transporte (R\$ 50), o estudante deve ter necessidade de deslocamento em transporte coletivo de sua residência até a universidade e não possuir, até parente em primeiro grau, transporte próprio.
- vii) Auxílio Manutenção Acadêmica - Através do auxílio manutenção acadêmica (R\$ 50), o estudante selecionado receberá auxílio mensal para aquisição de seu material de estudo.
- viii) Auxílio Esporte e Auxílio Cultura - Para receber o auxílio esporte (R\$ 400), o estudante deve ter aptidão necessária para participar de modalidade esportiva, tendo sua habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua modalidade esportiva e participar de treinamento e atuação em competições locais, regionais e nacionais. Já no Auxílio cultura (R\$ 400), o estudante deve ter aptidão necessária para participar de grupos musicais, teatrais ou de dança, tendo sua habilidade avaliada por uma Comissão formada especialmente com essa finalidade, segundo a especificidade de sua escolha e participar de ensaios e atuação em apresentações locais, regionais e nacionais.

As modalidades de bolsas são:

- i) Bolsa Prodap - O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aprendizagem Profissional tem por finalidade a concessão de bolsas destinadas à participação de estudantes de cursos de graduação presencial, em atividades de 20h semanais que propiciem o desenvolvimento de habilidades voltadas para a complementação da formação profissional, no âmbito da UFS.
- ii) Bolsa Pibit, Bolsa Paex, Bolsa CNPq - Pibic, Bolsa Capes - Pibic, Bolsa Fapitec - Pibic - São reguladas por editais próprios.

As bolsas e auxílios acima descritos formam os marcadores que identificam 4.153 alunos atendidos por pelo menos um dos auxílios e bolsas, e para os quais serão estimados o índice de evasão do curso, índice reprovação, média de conclusão, índice de eficiência na carga horária e índice de eficiência no período letivo.

Os indicadores acima serão comparados diretamente com os obtidos pelos demais alunos, neste primeiro momento. Evidentemente que essa abordagem é metodologicamente frágil porque não permite concluir se eventuais diferenças em

favor dos assistidos resultam da assistência estudantil e atividades de pesquisa ou decorrem de outros fatores. Ainda assim, vale a pena lançar um primeiro olhar – ainda que em preto e branco ou mesmo borrado– sobre esses números e perceber que existem diferenças no desempenho acadêmico em favor dos alunos beneficiados.

A média de conclusão dos alunos ingressantes em 2016 e que recebem benefícios ou bolsas foi de 7,07 pontos, enquanto que os não beneficiados foi de 5,86. Entre os ingressantes em 2017 a média foi de 7,05 e 5,62, respectivamente. A eficiência da carga horária para os beneficiados permaneceu 0,88 nos dois anos considerados, enquanto que entre os não beneficiados oscilou entre 0,71 e 0,68. O índice de eficiência no período letivo entre os beneficiados foi de 0,86 e entre os não beneficiados, 0,65, em 2016, e de 0,84 e 0,64, entre os que ingressaram em 2017.

Índice de desempenho	Ingresso em 2016		Ingresso em 2017	
	Beneficiado	Não beneficiado	Beneficiado	Não beneficiado
Média de conclusão	7,07	5,86	7,05	5,62
Índice de eficiência na carga horária	0,88	0,71	0,88	0,68
Índice de eficiência no período letivo	0,86	0,65	0,84	0,64

Fonte: COPAC/Proplan/Microdados do cadastro de alunos e Cadastro de benefícios, 2018

Conhecidas essas diferenças, pode-se agora avaliar os resultados obtidos pela assistência estudantil. Note que os indicadores do quadro 7 a seguir são algo diferentes daqueles dois apresentados originalmente no PDI 2016-2020 (quadro 8, pg. 73). Tal mudança é justificada pela necessidade de apresentar informações mais detalhadas e com maior precisão.

O índice de evasão representa a proporção de alunos beneficiados que não realizaram matrícula ou trancamento. Em 2016, os dados do primeiro trimestre indicam que essa proporção foi de 32%. Para 2017 não houve definição de meta, mas os dados da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis indicam redução da evasão para 8%, fato que permite esperar que em 2018 esse índice varie entre 7% e 10%.

A análise de risco para o atingimento dessa meta em 2018 pode ser classificada como média (10), já que a possibilidade de não atingimento da meta é média (5) e o impacto é baixo (2). O nível de confiança é forte (80%), já que no âmbito dos controles implementados está o monitoramento do desempenho acadêmico e o acompanhamento psicossocial dos alunos. Para 2019, avalia-se que tanto a meta quanto o quadro de risco permanecem inalterado.

O índice de reprovação é um tema central na política institucional da UFS. Ao invés de persistir em discussões que buscam “culpar” as carências educacionais acumuladas pelos alunos ao longo de sua formação básica e média, a Pró-reitoria de Graduação juntamente com os Centros e Departamentos lançaram-se a pesquisar os fatores relacionados com o baixo desempenho dos alunos. Complementando essa iniciativa, a Prograd iniciou o processo de regularização cadastral dos alunos que ultrapassaram o prazo máximo de integralização, procedendo inclusive o desligamento daqueles que ignoraram as chamadas ou prazos legais. Se de um lado busca-se entender quais fatores internos influenciam no desempenho escolar, de outro impede que alunos utilizem o vínculo acadêmico com a UFS para lograr benefícios individuais.

Essas iniciativas devem impactar positivamente no desempenho dos alunos beneficiados e reduzir o nível de reprovação, que em 2016 era de 23% e em 2017 aumentou para 31%. Pelo acima exposto, estabelece-se a meta de 20% para 2018 e de 18% para 2019.

O risco envolvido nessa meta para 2018 foi estimado em alto (40), uma vez que a possibilidade de não atingimento é alta (8), dado que o desempenho dos alunos não deriva apenas de seu esforço, mas também de fatores externos à universidade; e o impacto é médio (5) porque envolver parte importante dos alunos. Para 2019 o quadro de risco permanece inalterado.

A média de conclusão é indicador de desempenho do aluno, e que desde 2015 substitui o indicador “média geral ponderada”. Isto ocorreu porque até então a MGP considerava as notas obtidas pelos alunos exclusivamente em disciplinas nas quais logrou aprovação. A partir de 2015, o indicador (média de curso) considera todas as disciplinas, com ou sem aprovação. Para evitar distorções, a média de conclusão, índice de eficiência na carga horária e índice de eficiência no período letivo foram calculados para os alunos ingressantes em 2016 e 2017.

Conforme visto na tabela 1, a média de curso dos alunos ingressantes em 2016 é de 7,07 pontos. Este resultado serve como diagnóstico, mas pelos motivos expostos não houve, quando da elaboração do PDI, estabelecimento de meta para os anos seguintes. De acordo com o quadro 7, em 2017 a média de curso foi de 7,05, sendo as metas para 2018 e 2019 estabelecidas em 7,3 e 7,5 respectivamente.

O risco de não atingimento dessas metas foi estimado como médio (25), resultado de chance média (5) porque o desempenho do aluno não depende apenas de fatores acadêmicos e os alunos assistidos são reconhecidamente mais vulneráveis que os demais, como também o impacto admitido foi médio (5) por envolver parte importante dos alunos assistidos.

O índice de eficiência na carga horária é também um indicador de desempenho e mensura o nível de aprovação na carga horária solicitada. Também calculada para os ingressantes em 2016 e 2017, tem-se como diagnóstico aproximado índice de eficiência de 0,88, sendo observado que entre os ingressantes do ano seguinte a eficiência na carga horária manteve-se em 0,88. Esses resultados permitiram estabelecer como metas para 2018 e 2019 os índices 0,89 e 0,90, respectivamente.

O risco envolvido ao atingimento dessas metas foi estimado como médio (25), uma vez que o nível de probabilidade é médio (5) e o impacto também médio (5). Deve-se ressaltar que a eficiência na carga horária tende a diminuir ao longo da vida acadêmica na medida em que os alunos acumulem reprovações. Mesmo assim, dadas as ações propostas e já iniciadas pela Pró-reitoria de Graduação e suas instâncias pedagógicas auxiliares, entende-se ser factível melhoria no nível de eficiência da carga horária.

O acompanhamento sistemático desses indicadores diretamente pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) em conjunto com a Pró-reitoria de Graduação e Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica permite admitir como factível o nível de controle de 80%, tanto para 2018 como 2019.

O índice de eficiência na carga horária, também indicador de desempenho acadêmico, mensura a relação entre a carga horária acumulada e frente a esperada. Aplicando as mesmas ressalvas do índice de eficiência no período letivo, tem-se que o diagnóstico para os alunos beneficiados que ingressaram em 2016 foi de 0,86, mantendo-se no mesmo nível entre os ingressantes no período seguinte. As metas para os anos de 2018 e 2019 são 0,88 e 0,90, respectivamente.

A possibilidade de não atingir essas metas nesses dois anos também foi estimada com média (25), uma vez que o nível de probabilidade é médio (5) e o impacto também médio (5). Tal como no indicador anterior, admite-se o nível de controle de 80%, tanto para 2018 como 2019.

Quadro 7 - Monitoramento, meta e análise de risco do desempenho acadêmico dos alunos da assistência estudantil na graduação - UFS, 2016-19																
Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018					2019				
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Meta	Análise de risco			
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)		Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)
Índice de evasão	Mensura o nível de evasão dentre os alunos beneficiados pela assistência estudantil	A evasão dentre os alunos assistidos não era mensurada sistematicamente, ainda que avaliações pontuais indicassem estar entre 20% e 30%.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,32	Sem definição	0,08	0,07	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	0,07	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%
Índice de reprovação	Mensura o nível de reprovação dentre os alunos beneficiados pela assistência estudantil	A não reprovação é um dos condicionantes da manutenção de auxílios. Por conta disto, esse indicador sempre figurou entre 20% e 30% do alunos assistidos.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,23	Sem definição	0,31	0,20	Alto (8)	Médio (5)	Alto (40)	80%	0,18	Alto (8)	Médio (5)	Alto (40)	80%
Média de conclusão	Mensura o rendimento acadêmico final obtido pelas componentes curriculares, ponderada pela carga horária das componentes	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: a média de curso dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	7,07	Sem definição	7,05	7,3	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	7,5	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%
Índice de eficiência na carga horária	Mensura o aproveitamento da carga horária considerando a carga horária com aprovação e carga horária utilizada	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: o índice de eficiência na carga horária dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,88	Sem definição	0,88	0,89	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,90	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%
Índice de eficiência no período letivo	Mensura a carga horária acumulada em relação à carga horária esperada	A então estrutura do banco de dados em 2016 não permitia avaliar o desempenho dos alunos assistidos. As recentes melhorias implementadas possibilitaram uma boa aproximação a esse indicador: o índice de eficiência no período letivo dos ingressantes em 2016 e 2017.	Acompanhar a efetividade da aplicação dos recursos destinados à assistência estudantil	0,86	Sem definição	0,86	0,88	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%	0,90	Média (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.1.4 Ensino, pesquisa e extensão

Com o intuito de expor um diagnóstico das atividades, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) apresenta um conjunto de indicadores diverso ao proposto na primeira edição do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020. Isto foi necessário dada a ampliação ou aprimoramento das ações da PROEXT. Objetiva-se, portanto, demonstrar os desempenhos atuais das ações extensionistas, indicando seus pontos fortes ou fracos, ou até mesmo chamando a atenção para suas disfunções.

É importante ressaltar que o ano de 2018 ainda não está concluso, o que não impede de novas ações ainda serem cadastradas. Para os anos de 2019 e 2020 as metas estabelecem crescimento anual de 20%.

As fontes utilizadas são os relatórios quantitativos disponibilizados pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com base nas ações que se encontram na situação de execução e concluída em 1º de janeiro a 31 de dezembro dos respectivos anos.

Chega-se a doze indicadores para a avaliação analítica das ações extensionistas, a saber:

- Alcançabilidade de ações extensionistas: Aferir o total de ações que foram executadas e concluídas devidamente no respectivo ano.

- Articulação extensionista entre pesquisa e ações: Identificar o percentual de ações articuladas com a pesquisa. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizado nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

PJ = Todos os projetos aprovados e realizados no ano base

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Articulação extensionista entre cursos e ações: Identificar o percentual de ações articuladas com a cursos. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizado nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

CS = Todos os cursos aprovados e realizados no ano base

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Articulação extensionista entre eventos e ações: Identificar o percentual de ações articuladas com a eventos. Seu cálculo será realizado através do número total de projetos realizado nos respectivos anos pela Proex dividido número total de ações extensionistas.

EV = Todos os eventos aprovados e realizados no ano base

TA = Total de ações responsáveis pela PROEX no respectivo ano base.

- Proporção de ações com Financiamento Interno: Avaliar o número de ações extensionistas que foram realizadas recebendo financiamento interno. Será realizado o cálculo com base no número de ações que receberam auxílio de bolsas pelo total de ações durante seus respectivos anos.

AF = Ações com financiamento interno através de Editais

TA = Total de ações extensionista no respectivo ano base.

- Proporção de discentes bolsistas em projetos: Medir a quantidade de alunos que participam de projetos extensionista e recebem remuneração. O cálculo será feito através do número total de alunos bolsistas (Pibix e/ou Piaex) pelo número total de alunos em projetos no respectivo ano.

DB = Discentes Bolsistas; apenas os alunos que recebem o auxílio da PROEX

TD = Total de discentes considerando bolsistas e voluntários

- Número de discentes na equipe da ação: Quantificar o total de discentes nas equipes de execução da ação, ocupando cargos como ator, mediador, debatedor, comissão organizadora, entre outros.
- Número de participantes externos em ações: Avaliar o número de participantes fora da UFS que participam de atividades extensionistas.
- Público alcançado: Número de pessoas que foram atingidas pela ação de extensão iniciada nos respectivos anos.
- Alcance de docentes envolvidos na ação: Avaliar o nível de participação dos docentes internos por nível nas ações de extensão, os níveis envolvem mestrado, doutorado, especialização, pós-doutorado e docentes sem titulação.
- Proporção de Técnicos envolvidos na ação: Avaliar a participação direta dos servidores em ações de extensão, exercendo funções como analista de operações, auxiliar técnico, colaborador, entre outros.
- Alcance de ações por Área Temática: Mensurar as ações realizadas de acordo com as áreas temáticas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho).

Dadas as mudanças acima, note-se que não houve estabelecimento da meta para 2017, sendo o realizado disposto no quadro 8. As metas para 2018, por sua vez, foram estabelecidas e de acordo com os dados até outubro tem-se que a análise de risco para todos os indicadores foi estimada em média (10), dado a probabilidade de não atingimento foi calculada como baixa (2) e o impacto, médio (10).

Quadro 8 - Monitoramento, meta e análise de risco do ensino-pesquisa-extensão - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2018												2019			
				2016	2017		Análise de risco				Análise de risco								
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)	Meta	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)			
Alcanceabilidade de ações extensionistas	Mensurar a efetividade das ações propostas	Indicador reformulado	Aferir o total de ações que foram cadastradas e executadas	2.159	Sem definição prévia	1.455	1.479	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	1.775	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Articulação extensionista entre pesquisa e ações	Mensurar o grau de articulação entre pesquisa e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com a pesquisa	13,37%	Sem definição prévia	28,95%	32,59%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	39,11%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Articulação extensionista entre cursos e ações	Mensurar o grau de articulação entre cursos e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com os cursos	6,44%	Sem definição prévia	17,29%	25,26%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	30,31%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Articulação extensionista entre eventos e ações	Mensurar o grau de articulação entre eventos e extensão	Indicador reformulado	Identificar o percentual de ações articuladas com os eventos	80,19%	Sem definição prévia	53,76%	42,15%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	50,58%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Proporção de ações com Financiamento Interno	Mensurar o nível de investimento institucional em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o número de ações que foram realizadas através de Editais	7,31%	Sem definição prévia	14,46%	14,69%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	17,63%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Proporção de discentes bolsistas em projetos	Mensurar o nível de participação dos alunos em ações de extensão	Indicador reformulado	Medir a quantidade de alunos que participam de projetos extensionista e recebem remuneração	38,56%	Sem definição prévia	37,70%	39,84%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	47,81%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Número de discentes na equipe da ação	Mensurar o nível de participação de docentes por equipes em ações de	Indicador reformulado	Quantificar o total de discentes nas equipes de execução da ação	5.666	Sem definição prévia	6.330	6.157	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	7.388	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Número de participantes externos em ações	Mensurar o nível de participação de externos em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o número de participantes fora da UFS que participam de atividades extensionistas	1.585	Sem definição prévia	1.372	1.359	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	1.631	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Público alcançado	Mensura o alcance das ações de extensão	Indicador reformulado	Número de pessoas que foram atingidas pela ação de extensão iniciada nos respectivos anos	733.643	Sem definição prévia	394.557	102.647	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	123.176	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Alcance de docentes por nível envolvidos na ação	Mensura a participação por qualificação docente em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o nível de participação dos docentes internos por titulação nas ações de extensão	2.161	Sem definição prévia	1.380	1.676	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	2.011	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Técnicos envolvidos na ação	Mensura a participação de técnicos em ações de extensão	Indicador reformulado	Avaliar o nível de participação direta dos servidores em projetos de extensão	274	Sem definição prévia	376	402	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	482	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
Alcance de ações por Área Temática	Mensurar as ações em Comunicação	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Comunicação	65	Sem definição prévia	52	44	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	53	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Cultura	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Cultura	395	Sem definição prévia	212	165	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	198	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Direitos Humanos e Justiça	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Direitos Humanos e Justiça	67	Sem definição prévia	53	47	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	56	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Educação	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Educação	922	Sem definição prévia	541	585	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	702	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Meio Ambiente	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Meio Ambiente	137	Sem definição prévia	53	71	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	85	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Saúde	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Saúde	412	Sem definição prévia	365	341	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	409	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Tecnologia e Produção	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Tecnologia e Produção	161	Sem definição prévia	142	154	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	185	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			
	Mensurar as ações em Trabalho	Indicador reformulado	Avaliar as ações em Trabalho	0	Sem definição prévia	37	72	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%	86	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%			

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.1.5 Mercado de trabalho

Avaliar o grau de inserção dos egressos da UFS no mercado de trabalho é fundamental para a gestão de políticas pedagógicas. No âmbito acadêmico, permite que a universidade aprimore a sua capacidade de formar pesquisadores consoante as questões locais e regionais mais emergentes. Na área técnica, aduz ao grau de empregabilidade que a formação superior confere aos acadêmicos e estimula a abordagem temas associando teoria e prática.

Acompanhar a vida profissional do egresso da UFS é, entretanto, uma tarefa que tem como limitador o retorno informacional. A informação que antes era obtida via sistema UFS, passa a depender de outros canais de comunicação e do desejo do egresso em prestar as informações solicitadas.

Em 2014 a Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica realizou um levantamento com tal finalidade. Dos 15.497 alunos que concluíram suas graduações entre 2004 e 2013, foram enviadas mensagens para 8.092 alunos com e-mail informado em seu cadastro UFS; ao fim do período de coleta foram registrados 2.455 respondentes, o que equivale a 30,3% das mensagens enviadas.

Cabem ainda duas ressalvas às análises dos resultados. A primeira é que esse tipo de coleta não permite que qualquer tipo de inferência, ou seja, as análises referem-se aos respondentes. Em segundo lugar, cumpre alertar para o fato de que a não aleatoriedade entre os respondentes tende a introduzir viés nas respostas.

Feitas estas considerações, tem-se como resultado que o setor público absorve mais de 62% dos egressos da UFS, cabendo ao setor privado os outros 38%. Considerando a situação de estudo do egresso, o setor público mantém sua importância empregando quase 69% dos que continuam estudando e 56,14% dos que não estudam. Ressalte-se que o levantamento não traz informação sobre a condição de ocupação do egresso, sendo tal informação também afetada pelo viés acima mencionado.

Identificadas as dificuldades nessa edição da pesquisa, optou-se por não realizar o levantamento nos anos seguintes até que um delineamento amostral mais eficiente fosse definido. Para a pesquisa de 2018 optou-se pelo procedimento amostral probabilístico, o que confere à pesquisa maior precisão e possibilidade de inferência estatística, bem como tornar mais específica a variável de interesse através da separação entre “continuar estudando” ou “inserção no mercado de trabalho”.

Na ausência de levantamentos mais recentes admite-se como proxy os dados do levantamento de 2014. Parte-se, portanto, da estimativa diagnóstica para 2016 como sendo em 0,6 o índice de alunos diplomados que esteja trabalhando ou estudando. Não havendo estimativa para 2017, admite-se provisoriamente a meta de 0,65 para 2018 e 0,68 par 2019.

O risco envolvido no atingimento das metas em 2018 e 2018 foram admitidos como alto (40), resultante da probabilidade alta (8), dado que a pesquisa pode ser influenciada pela desatualização dos e-mails dos alunos ou mesmo falta de interesse em prestar informações, e impacto médio (5).

Quadro 9 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com o mercado de trabalho - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco				Meta	Análise de risco			
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)		Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)
Índice de alunos diplomados empregados ou continuando os estudos doze meses subsequentes à conclusão do curso	Mede o grau de inserção no mercado de trabalho ou de continuidade nos estudos	Estudo preliminar desenvolvido pela DIAVI mostra que 60% dos egressos estão no mercado de trabalho.	Avaliar de forma contínua a inserção profissional dos egressos da UFS	0,6	0,65	0,62	0,65	Alta (8)	Médio (5)	Alto (40)	Médio (0,6)	0,68	Alta (8)	Médio (5)	Alto (40)	Médio (0,6)

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.2 Infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão

3.2.1 Infraestrutura de laboratórios e salas de aula

O processo de expansão da infraestrutura física da UFS foi acompanhado por avanços qualitativos na estrutura já existente. A construção de didáticas e prédios departamentais, a climatização e instalação de projetores multimídias em todas as salas do Campus de São Cristóvão, a qualidade das construções do Campus de Lagarto e as adequações nos Campi de Itabaiana e Laranjeiras materializaram as mudanças recentes na UFS (PDI 2016-2020).

As melhorias resultantes dos investimentos resultaram na avaliação positiva por parte da comunidade acadêmica. Os indicadores que sustentam essa afirmação foram obtidos das avaliações institucionais semestrais aplicadas aos alunos desde 2015, sendo tais resultados objeto de discussão na Comissão Própria de Avaliação (CPA) e amplamente divulgados à comunidade acadêmica.

Os resultados da Avaliação Institucional⁵ referente a 2016 mostram que para 48,5% dos alunos a infraestrutura das salas de aula são regulares e 39,3% satisfatória, o que indica aprovação por 87,8% dos alunos. Em 2017, a avaliação em regular diminuiu para 41,7%, mas a satisfatória aumentou para 48,4%, resultando na aprovação por 90,1% dos alunos. Nos laboratórios houve também melhoria na avaliação discente. Em 2016, 44,3% dos alunos julgaram-na como regular e 28% disseram satisfeitos, somando 72,3% de aprovação. Em 2017, houve aumento na avaliação regular para 30,3% e satisfatório para 45,4%, que elevou o nível de aprovação para 75,7%.

As metas estabelecidas no PDI consideraram apenas a avaliação satisfatória. Assim, foi diagnosticado que em 2016, 40% dos alunos manifestaram tal percepção sobre as salas de aula e 30% referente aos laboratórios. Não foram estabelecidas metas para 2017, mas os resultados da avaliação institucional mostram que 48% dos alunos manifestaram-se satisfeitos com a infraestrutura das salas de aula e 45% com os laboratórios. As metas para os anos seguintes são de crescimento da satisfação com salas de aula para 50% e 55%, bem como referente aos laboratórios para 47% e 50%, respectivamente.

O risco envolvido na realização das metas acima, em 2018 e 2019, foram definidos como médio (20), uma vez que é crescente o reconhecimento da comunidade acadêmica aos investimentos realizados. Assim, é factível avaliar como baixa possibilidade (2) de não realização e afetaria de forma média (10) a comunidade acadêmica, tanto o atingimento das metas para infraestrutura de sala de aula e laboratórios, tanto em 2018 quanto em 2019.

⁵ http://indicadores.ufs.br/uploads/page_attach/path/2206/RADAR_N__1_2017_v2.pdf

Quadro 10 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação com infraestrutura dos laboratórios e sala de aula - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019				
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Índice de satisfação quanto a infraestrutura das salas de aula	Mede o grau de satisfação dos alunos quanto à infraestrutura de sala de aula	A pesquisa de avaliação discente apontou que 40% dos alunos estão satisfeitos com infraestrutura	Identificar as necessidades relacionadas com as condições de infraestrutura de sala de aula	0,40	-	0,48	0,50	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,55	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%
Índice de satisfação quanto a infraestrutura de laboratórios	Mede o grau de satisfação dos alunos quanto à infraestrutura dos laboratórios	A pesquisa de avaliação discente apontou que 30% dos alunos estão satisfeitos com laboratórios	Identificar as necessidades relacionadas com as condições de infraestrutura de laboratórios	0,30	-	0,45	0,47	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	0,50	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.2.2 Acervo bibliográfico

O crescimento e diversificação do acervo bibliográfico da UFS acompanhou sincronicamente a expansão do número de alunos, docentes e cursos dos últimos anos. Seja através da aquisição de títulos impressos ou em meio digital, o acervo disponível à comunidade acadêmica é crescentemente utilizado como material de pesquisas de pós-graduação ou atividades que consolidem o aprendizado na graduação.

O recurso de consulta e acesso ao material bibliográfico remotamente, via internet, pelos docentes e alunos não diminuiu a frequência física à biblioteca. Isto pode ser explicado pelo grau de atualização dos títulos disponíveis e pelo número de exemplares de um mesmo título, este último acessado via empréstimos. A esse respeito, vale também ressaltar que em todas as edições da avaliação institucional é a biblioteca a unidade com melhor avaliação por parte dos alunos dentre os itens da infraestrutura⁶.

O diagnóstico do acervo bibliográfico é composto pelo número de exemplares de livros, número de empréstimos e periódicos especializados. Admitiu-se como meta o crescimento anual de 5% para todos esses indicadores a partir de 2017, sendo que o diagnóstico para 2016 era de 246.028 exemplares de livros, 328.913 empréstimos e 6.391 títulos especializados. Em 2017, a meta nos três indicadores foi superada, uma vez que o acervo de livros contou com 263.688 (crescimento de 7,1%), 345.359 empréstimos (crescimento de 5,3%) e o número de títulos especializados somou 6.711 (crescimento de 4,9%).

O risco envolvido ao atingimento da meta em 2018 e em 2019 foi admitido como médio (20) nos três indicadores, resultando da baixa probabilidade (2) e do alto impacto (10).

⁶ Veja nas várias edições do Radar em <<http://indicadores.ufs.br/pagina/20164-radar>>

Quadro 11 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento do acervo bibliográfico - UFS, 2016-19 - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019				
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Número de exemplares de livros	Número de exemplares por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada	Ampliar o acervo bibliográfico e incentivar o seu uso	246.028	258.329	263.688	276.872	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	290.716	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%
Número de empréstimos de livros	Número de empréstimo de livro por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada		328.913	345.359	346.568	363.896	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	382.091	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%
Número de títulos de periódicos especializadas	Número de exemplares por área de conhecimento	Base de dados a ser atualizada		6.391	6.711	6.706	7.041	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%	7.393	Baixa (2)	Muito alto (10)	Médio (20)	80%

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.2.3 Governança de Tecnologia da Informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), cérebro institucional, concentra os registros acadêmicos numa riquíssima base de dados. O rápido processo de expansão vivido pela UFS aumentou sobremaneira o volume e a complexidade das demandas direcionadas ao NTI. A análise dos resultados à luz do PDI deve ser feita considerando duas dimensões principais. A primeira é a infraestrutura, que pode ser interpretada como suficiente, mas que não tardará demonstrar sinais de esgotamento. A dimensão corpo técnico, por sua vez, é a que deve merecer maior atenção, sobretudo referindo-se ao número de técnicos.

Os três indicadores abaixo estão relacionados especificamente ao atendimento, proteção e continuidade dos serviços prestados pelo NTI. O índice de interrupção de serviços (redes e sistemas) tem como diagnóstico em 2016 a falta de monitoramento, avaliação e gerenciamento de risco. Propõe a criação de grupo de trabalho para apresentação de soluções e em 2017 cria rotinas de monitoramento de interrupção de rede e dos sistemas, de tal forma que o índice seja abaixo de 10%. Não houve análise de risco para 2017. A meta permanece inalterada para os anos de 2018 e 2019, definindo como risco médio (10) de não atingimento porque a probabilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5).

O índice de proteção e segurança da informação, que mensura o grau de exposição à perda ou direcionamento equivocado de informação, foi diagnosticado como ausente em 2016 e em 2017. Em 2018, tem-se a perspectiva de construir parte do Plano de Política de Segurança da Informação (50%) e sua conclusão ocorrer em 2019. A análise de risco de não conclusão foi estimada em baixa (5) dada a possibilidade muito baixa (1) e médio impacto (5).

O plano de continuidade de negócio, dedicado a planejar e responder a incidentes de interrupção de negócios também foi constatado como inexistente em 2016 e estruturado em 2017 de tal forma que foi apontada uma lista de tarefas e de recursos necessários. Para 2018, a meta estabelecida foi de funcionamento parcial. Análise de risco para 2018 e 2019 foi estimada como tendo risco médio (10) dado que a probabilidade é baixa (2) e o impacto é médio (5).

O nível de confiança para os três indicadores acima foi estimado como mediano (40%), posto que os controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.

Quadro 13 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da governança de Tecnologia de Informação - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016		2017		2018				2019				
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança(NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança(NC)
Índice de interrupção de serviços (Redes e Sistemas)	Mensura o número de ocorrências de queda da rede e dos sistemas ao longo do ano	Falta de monitoramento, avaliação e gerenciamento de risco	Elevar o padrão de eficiência informacional e segurança da rede e sistemas	Criação do grupo de trabalho para apresentação de possíveis soluções	< 10%	Criação de rotinas de monitoramento de interrupção da rede e dos sistemas	< 10%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	< 10%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)
Índice de proteção e segurança da informação	Mensura o grau de exposição ao risco de perda ou direcionamento equivocado da informação	Ausência de orientações sobre normas e procedimentos relativos à classificação da informação.	Definir níveis e critérios adequados de proteção às informações, garantindo a confidencialidade e segurança	Não foi feito o Plano de Política de Segurança da Informação	50%	Não foi feito o Plano de Política de Segurança da Informação	50%	Muito baixa (1)	Médio (5)	Médio (5)	Mediano (40%)	80%	Muito baixa (1)	Médio (5)	Médio (5)	Mediano (40%)
Plano de Continuidade de Negócio	Capacidade de planejar e responder a incidentes e interrupções de negócio de forma a manter suas operações em nível aceitável.	Inexistência de um plano	Elaborar o plano de continuidade de Negócio	Definição de papéis e responsabilidades	Alcançar o estágio "Existe e funciona parcialmente"	Definição dos recursos necessários; definição da lista de tarefas	Alcançar o estágio "Existe e funciona parcialmente"	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)	Alcançar o estágio "Existe e funciona plenamente"	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	Mediano (40%)

Fonte: Indicadores UFS, 2015 (reformulação 2018)

3.3 Relação com a comunidade acadêmica e com a sociedade

3.3.1 Observatórios sociais

O fazer ciência, desde o ensino de graduação até as pesquisas de pós-graduação, não são suficientes se circunscritas aos muros da Universidade. As questões sociais mais urgentes – prevalecentes sobretudo em áreas de intensa desigualdade e quase imutável mobilidade social, com é Sergipe – exigem do corpo científico da Universidade respostas efetivas à medida de sua gravidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020 diagnosticou a inexistência de instância dedicada ao tratamento de tais questões e definiu que a instalação dos Observatórios Sociais ocorreria entre 2016 e 2017, sendo a eles dada a missão consiste de “elaborar, instituir e acompanhar programas e políticas de ensino, pesquisa e extensão que de forma integrada consolidem e ampliem a relação entre a Universidade e a sociedade sergipana”. Ressalte-se que o protagonismo que os Observatórios Sociais assumem fez por merecer a alocação física de suas atividades na parte superior do recém-inaugurado prédio da Didática VII, sendo a avaliação dos resultados dos Observatórios mensurado através do número de eventos por área temática.

As atividades dos Observatórios Sociais não se iniciaram em 2017 por dois motivos principais. No âmbito estrutural, o atraso na finalização do prédio da Didática VII comprometeu o início das atividades. Paralelamente a isto, fez-se necessário construir o documento institucional em forma de Resolução e submetê-la ao crivo das instâncias deliberativas. Desta forma, tem-se que ainda em 2018 haverá deliberação em Conselho acerca das diretrizes de funcionamento, composição e finalidades, além do que já se pode contar com estrutura da sede física para os Observatórios Sociais.

A análise de risco para o ano de 2018, dados os elementos acima, foi estimada como sendo de alta (10) probabilidade de não entrar em funcionamento, sendo o impacto estimado como médio (5), ou seja, o risco é estimado como alto (50). Para 2019, superadas as dificuldades iniciais, estima-se que a entrada em funcionamento dos Observatórios dê vazão a uma ampla quantidade de trabalhos produzidos e que sejam realizados pelos menos 5 eventos científicos. Assim, estima-se que o risco envolvido seja médio (25), por conta da média probabilidade (5) de intercorrência e médio impacto (5).

Quadro 15 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação aos observatórios sociais - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Instalação dos Observatórios Sociais	Número de Observatórios criados e em funcionamento.	Não há em Sergipe um fórum que discuta os temas relevantes ao desenvolvimento social, em que pese a carência e relevância.	Discutir e propor ações e diretrizes no campo das políticas públicas	Os observatórios sociais não estavam em funcionamento	Instalação	Não concluído	Apresentação de resultados	Alta (10)	Médio (5)	Alto (50)	80%	Apresentação de resultados	Médio (5)	Médio (5)	Médio (25)	80%

Fonte: COPAC, 2015

3.3.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão (CSC) da UFS foi instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, e tem por objetivo informar aos usuários acerca dos serviços prestados, as formas de acesso, bem como os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento aos cidadãos.

O diagnóstico realizado em 2015-16 indicava a necessidade de formulação da Carta que efetivamente trouxesse informações relevantes à comunidade, mas que também fosse capaz de monitorar o grau de satisfação do usuário quanto aos serviços prestados. O passo inicial foi, portanto, construir o documento e disponibilizá-lo no site da UFS7, onde também foram dispostos documentos institucionais importantes: Estatuto, Regimento Geral da UFS, Regimento da Reitoria e organização Administrativa.

A disponibilização da Carta no decorrer de 2017 cumpriu parte substantiva do que se estabeleceu no PDI 2016-2020. A realização de pesquisa de satisfação, dada a diversidade dos serviços prestados pela UFS, mostrou a necessidade de determinar quais os serviços seriam avaliados inicialmente. Optou-se então por adiar a realização do monitoramento para 2018, sendo de concluir que também não será realizada neste ano.

A possibilidade de não realização da pesquisa em 2018 é estimada como alta (10) e o impacto é admitido como médio (5), resultando em alto (50) risco. Para 2018, sob a perspectiva de que a pesquisa seja realizada, estima-se como baixa a chance de não ocorrência (2) e com médio impacto (5), representando risco médio (10).

NOTA: A dimensão Governança do sistema audiovisual não será analisada nesta edição. Já as dimensões Redes institucionais de cooperação e divulgação das pesquisas e atividades de extensão já foram em parte contempladas no tópico 3.1.4.

⁷ Acesse a Carta de Serviço ao Cidadão através do link:

<<http://acessoainformacao.ufs.br/pagina/5946-carta-de-servicos-ao-cidadao>>

Quadro 16 - Monitoramento, meta e análise de acompanhamento da relação à carta de serviços ao cidadão - UFS, 2016-19

Indicador	Definição do indicador	Diagnóstico situacional	Objetivo	2016	2017		2018				2019					
				Diagnóstico	Meta	Realizado	Meta	Análise de risco			Meta	Análise de risco				
								Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco		Nível de confiança (NC)	Probabilidade (Peso)	Impacto (Peso)	Risco	Nível de confiança (NC)
Existência do documento	Serviços prestados pela UFS constantes da Carta de Serviços ao Cidadão	Insuficiência de informações	Ampliar os níveis de informação dos serviços prestados pela UFS à comunidade	Insuficiência de informações	implantar pesquisa de satisfação por tipo de serviço prestado pela UFS	Implantação da carta e publicação no site da UFS(1)	Atingir níveis de satisfação e conhecimento superiores a 60%	Alta (10)	Médio (5)	Alto (50)	80%	Atingir níveis de satisfação e conhecimento superiores a 60%	Baixa (2)	Médio (5)	Médio (10)	80%

Fonte: COPAC, 2015

(1) <http://acessoinformacao.ufs.br/pagina/5946-carta-de-servicos-ao-cidadao>



4 - RESULTADOS DA GESTÃO

A Universidade é o local de produção de conhecimento que se concretiza gradualmente desde o ingresso no ensino superior até a colação. A formação de alunos envolve atividades que vão desde o setor de licitações, projetos, passando pela administração das unidades, limpeza, manutenção, segurança, transporte, gerências, coordenações, diretorias e alta gestão.

No portfólio de atividades da gestão administrativa e acadêmica quase todas as ações contam com indicadores de esforço, monitoramento e avaliação. Nesse complexo sistema é fundamental que todas as engrenagens funcionem com o mínimo de sincronia, sob pena de o produto final - a formação no ensino superior - sofrer perdas de eficiência. Em síntese, quando tudo funciona bem e quando os seus atores estão alinhados os resultados aparecem.

Cabe aqui uma ressalva. Em que pese o ano-exercício deste relatório ser 2018, alguns resultados de desempenho são divulgados pelo INEP/MEC com alguma defasagem temporal. Desta forma, com vistas a prestar a melhor informação possível as apresentam-se a seguir os principais resultados da gestão da UFS com base nos indicadores oficiais produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Observe-se que os

resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) 2017 foi divulgado em 2019.

4.1 A UFS e o índice Geral de Cursos

O resultado obtido no Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC)⁸ é fruto do desempenho da Graduação (Conceitos Preliminares de Curso - CPC) e da Pós-Graduação (Conceitos CAPES), ponderados pela proporção da matrícula nos respectivos níveis.

Os indicadores originais são padronizados e interpolados de tal forma que variem entre 1 e 5, notas mínimas e máximas, respectivamente. Para facilitar o entendimento, serão apresentados a seguir apenas as principais funções e resultados.

Formalmente, o IGC é dado por⁹

$$IGC_{IES} = \alpha * G_{IES} + \beta * M_{IES} + \gamma * D_{IES} \quad (1)$$

Onde:

α = Proporção de matrículas na graduação (alunos com status cursando ou formado no ano de referência do CPC);

G_{IES} = Média dos conceitos preliminares de curso (CPC) do triênio 2014-2015-2016;

β = Proporção de matrículas no programa de mestrado;

M_{IES} = Nota média do mestrado da IES (Avaliação trienal da Capes 2016);

γ = Proporção de matrículas no programa de doutorado;

D_{IES} = Nota média do doutorado da IES (Avaliação trienal da Capes 2016).

Observe que o CPC entre nesse cômputo ao se calcular o conceito médio da graduação, ou seja, a nota média da graduação é resultante das notas dos conceitos preliminares de curso (NCPC) ponderados pela proporção de matriculados na IES:

$$G_{IES} = \sum_{j=1}^n NCPC_j * \varphi_j \quad (2)$$

O cálculo da nota contínua do conceito preliminar de curso resulta da soma ponderada de oito indicadores referentes ao desempenho dos estudantes, corpo docente e percepções discentes sobre as condições do processo formativo, cujos pesos estão na tabela 1.

Observe que 30% do indicador são atribuídos à qualificação docente, enquanto que outros 70% são obtidos do desempenho discente e da sua percepção sobre as condições de formação.

⁸ O documento pode ser acessado através da página do INEP: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/cpc>>.

⁹ Note que o IGC 2014 e 2015 (equação 1) diferem daquela utilizada no cálculo do IGC 2013, conforme abaixo

$$IGC_{IES} = \alpha G_{IES} + \frac{(1-\alpha)\beta}{2} (M_{IES} + 5) + \frac{(1-\alpha)(1-\beta)}{3} + (D_{IES} + 10)$$

Onde: α =Proporção de graduandos; G_{IES} =Conceito médio da graduação; β =Proporção de mestrandos equivalentes; M_{IES} =Conceito médio do mestrado da IES; D_{IES} =Conceito médio do doutorado da IES (Nota técnica nº 73 - INEP/MEC, 2014)

Tabela 2 - Dimensões, componentes, pesos e origem das informações para a construção do Conceito Preliminar de Curso

Dimensão	Componentes	Peso		Origem
		Componente	Dimensão	
Desempenho dos estudantes	Nota dos concluintes do ENADE (NC)	20,0%	55,0%	Enem, Enade e questionários do estudante Enem e Enade
	Nota do indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (NIDD)	35,0%		
Corpo docente	Nota de proporção de mestres (NM)	7,5%	30,0%	Censo da Educação Superior
	Nota de proporção de doutores (ND)	15,0%		
	Nota de regime de trabalho (NR)	7,5%		
Percepções discentes sobre as condições do processo formativo	Nota referente à organização didático-pedagógica (NO)	7,5%	15,0%	Questionário do estudante do ENADE
	Nota refere à infraestrutura e instalações físicas (NF)	5,0%		
	Nota referente às oportunidades de ampliação da formação acadêmica e profissional (NA)	2,5%		

Fonte: Nota técnica nº 75 - INEP/MEC, 2015

Os conceitos médios do Mestrado e Doutorado são obtidos através de dois procedimentos. O primeiro consiste em multiplicar o número de alunos matriculados no programa "j" pela nota atribuída pela CAPES ao respectivo programa. O segundo procedimento é o cálculo do número de mestrando ou doutorando em termos de alunos equivalentes. Observe na tabela 2, a seguir, que este procedimento foi adotado até 2013. Para 2014 e 2015 a ponderação foi feita com as proporções de matriculados na graduação (2), mestrado (2) e doutorado (2).

4.2 Evolução das componentes do IGC

A UFS integra, desde 2011, o grupo de universidades com conceito 4 no IGC (na escala de 1 a 5), mas por trás desse importante resultado estão avanços importantes a serem conhecidos e desafios que devem ser apropriados pela comunidade acadêmica.

A decomposição do Índice de Geral de Cursos é essencial para entender como e em que medida cada variável contribuiu para esse resultado. Conforme será visto, todos os indicadores apresentaram melhorias e evidenciam que a manutenção dessa tendência passa necessariamente pelo aumento do conceito médio da graduação.

No período entre 2010 e 2017 são evidentes a ampliação da cobertura de avaliações e a evolução de cada componente do IGC, resultando no conceito 4. Observe-

se que o número de cursos com ENADE aumentou de 59 para 68, e os cursos com CPC passou de 34 para 88, entre 2010 e 2017.

No desempenho, tem-se que o ponto-chave do IGC da UFS está na Graduação. Respondendo por 84,4% do total de matrículas na UFS10 e 92% dos recursos financeiros, o conceito médio da graduação aumentou de 2,50 para 2,87, ou seja, 0,37 ponto entre 2010 e 2017. Ainda que seja resultado positivo, variou pouco quando comparado com os conceitos médios do mestrado, cujo conceito médio aumentou de 3,40 para 4,30, e do doutorado, com aumento de 3,40 para 4,69, no mesmo período.

Levando-se em consideração que os conceitos médios da graduação e pós-graduação variam entre 1 e 5, é fácil notar que qualquer esforço de melhoria nos já excelentes índices da pós-graduação tenderá a contribuir pouco para o IGC. Por outro lado, fato de a nota média da graduação somar 2,87 indica que as melhorias necessárias no desempenho da graduação terão maior reflexo tanto nos respectivos CPC quanto no posicionamento da UFS na matriz de orçamento e custeio, ou seja, ao melhorar a graduação garante-se a sobrevivência de cursos e empregos.

Chama atenção, nesse sentido, a distância entre o desempenho da graduação e da pós-graduação. Um questionamento é recorrente: como explicar que a graduação tenha nota tão abaixo daquela obtida pela pós-graduação sendo os mesmos docentes envolvidos? Será que essa diferença é tributável apenas ao perfil ou condições de vida do aluno? Será que nós, docentes, dedicamos a mesma atenção à graduação e pós-graduação?

Tabela 3 - Componentes do Índice Geral de Cursos da Universidade Federal de Sergipe, anos-bases 2010 a 2017

Componentes	Anos							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nr. De cursos com ENADE nos últimos três anos	59	69	65	68	68	68	68	68
Número de cursos com CPC nos últimos três anos	34	56	60	60	60	60	74	88
G - Conceito médio da graduação	2,500	2,855	2,864	2,858	2,810	2,788	2,841	2,870
M - Conceito médio do mestrado	3,400	3,402	3,341	3,600	4,260	4,275	4,275	4,300
D - Conceito médio do doutorado	2,000	2,000	2,000	2,320	4,640	4,643	4,642	4,690
Proporção de graduandos no total da IES (Aluno equivalente - α)	0,858	0,893	0,889	0,861	0,866	0,830	0,829	0,806
Proporção de mestrandos no total da Pós-graduação da IES (Aluno equivalente) - β	0,75 (a)	0,78 (a)	0,75(a)	0,76(a)	-	-	-	-
Proporção relativa às matrículas nos programas de mestrado da IES - β	-	-	-	-	0,036(b)	0,107	0,110	0,123
Proporção relativa às matrículas nos programas de doutorado da IES - γ	-	-	-	-	0,095(b)	0,054	0,061	0,071
IGC contínuo	2,740	2,994	3,004	3,052	3,018	3,057	3,108	3,178
IGC Faixa (Conceito)	3	4						

Fonte: INEP/MEC, 2011 a 2018

(a) Calculados para os anos entre 2010 a 2013

(b) Calculado a partir de 2014

¹⁰ As matrículas na UFS estão assim compostas: 24.508 (84,4%) no ensino presencial; 3.337 (7,7%) no ensino à distância e 2.237 (7,9%) matrículas na pós-graduação (mestrado e doutorado). Excluem-se as matrículas no mestrado profissional, que somam 234 matriculados (Posição em 31 de dezembro de 2018).

É certo que o baixo desempenho da graduação tem origem em vários fatores, e parte deles originados fora da instituição. Entretanto, há outros que devem ser objeto de reflexão em cada instância acadêmica e merecedores de ações imediatas, sob pena de estagnação da trajetória de melhoria do desempenho.

A análise das dimensões do Conceito Preliminar de Curso (CPC) indica quais pontos devem ser objeto preferencial de ações, sobretudo a partir de ações coordenadas entre departamentos, centros e pró-reitorias.

4.3 Desempenho e conceito preliminar de curso (CPC)

O conceito preliminar de curso (CPC) é a soma ponderada dos oito indicadores referentes ao desempenho dos estudantes, corpo docente e percepções discentes sobre as condições do processo formativo, conforme detalhado na tabela 1.

A análise comparativa desses indicadores para os anos de 2014 e 2017 é realizada com base nas tabelas 3 e 4. Note que a apresentação dos resultados para os cursos presenciais contém as notas padronizadas (números) e as faixas assim representadas: 1 e 2 abaixo de 1,945 em vermelho, denotando insuficiência; 3 de 1,945 a 2,944 em amarelo, indicando suficiência, e as faixas 4 e 5 para notas acima 2,945 representando nota muito boa e excelente).

A tabela 5 tem por objetivo indicar em que sentido ocorreram as modificações nos indicadores. Comparando os resultados de 2017 com os de 2014, tem-se que as células em vermelho indicam que houve diminuição da nota e conseqüente piora do indicador, já as em azul indicam melhoria e em amarelo, manutenção. Vale ressaltar que se trata de uma simples ilustração do comportamento de cada indicador, devendo ser utilizada como constatação que deverá suportar ações mais específicas de tal forma a melhorar os resultados.

Tabela 4 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC) - UFS, 2017

CAMPUS	Código do Curso	Área de Avaliação	Desempenho dos estudantes				Corpo docente				Percepção do processo formativo			CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)	
			Nota Padronizada - Conhecimento específico	Nota Padronizada - Formação geral	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade (Faixa)	Nota Padronizada - IDD	Nota Padronizada - Mestres	Nota Padronizada - Doutores	Nota Padronizada - Regime de Trabalho	Nota Padronizada - Organização Didático-Pedagógica	Nota Padronizada - Infraestrutura e Instalações Físicas	Nota Padronizada - Oportunidades de Ampliação da Formação			
Itabiana	95055	MATEMÁTICA (LIC)	1,690	1,366	1,609	2	2,740	4,562	3,125	5,000	1,548	1,964	2,094	2,733	3	
	95053	LETRAS-PORTUGUÊS (LIC)	0,961	2,342	1,306	2	1,416	5,000	3,250	5,000	1,673	1,556	2,413	2,258	3	
	95050	FÍSICA (LIC)	1,808	3,922	2,337	3	2,940	4,310	3,966	5,000	0,000	1,173	1,180	2,878	3	
	95059	QUÍMICA (LIC)	2,084	2,414	2,167	3	2,495	4,265	3,529	5,000	3,165	2,988	3,440	3,004	4	
	95037	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC)	1,970	2,410	2,080	3	2,696	4,554	3,750	5,000	2,834	1,998	2,853	3,022	4	
	95057	PEDAGOGIA (LIC)	1,772	2,460	1,944	2	2,260	4,710	3,478	5,000	2,091	1,119	2,033	2,694	3	
	95051	GEOGRAFIA (LIC)	2,716	1,933	2,520	3	2,746	5,000	3,636	5,000	3,733	3,002	2,879	3,263	4	
95017	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	2,776	2,163	2,623	3	4,227	3,653	2,241	5,000	3,441	2,641	2,718	3,447	4		
Laranjeiras	99444	ARQUITETURA E URBANISMO	3,724	3,545	3,679	4	3,161	3,421	1,890	5,000	1,100	1,017	2,327	2,949	4	
São Cristóvão	321	MATEMÁTICA (BAC)	1,889	2,657	2,081	3	1,210	0,000	3,294	5,000	1,380	2,246	1,677	1,966	3	
	1182904	MATEMÁTICA (BAC)	2,215	1,414	2,015	3	1,810	0,705	2,637	5,000	3,637	3,103	1,355	2,322	3	
	297	MATEMÁTICA (LIC)	2,066	2,090	2,072	3	2,317	4,034	3,621	5,000	2,727	2,848	2,860	2,864	3	
	80877	LETRAS-PORTUGUÊS (LIC)	2,083	2,626	2,219	3	2,510	4,588	3,382	5,000	2,636	2,772	2,925	2,958	4	
	80896	LETRAS-PORT. E INGLÊS (LIC)	2,875	3,423	3,012	4	2,575	2,973	2,297	5,000	2,044	2,287	2,497	2,776	3	
	99426	LETRAS-PORT. E ESPANHOL (LIC)	2,564	2,332	2,506	3	1,267	2,415	2,237	5,000	3,239	2,389	2,569	2,263	3	
	20767	FÍSICA (BAC)	2,395	4,522	2,927	3	5,000	5,000	4,339	5,000	1,780	1,909	0,000	3,965	4	
	49512	FÍSICA (BAC)	0,594	2,866	1,162	2	3,261	3,846	4,509	5,000	2,775	3,029	2,232	3,129	4	
	1158648	FÍSICA (BAC)	0,065	0,766	0,240	1	0,000	5,000	5,000	5,000	3,513	2,795	3,595	2,041	3	
	20768	FÍSICA (LIC)	1,145	1,731	1,292	2	1,798	4,273	4,000	5,000	1,646	2,323	2,904	2,495	3	
	322	QUÍMICA (BAC)	2,568	2,227	2,483	3	2,970	5,000	4,831	5,000	1,957	2,929	1,078	3,331	4	
	20782	QUÍMICA (LIC)	2,958	3,154	3,007	4	2,851	4,653	4,028	5,000	1,339	2,112	1,989	3,183	4	
	20190	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BAC)	2,404	2,333	2,386	3	1,974	4,718	4,447	5,000	1,469	1,704	1,902	2,807	3	
	327	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC)	3,078	3,019	3,064	4	2,728	4,505	4,077	5,000	1,925	2,273	2,582	3,214	4	
	315	PEDAGOGIA (LIC)	2,989	3,276	3,061	4	2,570	4,333	4,000	5,000	2,547	2,751	2,797	3,210	4	
	311	HISTÓRIA (LIC)	2,406	2,425	2,411	3	2,243	5,000	3,654	5,000	1,297	2,477	2,077	2,838	3	
	80419	ARTES VISUAIS (LIC)	1,003	1,888	1,224	2	1,763	3,542	3,333	5,000	2,815	1,789	2,235	2,359	3	
	310	GEOGRAFIA (BAC)	4,043	3,779	3,977	5	5,000	5,000	2,983	5,000	2,293	2,825	3,295	4,139	5	
	328	GEOGRAFIA (LIC)	3,546	3,611	3,562	4	2,808	5,000	3,906	5,000	3,235	2,588	2,798	3,473	4	
	326	FILOSOFIA (LIC)	1,618	2,113	1,742	2	1,959	5,000	4,545	5,000	2,688	2,397	2,862	2,859	3	
	101666	EDUCAÇÃO FÍSICA (LIC)	3,137	2,098	2,878	3	1,991	5,000	4,464	5,000	1,380	1,648	2,646	2,945	3	
	116188	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	4,255	5,000	4,441	5	5,000	4,569	3,529	5,000	1,264	0,295	2,402	4,055	4	
	317	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (BAC)	3,340	2,666	3,171	4	3,113	4,611	3,667	5,000	2,796	2,316	3,000	3,395	4	
	99406	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	3,303	3,585	3,373	4	3,480	4,554	3,286	5,000	2,382	2,952	3,373	3,513	4	
	99425	MÚSICA (LIC)	2,193	2,402	2,246	3	2,354	4,271	2,500	5,000	2,400	2,016	1,750	2,668	3	
	318	CIÊNCIAS SOCIAIS (BAC)	2,301	1,882	2,196	3	2,898	4,114	3,250	5,000	2,624	2,530	2,624	3,013	4	
	20763	CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC)				SC		5,000	5,000	5,000	0,000	0,000	0,000		SC	
	294	ENGENHARIA CIVIL	3,500	3,469	3,493	4	2,595	4,500	3,235	5,000	2,469	2,637	2,747	3,190	4	
	80418	ENGENHARIA ELÉTRICA	4,686	2,495	4,139	5	4,032	3,583	3,556	5,000	2,711	2,898	3,027	3,840	4	
	116220	ENGENHARIA ELÉTRICA	2,624	2,458	2,583	3	2,572	3,614	3,478	5,000	2,346	1,989	2,391	2,920	3	
	99400	ENGENHARIA MECÂNICA	2,703	2,848	2,739	3	1,716	3,847	3,962	5,000	1,262	1,481	2,429	2,636	3	
	40149	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	3,386	3,014	3,293	4	2,748	2,487	3,575	5,000	3,002	2,431	2,807	3,135	4	
	295	ENGENHARIA QUÍMICA	3,408	2,079	3,075	4	3,440	2,429	3,983	5,000	3,229	3,214	3,274	3,459	4	
	299	ENGENHARIA QUÍMICA	4,178	3,674	4,052	5	5,000	3,375	4,125	5,000	2,741	2,575	2,811	4,212	5	
	99416	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	3,311	3,729	3,416	4	2,505	4,002	3,750	5,000	0,919	1,669	2,160	3,004	4	
	99402	ENGENHARIA DE MATERIAIS	2,180	1,930	2,118	3	2,553	3,413	4,118	5,000	2,207	2,343	3,275	2,930	3	
	1109548	ENGENHARIA DE PETRÓLEO	2,081	2,266	2,127	3	2,183	4,474	3,902	5,000		1,435	1,480	2,685	3	
	1108066	ENGENHARIA AMBIENTAL	4,154	3,689	4,038	5	3,832	4,686	3,333	5,000	1,708	2,171	2,439	3,673	4	
	49673	ENGENHARIA FLORESTAL	1,481	1,217	1,415	2	4,561	4,633	4,564	5,000	1,743	1,494	0,796	3,512	4	
	80886	LETRAS-INGLÊS	2,115	2,994	2,335	3	2,179	2,714	2,679	5,000	1,927	2,720	2,288	2,548	3	
	EAD	106404	MATEMÁTICA (LIC)	1,402	1,429	1,409	2	1,409	4,500	4,107	5,000	2,259	2,775	1,542	2,450	3
		106421	LETRAS-PORTUGUÊS (LIC)	1,004	1,438	1,112	2	2,156	4,741	3,704	5,000	2,001	2,702	2,033	2,599	3
		106408	QUÍMICA (LIC)	4,022	2,674	3,685	4	5,000	4,457	4,348	5,000	3,016	2,888	0,370	4,228	4
		106411	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC)	1,315	0,925	1,217	2	1,217	5,000	4,286	5,000	2,504	2,722	2,377	2,446	3
		106418	HISTÓRIA (LIC)	1,264	1,162	1,238	2	1,238	5,000	4,400	5,000	1,689	2,143	2,150	2,379	3
		106416	GEOGRAFIA (LIC)	1,292	1,146	1,255	2	1,687	5,000	4,423	5,000	2,210	2,689	1,930	2,603	3

Fonte: INEP/MEC/COPAC-UFS, 2018.

Tabela 5 - Síntese dos componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC) - UFS, 2014

CAMPUS	Área de Avaliação	Desempenho dos estudantes				Corpo docente				Percepção do processo formativo				CPC (Contínuo)
		Nota Padronizada - Formação geral	Nota Padronizada - Conhecimento específico	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade (Faixa)	Nota Padronizada - IDD	Nota Padronizada - Mestres	Nota Padronizada - Doutores	Nota Padronizada - Regime de Trabalho	Nota Padronizada - Organização Didático-Pedagógica	Nota Padronizada - Infraestrutura e Instalações Físicas	Nota Padronizada - Oportunidades de Ampliação da Formação		
Itabaiana	MATEMÁTICA (LIC)	2,237	2,462	2,406	3	4,116	4,091	2,424	5,000	2,847	2,701	2,762	3,385	
	LETRAS-PORT (LIC)	2,743	1,817	2,049	3	2,049	4,306	3,889	5,000	1,906	1,978	2,771	2,719	
	FÍSICA (LIC)	1,047	1,556	1,429	2	1,429	4,464	3,393	5,000	2,684	2,149	1,980	2,363	
	QUÍMICA (LIC)	1,478	0,969	1,096	2	1,828	3,661	3,214	5,000	0,725	0,591	1,484	2,112	
	C.S BIOLÓGICAS (LIC)	2,762	1,720	1,981	3	2,540	3,815	2,963	5,000	1,765	1,674	2,443	2,668	
	PEDAGOGIA (LIC)	1,277	2,505	2,198	3	4,412	5,000	3,407	5,000	2,697	2,760	2,846	3,656	
	GEOGRAFIA (LIC)	3,343	2,667	2,836	3	3,130	4,682	3,000	5,000	1,876	2,541	2,945	3,180	
	SIST. DE INFORMAÇÃO	3,157	4,351	4,053	5	5,000	3,000	1,192	5,000	3,544	3,020	3,582	3,846	
Laranjeiras	ARQ. E URBANISMO	2,025	2,086	2,071	3	2,071	4,306	2,370	5,000	0,810	0,606	2,357	2,342	
São Cristóvão	MATEMÁTICA (BAC) (1)	-	-	-	-	-	5,000	2,807	5,000	4,203	2,509	1,905	-	
	MATEMÁTICA (LIC)	2,412	2,686	2,617	3	2,382	4,262	2,910	5,000	2,396	2,904	2,717	2,881	
	LETRAS-PORT (LIC)	2,253	1,869	1,965	3	2,744	4,645	3,523	5,000	2,361	2,241	2,250	2,951	
	LETRAS-PORT E ING. (LIC)	2,539	2,484	2,497	3	3,737	4,091	1,515	5,000	0,690	1,698	1,398	2,888	
	LETRAS-PORT E ESP. (LIC)	2,734	2,163	2,306	3	2,452	4,000	2,667	5,000	2,277	2,653	2,323	2,756	
	FÍSICA (BAC)	2,801	2,604	2,653	3	2,653	3,525	3,735	5,000	2,073	2,168	2,123	2,976	
	FÍSICA (LIC)	1,001	1,007	1,005	2	1,005	3,302	3,208	5,000	0,000	0,953	1,287	1,737	
	QUÍMICA (BAC)	1,820	2,677	2,463	3	1,775	3,611	3,750	5,000	1,304	0,868	2,191	2,518	
	QUÍMICA (LIC)	1,935	2,531	2,382	3	3,253	4,167	3,333	5,000	2,119	1,393	2,111	3,084	
	C.S BIOLÓGICAS (BAC)	3,709	2,967	3,152	4	2,955	4,412	4,412	5,000	1,812	1,867	2,245	3,318	
	C.S BIOLÓGICAS (LIC)	3,385	3,072	3,151	4	2,904	4,394	3,750	5,000	1,289	1,683	2,386	3,154	
	PEDAGOGIA (LIC)	2,752	2,623	2,655	3	2,025	4,750	4,461	5,000	1,363	2,225	3,282	2,936	
	HISTÓRIA (LIC)	2,146	1,954	2,002	3	2,469	4,638	3,406	5,000	2,162	2,623	2,012	2,842	
	ARTES VISUAIS (LIC)	2,088	2,392	2,316	3	2,316	3,717	3,158	5,000	1,768	1,532	2,253	2,667	
	GEOGRAFIA (BAC)	2,344	2,609	2,543	3	3,439	5,000	3,684	5,000	2,259	1,846	2,814	3,347	
	GEOGRAFIA (LIC)	3,114	2,848	2,914	3	2,603	4,711	3,636	5,000	2,636	2,419	2,076	3,138	
	FILOSOFIA (LIC)	2,021	2,949	2,717	3	2,994	5,000	4,091	5,000	2,578	2,104	1,555	3,292	
	EDUCAÇÃO FÍSICA (LIC)	0,000	0,403	0,302	1	0,000	4,364	3,167	5,000	0,000	0,678	1,352	1,305	
	C. DA COMP. (BAC)	2,863	3,818	3,579	4	4,043	3,091	2,909	5,000	1,721	1,233	2,989	3,440	
	SIST. DE INFORMAÇÃO	1,579	3,646	3,129	4	3,129	2,659	2,748	5,000	1,551	1,353	2,686	2,959	
	MÚSICA (LIC)	1,927	1,915	1,918	2	2,361	3,395	1,950	5,000	2,550	1,824	2,064	2,465	
	C.S SOCIAIS (BAC)	3,180	1,844	2,178	3	2,029	4,167	3,095	5,000	0,158	1,363	0,972	2,402	
	C.S SOCIAIS (LIC)	2,458	2,042	2,146	3	3,012	5,000	3,667	5,000	0,578	1,764	1,552	2,954	
	ENG CIVIL	3,128	3,805	3,636	4	3,636	3,882	3,043	5,000	1,448	1,764	2,022	3,370	
	ENG ELÉTRICA	1,652	3,013	2,673	3	2,673	3,583	3,372	5,000	1,304	1,476	1,872	2,838	
	ENG DE COMPUTAÇÃO	3,938	3,753	3,799	4	5,000	2,518	3,409	5,000	2,245	2,313	3,459	3,956	
	ENG MECÂNICA	2,304	2,341	2,332	3	2,332	2,364	2,941	5,000	1,903	1,809	2,602	2,574	
	ENG QUÍMICA	1,501	2,496	2,247	3	2,247	2,979	3,668	5,000	0,491	1,270	0,881	2,507	
	ENG DE ALIMENTOS	3,147	2,659	2,781	3	3,061	2,477	3,523	5,000	3,111	3,207	3,563	3,200	
	ENG DE PRODUÇÃO	2,321	2,709	2,612	3	2,741	3,857	3,571	5,000	1,652	1,960	2,798	2,974	
	ENG DE PETRÓLEO	3,271	3,198	3,216	4	2,189	2,763	3,172	5,000	1,655	2,173	2,602	2,765	
	ENG FLORESTAL	3,288	1,513	1,957	3	1,659	4,368	4,348	5,000	2,450	2,022	1,984	2,661	

Fonte: INEP/MEC/COPAC-UFS, 2018.

(1) Curso com 1 aluno inscrito no ENADE e 1 participante.

Tabela 6 - Comparação dos resultados das componentes do Conceito Preliminar de Curso (CPC) para 2014 e 2017 - UFS

CAMPUS	Código do Curso	Área de Avaliação	Desempenho dos estudantes				Corpo docente				Percepção do processo formativo			CPC (Contínuo)	CPC (Faixa)	
			Nota Padronizada - Conhecimento específico	Nota Padronizada - Formação geral	Conceito Enade (Contínuo)	Conceito Enade (Faixa)	Nota Padronizada - IDD	Nota Padronizada - Mestres	Nota Padronizada - Doutores	Nota Padronizada - Regime de Trabalho	Nota Padronizada - Organização Didático-Pedagógica	Nota Padronizada - Infraestrutura e Instalações Físicas	Nota Padronizada - Oportunidades de Ampliação da Formação			
Itabirana	95055	MATEMÁTICA (LIC)														
	95053	LETRAS-PORTUGUÊS (LIC)														
	95050	FÍSICA (LIC)														
	95059	QUÍMICA (LIC)														
	95037	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC)														
	95057	PEDAGOGIA (LIC)														
	95051	GEOGRAFIA (LIC)														
	95017	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO														
Laranjeiras	99444	ARQUITETURA E URBANISMO														
São Cristóvão	321	MATEMÁTICA (BAC)														
	1182904	MATEMÁTICA (BAC)														
	297	MATEMÁTICA (LIC)														
	80877	LETRAS-PORTUGUÊS (LIC)														
	80896	LETRAS-PORT. E INGLÊS (LIC)														
	99426	LETRAS-PORT. E ESPANHOL (LIC)														
	20767	FÍSICA (BAC)														
	49512	FÍSICA (BAC)														
	1158648	FÍSICA (BAC)														
	20768	FÍSICA (LIC)														
	322	QUÍMICA (BAC)														
	20782	QUÍMICA (LIC)														
	20190	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (BAC)														
	327	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (LIC)														
	315	PEDAGOGIA (LIC)														
	311	HISTÓRIA (LIC)														
	80419	ARTES VISUAIS (LIC)														
	310	GEOGRAFIA (BAC)														
	328	GEOGRAFIA (LIC)														
	326	FILOSOFIA (LIC)														
	101666	EDUCAÇÃO FÍSICA (LIC)														
	116188	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO														
	317	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (BAC)														
	99406	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO														
	99425	MÚSICA (LIC)														
	318	CIÊNCIAS SOCIAIS (BAC)														
	20763	CIÊNCIAS SOCIAIS (LIC)														
	294	ENGENHARIA CIVIL														
	80418	ENGENHARIA ELÉTRICA														
	116220	ENGENHARIA ELÉTRICA														
	99400	ENGENHARIA MECÂNICA														
	40149	ENGENHARIA DE ALIMENTOS														
	295	ENGENHARIA QUÍMICA														
	299	ENGENHARIA QUÍMICA														
	99416	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO														
99402	ENGENHARIA DE MATERIAIS															
1109548	ENGENHARIA DE PETRÓLEO															
1108066	ENGENHARIA AMBIENTAL															
49673	ENGENHARIA FLORESTAL															
80886	LETRAS-INGLÊS															

A seguir serão analisados os desempenhos dos campi segundo componentes das três dimensões do Conceito Preliminar de Curso de 2017 (tabela 3) e comparando-se aos resultados de 2014 (tabela 4) e ilustrando as variações (tabela 5).

4.4 Campus Prof. Alberto Carvalho (Campus de Itabaiana)

4.4.1 Desempenho dos estudantes

- a) **Conhecimento específico:** A nota média caiu de 2,256 para 1,972 (variando negativamente na classe 3). Essa redução da média é o resultado da piora do desempenho nos cursos de Matemática, cuja redução foi de 2,462 para 1,690 (caindo da classe 3 para 2), Letras, que caiu de 1,817 para 0,961 (variando negativamente na classe 2) e Pedagogia, de 2,505 para 1,772 (caindo para a classe 2);
- b) **Formação geral:** a nota média aumentou timidamente de 2,255 para 2,376 (variando positivamente na classe 3). Não fosse o importante desempenho dos cursos de Física, passando de 1,047 para 3,922 (saltando da classe 2 para a 4) e Química, que cresceu de 1,478 para 2,414 (passando da classe 2 para 3), o desempenho da formação geral seria também negativo: dos oito cursos avaliados, cinco apresentaram piora nessa dimensão. O curso de Matemática caiu de 2,237 para 1,306 (caindo da classe 3 para 2), Letras diminuiu de 2,743 para 2,342 e Ciências Biológicas passou de 2,762 para 2,410 (ambos variando negativamente na classe 3). Já os cursos de Geografia e Sistemas de Informação apresentaram piora significativa, saindo de 3,343 e 3,157 para 1,933 e 2,163, respectivamente (ambos caindo para a classe 3);
- c) **Enade:** por conta do desempenho acima, a nota média do Enade diminuiu de 2,256 para 2,073 (variando negativamente na classe 3). Dos oito cursos avaliados, cinco apresentaram redução no conceito contínuo. O curso de Matemática caiu de 2,406 para 1,609, da mesma forma que Letras-Português diminuiu de 2,049 para 1,306. Pedagogia, que reduziu de 2,198 para 1,944 e Geografia, de 2,836 para 2,520 variaram negativamente na classe 3, mas chama atenção a importante queda do curso de Sistema da Informação, caindo de 4,053 para 2,623 (da classe 5 para 3)

★ Os resultados acima implicam também na queda do Índice de Diferença de Desempenho, ou seja, entre o esperado e o realizado. Trata-se de um indicador que tenta quantificar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem. Desta forma, a redução de 3,063 para 2,69, entre 2014 em 2017, indica a premência de melhorias.

4.4.2 Corpo docente

- a) **Mestres, doutores e regime de trabalho:** Essa dimensão reflete o processo de expansão do corpo docente ocorrido ao longo da última década, fazendo com que tanto o número quanto a qualificação

acadêmica dos professores apresente excelentes resultados. Note que em 2017 todos os cursos do Campus de Itabaiana obtiveram notas contínuas entre 3,372 (doutores) e 5 (regime de trabalho), o que representa classe 5.

4.4.3 Percepção do processo formativo

- a) **Organização didático-pedagógica:** A nota média dessa componente aumentou levemente de 2,256 para 2,311 (variando na classe 3). Nesta dimensão, os cursos de Matemática e Letras também apresentaram redução da nota, caindo de 2,847 e 1,906 para 1,548 e 1,673, respectivamente. Por outro lado, o curso de Física aumentou de 0,725 para 3,165 (passando da classe 1 para 4), bem como Ciências Biológicas passou de 1,765 para 2,834 (da classe 2 para 3) e Geografia, de 1,878 para 3,733 (da classe 2 para 4).

★ Cabe aqui destacar que o Campus de Itabaiana ainda está em processo de consolidação, com pouco mais de uma década de funcionamento. Assim, chama atenção a avaliação que os alunos fazem da organização didático-pedagógica, sugerindo a necessidade de revisão ou melhor discussão junto aos discentes.

- b) **infraestrutura:** a avaliação pelos alunos sobre a infraestrutura talvez seja a de maior conteúdo crítico. Pesquisas como a Avaliação Institucional semestral indicam claramente que nem sempre os esforços institucionais são adequadamente percebidos pela comunidade que legitimamente exige melhorias constantes. Por outro lado, há a percepção da necessidade de melhorar a comunicação entre gestão e comunidade acadêmica principalmente para divulgar o volume de investimentos e as melhorias infraestruturais já obtidas. O caso do Campus de Itabaiana é bastante ilustrativo. Entre 2014 e 2017 a nota média dessa dimensão caiu de 2,177 para 2,055, dado que dos oito cursos avaliados cinco apresentaram piora na percepção da qualidade de infraestrutura. No curso de Matemática a redução foi de 2,701 para 1,964 (Variando na classe 3), Letras Português, de 1,978 para 1,556 e Física de 2,149 para 1,173. Há, por outro lado, o caso de Química, cujo aumento foi de 0,591 (classe 1) para 2,998 (Classe 4).
- c) **Oportunidade de ampliação:** A percepção por parte do aluno sobre a oportunidade de ampliação acadêmica e profissional que o curso proporciona do curso diminuiu de 2,701 (nota 3) para 1,907 (nota 2). Em 2013, apenas o curso de Fonoaudiologia obteve nota insuficiente, 1,482 (nota 2); já em 2016, 3 dos 5 cursos foram avaliados como insuficientes, quais sejam, Odontologia, Medicina e Enfermagem.

4.4.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O índice que sintetiza todos os componentes acima é o CPC. Através dele é obtida uma visão geral sobre os cursos, permitindo avaliar suas trajetórias ao longo dos ciclos avaliativos.

- a) **CPC contínuo:** Por conta do desempenho descrito, a nota média dos cursos do Campus de Itabaiana diminuiu levemente de 2,991 para 2,912, mas ainda assim manteve-se como muito bom (nota 4). Merecem destaque os cursos de Química, Ciências Biológicas, Geografia e Sistemas de Informação, todos eles na classe 4.

★ Em síntese: na dimensão Desempenho dos Estudantes, é visível a necessidade de melhoria no desempenho em Conhecimentos Específicos, cuja nota média foi 1,972 (Classe 3).

No Processo Formativo, os investimentos devem ser não apenas no aprimoramento contínuo da organização didático-pedagógica, mas também na infraestrutura e percepção de aplicação que a UFS pode proporcionar aos alunos.

É fato que a comunicação institucional pode ser mais eficiente em fazer chegar à comunidade acadêmica informações mais detalhadas sobre o esforço institucional de investimentos.

4.5 Campus de Laranjeiras (Curso de Arquitetura e Urbanismo)

4.5.1 Desempenho dos estudantes

- a) **Conhecimento específico:** a nota média apresentou importante aumento de 2,086 (classe 3) para 3,724 (classe 4).
- b) **Formação geral:** também apresentou aumento importante, passando de 2,025 (Classe 3) para 3,545 (classe 4);
- c) **Enade:** o conceito médio contínuo do Enade passou de 2,071 (classe 3) para 3,679 (classe 4)

★ O desempenho dos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo merece destaque pelo importante avanço no ENADE, devendo servir inclusive como modelo aos demais campi e cursos que trilharam caminho inverso.

4.5.2 Corpo docente

- a) **Mestres, doutores e regime de trabalho:** redução da nota padronizada de mestres, de 4,306 para 3,421 (variando negativamente da classe 5 para 4), da mesma forma que a nota de doutores caiu de 2,370 para 1,890 (caindo da classe 3 para 2). Uma possível explicação para esse comportamento é o fato de vários professores estarem afastados para doutorado, sendo substituídos por docentes temporários. Acrescente-se também que nesse cômputo são considerados não apenas os docentes do departamento, mas de outros cursos que ministram disciplinas de serviço para Arquitetura e Urbanismo.

4.5.3 Percepção do processo formativo

- a) **Organização didático-pedagógica:** leve melhoria na percepção sobre a organização didático pedagógica, passando de 0,806 (nota 1) para 1,10 (nota 2), mas ainda considerada insuficiente.
- b) **infraestrutura:** leve melhoria na percepção do aluno, passando de 0,806 (classe 1) para 1,017 (classe 2), também figurando como insuficiente.
- c) **Oportunidade de ampliação:** A percepção por parte do aluno sobre a oportunidade de ampliação acadêmica e profissional que o curso proporciona do curso manteve-se inalterada em 2,3 (nota 3).

★ Os resultados acima parecem reforçar a ideia de que há maior carga crítica por parte dos alunos quanto o processo formativo. Não parece ser razoável que organização didático-pedagógica e infraestrutura avaliadas como insuficientes produzam avanços substantivos tanto na nota de conhecimentos gerais quanto específicos. Essa incongruência pode reforçar a necessidade de ampliar a comunicação junto à comunidade acadêmica, tornando-os mais próximos às melhorias obtidas nos últimos anos.

4.5.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

A nota média do curso de Arquitetura do Campus de Laranjeiras São Cristóvão, leia-se Arquitetura e Urbanismo, apresentou leve variação negativa, certamente influenciado tanto pela nota dos docentes quanto pela percepção do processo formativo por parte dos alunos.

- a) **CPC contínuo:** a nota média do curso apresentou leve variação negativa, passando de 2,991 para 2,949 (classe 4)

★ Os resultados acima deixam clara a necessidade de ampliar a discussão sobre a organização didático-pedagógica, mas sobretudo de aprimorar a percepção dos alunos acerca do que já foi construído. Conhecer cada passo, cada barreira vencida e o que há por fazer permite que as responsabilidades sejam repartidas e que a visão crítica seja mais resolutiva.

4.6 Campus de São Cristóvão

4.6.1 Desempenho dos estudantes

Os cursos do Campus de São Cristóvão apresentaram, em perspectiva, melhorias importantes nessa dimensão, sendo que a nota média da variável Conhecimento Específico aumentou de 2,535 para 2,637, a Formação Geral, que passou de 2,439 para 2,712 e o Conceito Contínuo do ENADE, de 3,216 para 3,359 (faixa 4).

- a) **Conhecimento específico:** os cursos de Engenharia Eletrônica (4,686), Engenharia da Computação (4,255), Engenharia Química (4,178), Engenharia Ambiental (4,154) e Geografia Bacharelado (4,043) obtiveram as maiores notas e alcançaram a faixa 5. Por outro lado, os cursos de Física Bacharelado (0,594), Física Licenciatura (1,145), Filosofia (1,618), Engenharia Florestal (1,481) e Artes Visuais (1,005) foram os que apresentaram o pior desempenho e compuseram a faixa 2.
- b) **Formação geral:** o curso de Engenharia da Computação obteve nota 5, seguido por Física Bacharelado, com nota 4,522, ambos figurando na classe 5. Com desempenho mais baixo estão os cursos de Engenharia Florestal (1,217), Ciências Sociais Bacharelado (1,882), Matemática Bacharelado (1,414), Engenharia de Materiais (1,93) e Artes Visuais (1,888).
- c) **Enade:** os cursos com melhor desempenho no ENADE foram Engenharia da Computação (4,441), Engenharia Eletrônica (4,139) e Engenharia Química (4,052), todos estes na classe 5. Já os cursos de Artes Visuais e Física Bacharelado (1,162) tiveram conceito insuficiente.

4.6.2 Corpo docente

- a) **Mestres, doutores e regime de trabalho:** a nota média dos mestres foi de 3,987 (classe 5), de doutores, 3,727 (classe 4) e regime de trabalho, 5 (classe 5). Considerando os cursos, apenas Enfermagem e Nutrição tiveram desempenho regular, os demais foram muito e excelente.

★ O resultado acima, quando cotejados com o desempenho em conhecimentos gerais e específicos, indicam que a melhoria do desempenho dos alunos não passaria mais pela titulação docente, dado que são excelentes as notas daquela dimensão. Talvez, conforme será visto, a organização didático-pedagógica e a percepção do aluno devam merecer maior atenção.

4.6.3 Percepção do processo formativo

- a) **Organização didático-pedagógica:** a percepção do aluno melhorou de 1,753 para 2,206, variando positivamente na classe 3. Dentre os cursos, merece destaque Matemática Bacharelado (3,637), Letras-Português e Espanhol (3,239) e Física Bacharelado (3,513), todos estes na classe 4. As avaliações com menor nota foram as dos cursos de Química Licenciatura (1,319), Educação Física Licenciatura (1,264), Engenharia Florestal (1,708), Engenharia Ambiental (1,743) e Engenharia de Produção (0,919);
- b) **infraestrutura:** Na percepção dos alunos, o melhor nível de infraestrutura está nos cursos de Matemática Bacharelado (3,10), Física

Bacharelado (3,029) e Engenharia Química (3,214), todos estes na classe 4. Em situação oposta estão cursos como Engenharia da Computação (0,295) Ciências Biológicas (1,704), Química Bacharelado (1,078) e Música (1,750);

- c) **Oportunidade de ampliação:** observe-se que apesar da percepção crítica sobre infraestrutura e organização didático-pedagógica, os alunos acreditam que a UFS contribui para a ampliação de formação. Essa variável foi a de melhor na dimensão Processo Formativo. São os alunos dos cursos de Engenharia de Materiais (3,275), Engenharia Química (3,274), Sistemas de Informação (3,373) e Engenharia Eletrônica (3,027) que melhor pontuaram nessa variável, todos na classe 4. Já os de Física Bacharelado (0,0), Engenharia Florestal (0,796) e Química Bacharelado (1,078) foram os que pior avaliaram.

★ Os resultados acima suscitam reflexões interessantes sobre possíveis relações entre variáveis. Como explicar que cursos como Engenharia da Computação e Engenharia de Alimentos logrem notas elevadas de conhecimentos gerais e específicos no ENADE, mas que possuam, de acordo com os alunos, deficiente organização didático-pedagógica e infraestrutura? Por outro lado, quais fatores estariam relacionados com casos como o de Artes Visuais, onde os alunos apresentaram baixa nível de conhecimento geral e específico, mas avaliaram bem a organização didático-pedagógica e infraestrutura?

4.6.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

- a) **CPC contínuo:** a nota média dos cursos do Campus de São Cristóvão foi 3,065 (nota 4). O melhor desempenho foi obtido pelo curso de Engenharia Química 4,121 (nota 5).

4.7 O desempenho acadêmico e as cotas

A abordagem do desempenho dos alunos frequentemente se depara com questionamentos sobre possíveis diferenças de *performance* entre alunos que ingressaram através da ampla concorrência ou das cotas. Seja pela falta de evidências na fase inicial da política de cotas ou mesmo pela indisposição em examinar indicadores objetivos, o fato é que o debate acerca desse tema tem permanecido na área das especulações.

Na ausência de tais evidências, o desempenho acadêmico da UFS a partir de 2010 poderia facilmente ser interpretado como o efeito negativo das cotas. Observe que a redução de 56% para 29% ocorre justamente entre 2010 e 2014, período de implantação das cotas. Pois bem, já foi demonstrado que isto ocorreu por conta do elevado número de ingressantes por outras formas, em 2010.

A segunda interpretação, também equivocada, era que as cotas atraíam alunos com deficiências educacionais importantes principalmente porque eram egressos de escolas públicas, o que prejudicaria o desempenho acadêmico. A se confirmar tal hipótese, o desempenho acadêmico dos cotistas ou dos egressos da rede pública de ensino deveria ser inferior ao dos não cotistas ou da rede privada.

Parece que esse argumento também não é confirmado pelos indicadores oficiais da UFS.

Cabem aqui algumas considerações de ordem metodológica. A primeira delas é considerar nesta análise apenas os alunos com status ativo, excluindo-se os alunos já formandos, graduandos ou formados. Não se consideram também os alunos em situação de trancamento. A segunda opção metodológica foi a de considerar os alunos que ingressaram na UFS a partir de 2016, devido a mudanças na forma de cálculo dos indicadores de desempenho acadêmico, principalmente da média geral ponderada (MGP), que foi substituída pela média de curso (MC). Considerando também que houve mudanças nas categorias de cotas, optou-se também por não haver conciliação das categorias nos anos considerados.

4.7.1 O desempenho segundo média de curso (MC) por cota

Os resultados a seguir destinam-se constatar a existência de diferenças no desempenho – mensurado através da média de curso - entre alunos cotistas e não cotistas. Cabe afastar qualquer pretensão explicativa acerca de eventuais diferenças, condicionantes ou fatores geradores. Espera-se, entretanto, que os indicadores a seguir estimulem o debate sobre alternativas que atenuem deficiências na formação educacional pretérita dos nossos alunos e potencialize a assimilação do conhecimento produzido no ensino superior. Não há, portanto, que se buscar culpados; mas colaboradores.

Reponde-se a seguinte pergunta: o desempenho dos alunos cotistas é pior que dos não cotistas? Observem-se inicialmente as médias de curso (MC) dos alunos ingressantes nos anos de 2015 a 2017, e que estavam ativos em março de 2018.

Comparando os alunos que ingressaram através da ampla concorrência e cotistas, não é possível concluir que exista diferença substantiva entre os desempenhos. Observe, por exemplo, que entre os ingressantes em 2015 (tabela 3) nos cursos do Campus de Aracaju, a média de curso da ampla concorrência é 7,4 e entre os cotistas variou entre 6,4 e 7,4. No Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), a média da ampla concorrência foi de 6,2 e entre os cotistas variou entre 5,9 e 6,7. Essa relativa homogeneidade das médias foi observada em quase todos os centros, excetuando-se apenas o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, onde todas as médias estiveram abaixo das demais e os cotistas apresentaram desempenho inferior aos da ampla concorrência.

O desempenho dos ingressantes em 2016 e 2017 manteve basicamente o mesmo padrão, tendo algumas cotas superado a ampla concorrência. É o caso dos ingressantes em 2016 no CCSA, onde a média dos cotistas foi superior à da ampla concorrência. Em 2017, esse comportamento foi observado no Campus de Itabaiana e no Campus de Laranjeiras.

Em síntese, é factível que haja casos - disciplinas ou mesmo cursos - nos quais o desempenho dos cotistas seja pior que os da ampla concorrência, mas não se pode assumir que haja diferença substantiva entre eles quando as médias observadas referem-se aos Centros ou Campi.

Tabela 7 - Média de curso dos alunos ativos ingressantes em 2015, segundo cota de ingresso na UFS, 2018

Unidade/média de curso/alunos		AC	D	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	I	PD
		Ampla concorrência	Todos os candidatos	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos com deficiência	Candidato com deficiência.
CAMPUSAJU	MC	7,4		7	7,4	6,4	7						7,4
	Alunos	113		52	16	49	12						2
CAMPUSITA	MC	6,1		6,5	7,1	6,2	6						8,2
	Alunos	149		63	21	55	19						2
CAMPUSLAG	MC	7		6,8	6,2	6,4	7,3						5,4
	Alunos	145		61	21	60	12						5
CAMPUSLAR	MC	6,8		6,9	6,1	7,6	8,1						
	Alunos	49		21	4	17	4						
CAMPUSSER	MC		6,9					6,9	6,6	5,8	6,4	5	
	Alunos		63					9	20	9	28	2	
CCAA	MC	5,5		5,8	5,1	5,5	4,9						2,1
	Alunos	74		39	11	31	10						3
CCBS	MC	6,2		5,9	6,6	5,3	6,7						6,2
	Alunos	118		55	17	38	15						4
CCET	MC	5,3		4,8	4,7	5,2	4,4						3,4
	Alunos	364		157	34	114	48						7
CCSA	MC	6,8		6,7	6,1	6,6	6,6						4,7
	Alunos	201		82	31	78	23						7
CECH	MC	6,8	6,9	6,7	7	7	6,4	8	6,7	7,9	7,5		5,1
	Alunos	304	17	135	43	125	33	4	8	4	14		9
Total	MC	6,3	6,9	6,2	6,3	6,2	5,9	7,3	6,6	6,4	6,8	5	4,9
	Alunos	1,517	80	665	198	567	176	13	28	13	42	2	39

Fonte: COPAC, 2018

Tabela 8 - Índices de eficiência na carga horária e no período letivo dos alunos ativos ingressantes em 2015, segundo cota de ingresso na UFS, 2018

Unidade/média de curso/alunos		AC	D	D1	D2	D3	D4	E	F	G	H	I	PD
		Ampla concorrência	Todos os candidatos	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e não autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos da escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas	Candidatos com deficiência	Candidato com deficiência.
CAMPUSAJU	IECH	0,91		0,87	0,93	0,81	0,88						0,81
	IEPL	0,77		0,75	0,77	0,68	0,72						0,52
CAMPUSITA	IECH	0,75		0,84	0,85	0,75	0,75						1,00
	IEPL	0,71		0,80	0,80	0,67	0,75						0,89
CAMPUSLAG	IECH	0,90		0,88	0,82	0,84	0,94						0,72
	IEPL	0,89		0,87	0,84	0,83	0,87						0,70
CAMPUSLAR	IECH	0,83		0,78	0,67	0,81	0,95						
	IEPL	0,82		0,79	0,69	0,81	0,95						
CAMPUSSER	IECH		0,92					0,97	0,80	0,82	0,83	0,69	
	IEPL		1,05					1,09	0,93	0,93	0,95	0,88	
CCAA	IECH	0,70		0,72	0,61	0,71	0,66						0,35
	IEPL	0,66		0,72	0,56	0,67	0,62						0,31
CCBS	IECH	0,75		0,75	0,78	0,65	0,78						0,72
	IEPL	0,69		0,69	0,74	0,61	0,66						0,63
CCET	IECH	0,67		0,61	0,61	0,65	0,56						0,44
	IEPL	0,66		0,60	0,60	0,64	0,55						0,41
CCSA	IECH	0,80		0,81	0,74	0,77	0,78						0,56
	IEPL	0,75		0,75	0,69	0,72	0,72						0,48
CECH	IECH	0,78	0,82	0,79	0,82	0,81	0,72	0,94	0,82	0,97	0,84		0,58
	IEPL	0,69	0,72	0,70	0,74	0,71	0,65	0,92	0,76	0,97	0,72		0,57
Total	IECH	0,77	0,90	0,76	0,77	0,75	0,72	0,96	0,81	0,87	0,84	0,69	0,60
	IEPL	0,72	0,98	0,71	0,72	0,70	0,67	1,04	0,88	0,94	0,87	0,88	0,54

Fonte: COPAC, 2018

4.8 O desempenho acadêmico e a escola de egresso

O argumento de que a baixa qualidade do ensino básico e médio cabaria também comprometendo o desempenho do aluno na UFS merece também ser examinado. Cabe destacar que 65% dos alunos ingressantes em 2017 e que estão com status ativo são egressos de escolas públicas¹¹. Desta forma, poder-se-ia atribuir à origem escolar do estudante da UFS parte substantiva do seu eventual baixo desempenho. Ainda nesse raciocínio, os alunos oriundos da rede privada apresentariam desempenho superior e portanto eis a “chave do problema”: o aumento da participação de alunos da rede pública.

A se comprovar tal hipótese, o desempenho dos alunos egressos de escolas particulares deveria superar largamente o dos egressos da rede pública. Pois bem, os dados das tabelas 8 a 11 não permitem tal conclusão. Entre os ingressantes em 2015, a diferença na média de curso (MC) em favor dos egressos da rede privada não foi superior a 0,7 ponto, no Campus de Aracaju, mas há casos em que a média dos alunos egressos da rede pública supera os da rede privada, como no Campus de Itabaiana e Sertão, com diferença de 0,5 e 0,3 ponto, respectivamente. No CCAA, não houve diferença entre os desempenhos em 6,7 pontos e nos demais centros a vantagem da escola privada é muito pequena. Da mesma forma, tanto no índice de eficiência na carga horária ou no período letivo, não há diferenças substantivas em favor do desempenho de alunos egressos da rede privada.

Tabela 9 - Média de curso dos alunos ativos ingressantes em 2015, segundo dependência administrativa da escola de egresso, 2018					Tabela 10 - Índices de eficiência na carga horária e no período letivo dos alunos ativos ingressantes em 2015, segundo dependência administrativa da escola de egresso, 2018				
Unidade/média de curso/alunos	Dependência administrativa da escola de egresso				Unidade/média de curso/alunos	Dependência administrativa da escola de egresso			
	Privada	Pública				Privada	Pública		
		Estadual ou municipal	Federal	Estadual ou municipal			Federal		
CAMPUSAJU	MC	7,4	6,7	7,8	CAMPUSAJU	IECH	0,91	0,85	1,00
	Alunos	110	122	2		IEPL	0,76	0,73	0,76
CAMPUSITA	MC	5,8	6,3	4,1	CAMPUSITA	IECH	0,72	0,79	0,48
	Alunos	68	201	6		IEPL	0,68	0,74	0,41
CAMPUSLAG	MC	7,1	6,7	6,9	CAMPUSLAG	IECH	0,91	0,88	0,88
	Alunos	120	142	10		IEPL	0,90	0,87	0,82
CAMPUSLAR	MC	7,1	6,5	-	CAMPUSLAR	IECH	0,85	0,74	-
	Alunos	41	65	-		IEPL	0,85	0,72	-
CAMPUSSER	MC	6,3	6,6	6,6	CAMPUSSER	IECH	0,85	0,88	0,68
	Alunos	13	98	2		IEPL	0,97	1,01	0,90
CCAA	MC	5,6	5	0	CCAA	IECH	0,71	0,64	0,30
	Alunos	73	92	1		IEPL	0,63	0,61	0,30
CCBS	MC	6,3	5,8	-	CCBS	IECH	0,76	0,71	-
	Alunos	93	146	-		IEPL	0,69	0,64	-
CCET	MC	5,1	4,7	5,7	CCET	IECH	0,66	0,59	0,73
	Alunos	348	374	19		IEPL	0,66	0,57	0,72
CCSA	MC	6,9	6,5	5,9	CCSA	IECH	0,83	0,76	0,73
	Alunos	163	222	3		IEPL	0,78	0,69	0,78
CECH	MC	6,7	6,7	6,3	CECH	IECH	0,77	0,78	0,74
	Alunos	230	418	4		IEPL	0,68	0,69	0,64
Total	MC	6,3	6,1	5,8	Total	IECH	0,77	0,74	0,73
	Alunos	1.259	1,88	47		IEPL	0,72	0,70	0,70

Fonte: COPAC, 2018

Fonte: COPAC, 2018

¹¹ Em Sergipe, a rede pública congrega 81,6% do total de escolas em atividade, com 94,8% dos matriculados do 1º ao 5º ano, 81% do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 81,2% das matrículas no ensino médio. Portanto, falar da educação em Sergipe é tratar de educação pública

Os dados acima não permitem afirmar que o desempenho dos alunos egressos da rede pública seja inferior aos da rede privada e, portanto, que o rendimento acadêmico na UFS seja influenciado negativamente por esses alunos. Chama atenção, por sua vez, a dispersão ou amplitude de variação dos indicadores de desempenho, fato que sugere que o desempenho diferencial não deriva da origem escolar ou da forma de ingresso apenas, mas envolve questões sociais mais complexas.

Isto enseja discutir uma percepção, muitas vezes equivocada, do que venha a ser meritocracia. A meritocracia, em síntese, pode ser entendida como um dispositivo que premia aqueles que logram, mediante esforços pessoais, obter melhor desempenho. Esse princípio pode ser verdadeiro quando as pessoas possuem condições similares de empregar seus esforços e habilidades.

A premiação é uma das faces da meritocracia, mas no outro lado da moeda tem-se a punição. De fato, na perspectiva da meritocracia o insucesso deve ser tratado com punição, uma vez que deriva da falta ou insuficiência de esforço ou empenho na execução de uma tarefa.

A defesa da meritocracia em sociedades com profunda desigualdade esconde ainda outra armadilha: a seletividade. A meritocracia não deve ser aplicada apenas aos outros ou à parte da população, mas a todos.

Há também certa confusão sobre igualdade e equidade. Na educação superior, é preciso ter claro que a noção de igualdade de acesso ao ensino público é afetada pela própria estrutura educacional brasileira, cujas disparidades correlativas de condições de vida, estrutura e características familiares estão no nascedouro e perenizam as desigualdades de oportunidades.

Os avanços na ampliação da oferta de vagas na graduação consoante as cotas foi um passo importante em direção da igualdade de oportunidades: O rápido processo de expansão da UFS - que entre 2010 e 2017 aumentou o número de vagas para ingressantes na educação presencial aumentou de 2.000 para 5.720 - pode ser caracterizado como inclusivo dado que 56% dos atuais ingressantes são cotistas. A interiorização da UFS para municípios como Nossa Senhora da Glória, Laranjeiras, Itabaiana e Lagarto certamente aumenta as chances de ingresso no ensino superior de qualidade de parte considerável da população sergipana. E isto contribui para a redução das desigualdades regionais.

4.9 Resultados da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa - Posgrap

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020 da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que cumpre o que estabelece a Lei nº 11.892, de 29/12/2008, expressa o perfil da universidade, sua missão, visão, políticas acadêmicas e administrativas, fundamentadas em sua realidade institucional, e igualmente estabelecendo objetivos e metas estratégicas para o período de 2016 a 2020. Neste sentido, o PDI tem em seu cerne uma política bem definida para as ações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP) e as coordenações a ela vinculada, visando a consolidação da pós-graduação e da pesquisa científica e acadêmica, bem como as ações de inovação, desenvolvimento tecnológico, transferência de tecnologia e internacionalização.

As ações da POSGRAP e das coordenações a ela vinculada (**Coordenação de Pós-Graduação - COPGD, Coordenação de Pesquisa - COPES, Coordenação de Inovação e Transferência e Tecnologia - CINTTEC e Coordenação de Relações Internacionais - CORI**) durante o período compreendido entre 2016-2018 buscou trabalhar em três linhas básicas que estão ancoradas nos princípios descritos no PDI (2016-2020): A) A consolidação e crescimento da pesquisa e da pós-graduação (PGs); B) A democratização e inclusão nos serviços prestados, e C) Uma maior integração com a sociedade.

4.9.1 Coordenação de Pós-graduação - COPGD

A Pós-Graduação da UFS compreende o conjunto de atividades de ensino e pesquisa, em nível avançado, com a participação de docentes e discentes de diferentes áreas de conhecimento. Seu objetivo é formar recursos humanos altamente qualificados nas diferentes áreas do conhecimento para o exercício de atividades de ensino, de pesquisa básica e aplicada e para atender demandas de desenvolvimento do mercado de trabalho em geral. As atividades da Pós-Graduação na instituição são normatizadas pela Resolução nº 025/2014 do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE/UFS) e são operacionalizadas pela POSGRAP, por meio da Coordenação de Pós-Graduação(COPGD), da Comissão de Pós-Graduação (CPG) e dos Comitês de Pós-Graduação. Durante o período do triênio 2016-2018, a COPGD realizou várias ações a fim de atender as demandas dos Programas de Pós-graduação da UFS, bem como atividades relacionadas ao plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2020).

Figura 7 – Evolução da Pós-graduação 2016-2018: Oferta



Considerando que durante o exercício do PDI 2016-2020 ocorrerá duas avaliações quadriênicas da CAPES (sendo uma finalizada em 2016 e outra finalizada em 2020) destaca-se os resultados obtidos neste período que demonstram uma consolidação da pós-graduação de nossa instituição. Desta forma, a evolução da pós-graduação da UFS está destacada no Infográfico 2 através do envio e aprovação de novas propostas de cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmico junto a CAPES, com maior destaque na elevação em 25% do número de Doutorados, o que está atrelado ao aumento do número de docentes na instituição e, conseqüentemente, da participação destes em sua maioria em programas de PGs. Outro dado digno de nota é o número de

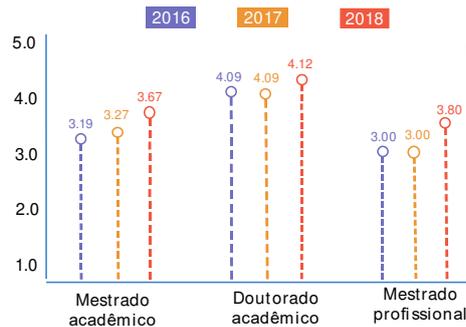
matrículas nos PPGs que se manteve basicamente sem alterações durante o período.

Figura 8 – Evolução da Pós-graduação 2016-2018: Sucesso

EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO PERÍODO DE 2016 A 2018

COPGD | UFS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

4 Média do conceitos dos programas:



A pós-graduação da UFS encontra-se em processo de evolução e consolidação

5 Tempo médio de defesas:



mestrado
doutorado

A principal causa do aumento do tempo médio de defesa para o doutorado está na reduzida disponibilidade do número de cotas DS/CAPEs, DS/Pró-reitoria e FAPITEC.

6 Número de cotas de bolsas:

	2016	2017	2018
doutorado			
cota pró-reitoria	07	07	07
CAPEs/DC	196	189	204
FAPITEC	56	-	24
mestrado			
cota pró-reitoria	18	18	18
CAPEs/DC	419	414	408
FAPITEC	83	43	56

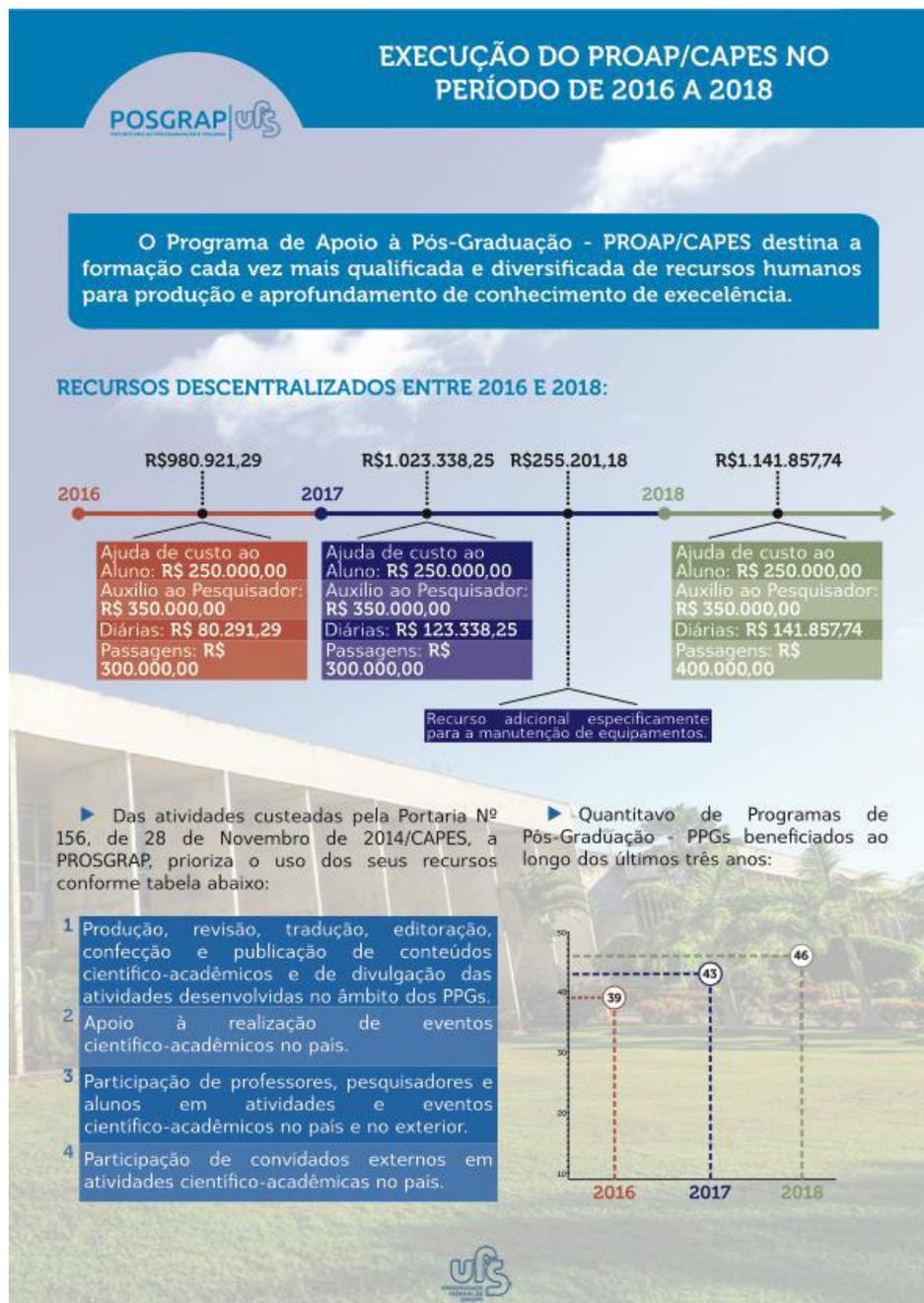
A redução na disponibilidade de cotas CAPEs/DS para mestrado está diretamente relacionada a mudança de nível dos discentes para o doutorado, com a migração e transferência da cota.



Dando continuidade a política desenvolvida na instituição para a pós-graduação podemos observar que os conceitos dos cursos junto a CAPES vêm se elevando comprovando o processo de evolução e consolidação dos programas. Porém mesmo com todas as práticas adotadas o tempo médio de defesa quer seja para o mestrado acadêmico quer seja para o Doutorado acadêmico, está acima dos valores preconizados pela CAPES como Ideal. Fato que nos faz pensar em estratégias para a redução deste tempo fazendo com que em média se aproximem dos 48 meses para o doutorado e 24

meses para o mestrado. Ao fazermos uma análise do número e cotas de bolsa no triênio destacamos que o mesmo é bem reduzido para atender a todas as esferas, desta forma alguns programas estão utilizando da ferramenta de mudança de nível das bolsas do mestrado para o Doutorado o que acarreta a redução apresentada para as cotas de Mestrado.

Figura 9 – Recursos Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES)



Destaca-se que os recursos PROPAP foram essenciais para a consolidação da pós-graduação da UFS, bem como da melhoria da qualidade dos programas. Esta

evolução pode ser visualizada nos Infográficos 1 e 3 que mostram o aumento do número de cursos e programas de pós-graduação da instituição.

4.9.2 Coordenação de Pesquisa - COPES

A Coordenação de Pesquisa (COPES), órgão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (POSGRAP) da Universidade Federal de Sergipe, é responsável por formular e acompanhar a política de pesquisa desenvolvidas no âmbito da UFS e que estejam registradas no sistema SIGAA em programas/chamadas vinculados a POSGRAP/COPES. Considerando os objetivos estratégicos institucionais no que se refere à Pesquisa Científica, apresentamos aqui breve análise dos dados referentes aos anos de 2016, 2017 e 2018 no que se refere a:

1. Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFS (Projetos de Pesquisas e Planos de trabalhos; Aporte de cotas remuneradas e voluntárias)
2. Convênios FINEP – Convênios e Aporte de Recursos

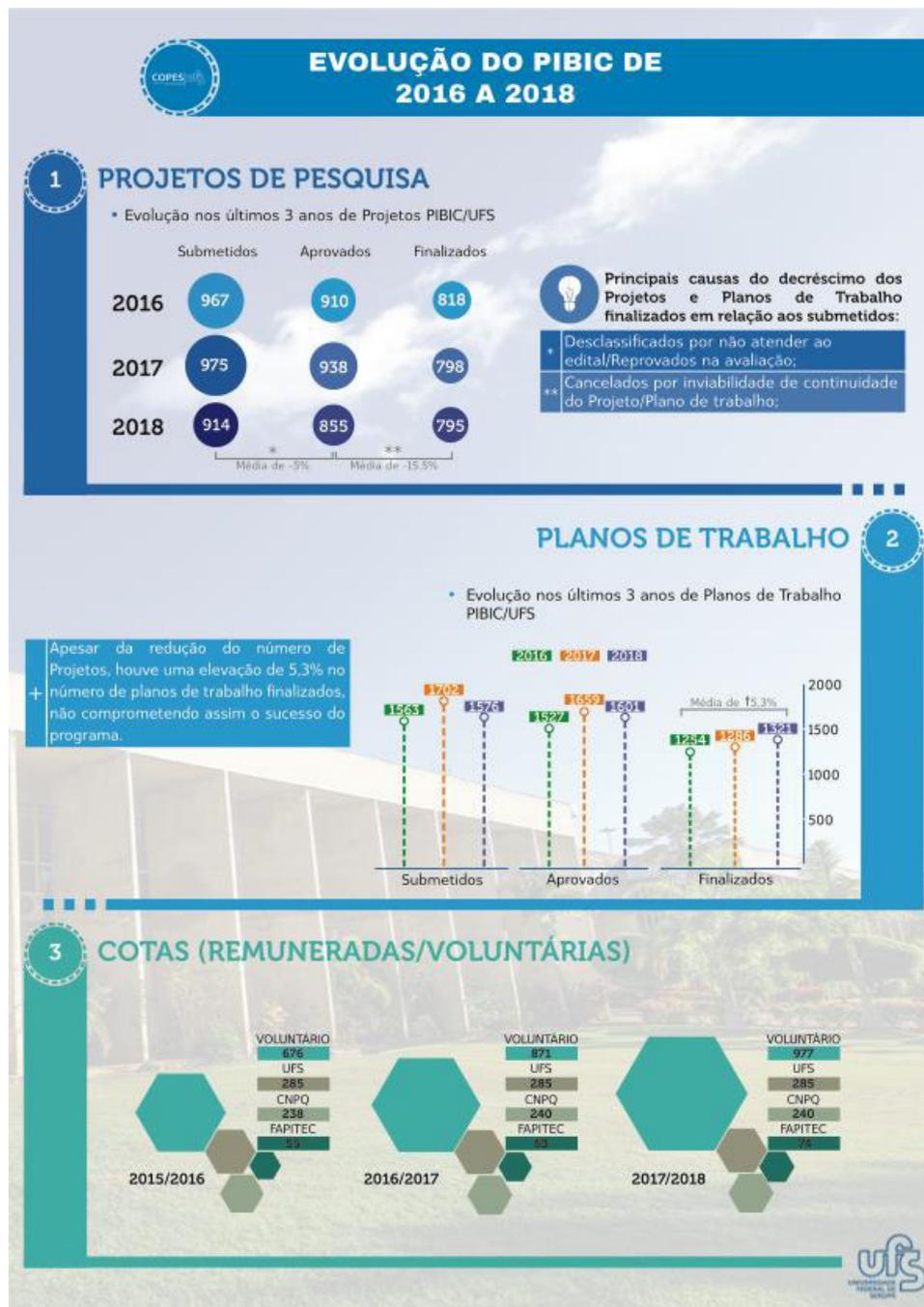
4.9.2.1 Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFS (Projetos de Pesquisas e Planos de trabalhos; Aporte de cotas remuneradas e voluntárias)

A Universidade Federal de Sergipe no âmbito do PDI destaca a importância da relação entre desempenho acadêmico e o envolvimento do discente na pesquisa científica. Neste sentido, a UFS tem alcançado ampla participação de projetos e planos de Iniciação Científica nos últimos três anos (2016-2018), com média anual de aproximadamente de 800 projetos de pesquisas e 1300 planos de trabalhos. Estes dados são reforçados pelas informações contidas no Infográfico 3 que trata da evolução do nosso Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Destaca-se, que durante o período houve uma redução do número de projetos, entretanto, o mesmo não ocorreu com o número de planos de trabalhos, demonstrando a consolidação e importância do programa. A redução de chamadas públicas e editais de fomento à pesquisa e, conseqüentemente, nas perspectivas de aporte de recursos financeiros para o financiamento destas pesquisas no cenário nacional tem contribuído para retração da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) brasileira de acordo com publicação do jornal científico Nature (548:249–251, 2017).

É digno de nota que a manutenção do quantitativo de bolsas fomentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela própria UFS e o com o aumento de 15% das bolsas ofertadas pela Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC-SE) não foram suficientes para manutenção ou aumento do número de projetos no último ano, contudo, a necessidade de fomento para financiamento de insumos e manutenção de infraestrutura de pesquisa e a escassez de chamadas públicas são entraves para um maior crescimento do PIBIC-UFS. Pode-se destacar que um substancial aumento do fomento à pesquisa é essencial quando se registra o aumento progressivo na participação de discentes voluntários (PICVOL) que necessitariam de bolsas para o desenvolvimento das pesquisas. Ademais, estes dados reforçam o empenho dos docentes da instituição em manter a produtividade como também nas oportunidades para os discentes no PIBIC. Pode-se destacar ainda que o número de bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ) do CNPq da UFS tem se mantido na faixa de 75-80% de todos os bolsistas do Estado de Sergipe (2016: 69 bolsistas; 2017: 76; 2018: 77). As bolsas PQ-CNPq são destinadas a pesquisadores de todas as áreas do conhecimento

com o objetivo de distinguir seu trabalho e valorizar sua produção científica e intelectual quando comparados com os pares nacionalmente, sendo outro indicador de sucesso da instituição.

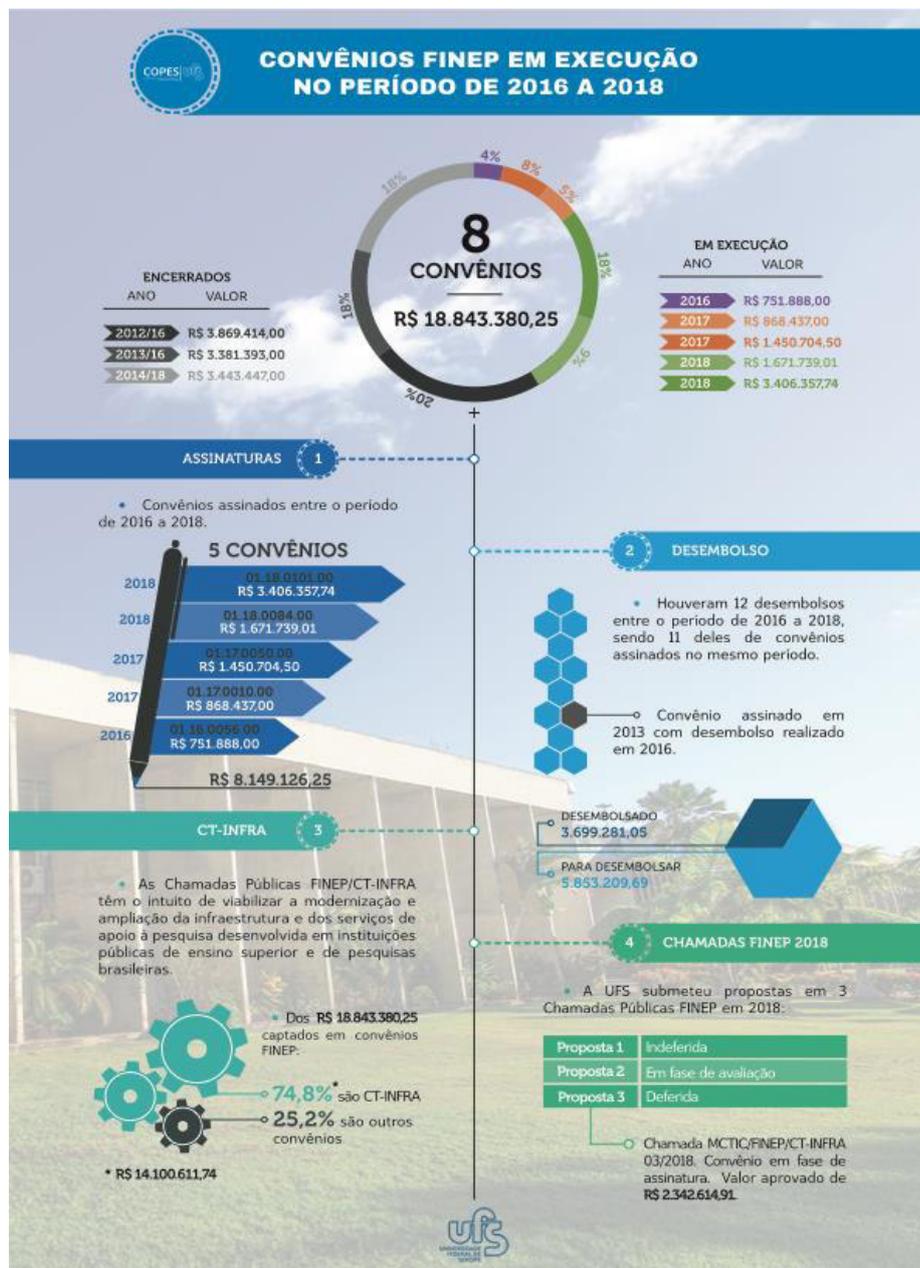
Figura 9 – Evolução do PIBIC de 2016-2018



O PDI 2016-2020 destaca ainda a importância de estimular a elevação do desempenho institucional, alocando e valorizando recursos humanos e viabilizando recursos materiais para isso necessários. Como também valorizar as Parcerias, Convênios, e Termos de Cooperação com instituições de ensino e de pesquisa. Neste sentido, demonstra-se que nos últimos três anos a instituição alcançou um aporte de cerca de R\$ 19 milhões de Reais com a aprovação de projetos fomentados pela

Financiadora de Projetos (FINEP), sendo parte deste já finalizados e parte ainda em fase de execução. Destaca-se que cerca de 75% deste recurso são oriundos da chamada CT-INFRA, que tem o objetivo de modernizar e ampliar a infraestrutura e dos serviços de apoio à pesquisa da instituição. Em 2018 também foram submetidas novas propostas de captação de recursos para estruturação e/ou manutenção de equipamentos que em estão em fase de assinatura ou de avaliação e que poderá se concretizar nos próximos anos.

Figura 10 – Convênios e aporte de recursos

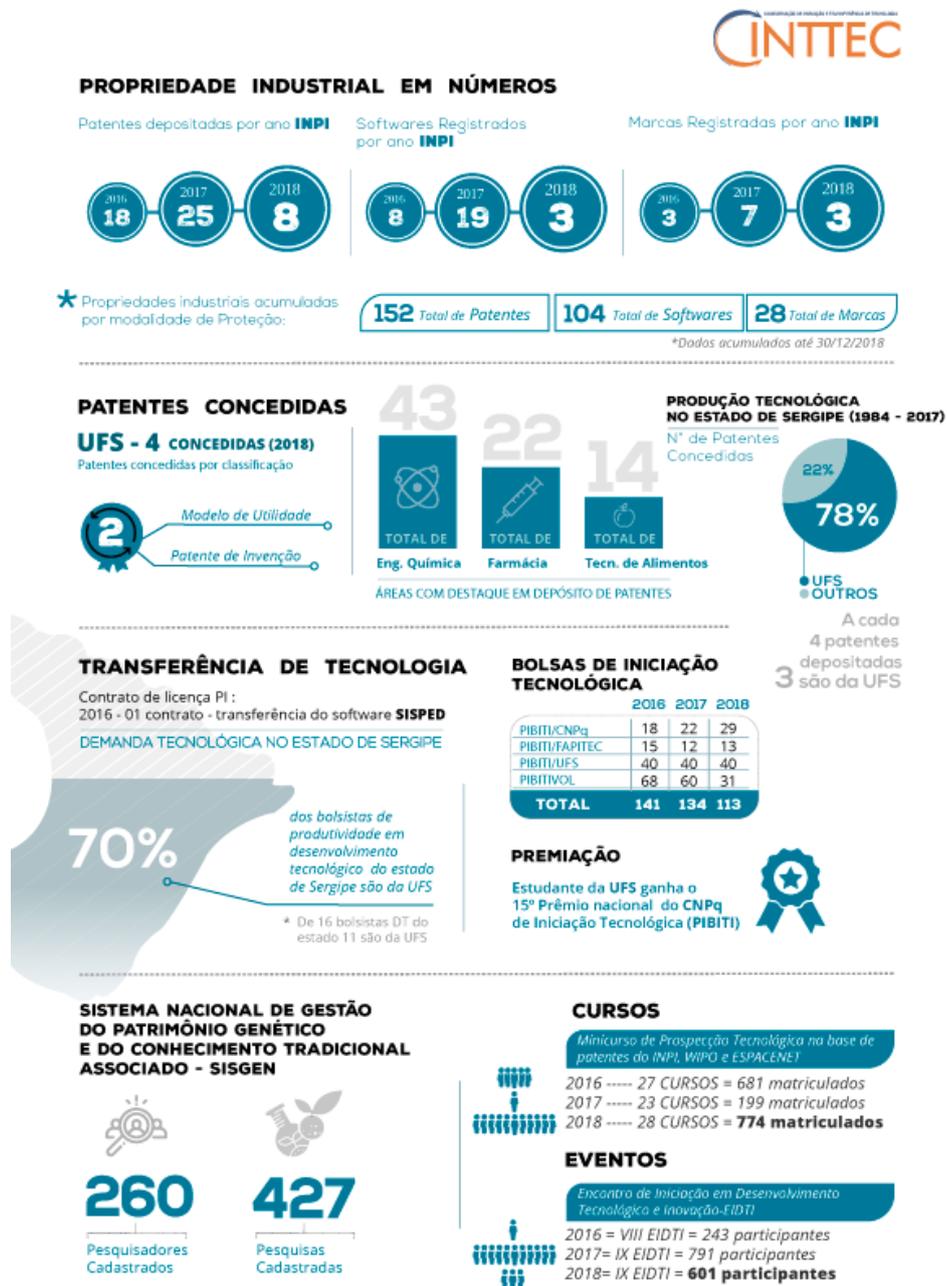


4.9.3 Coordenação de inovação e transferência de tecnologia (CINTEC)

A CINTTEC tem como principal proteger o conhecimento aplicado nas pesquisas de base tecnológica no âmbito da UFS, zelando pelo patrimônio intelectual da universidade e da comunidade acadêmica com o objetivo de dar oportunidades de inovação tecnológica

para a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Os principais produtos e metas alcançadas pelo CINTTEC durante o período compreendido entre 2016-2018 podem ser visualizados no Infográfico 11.

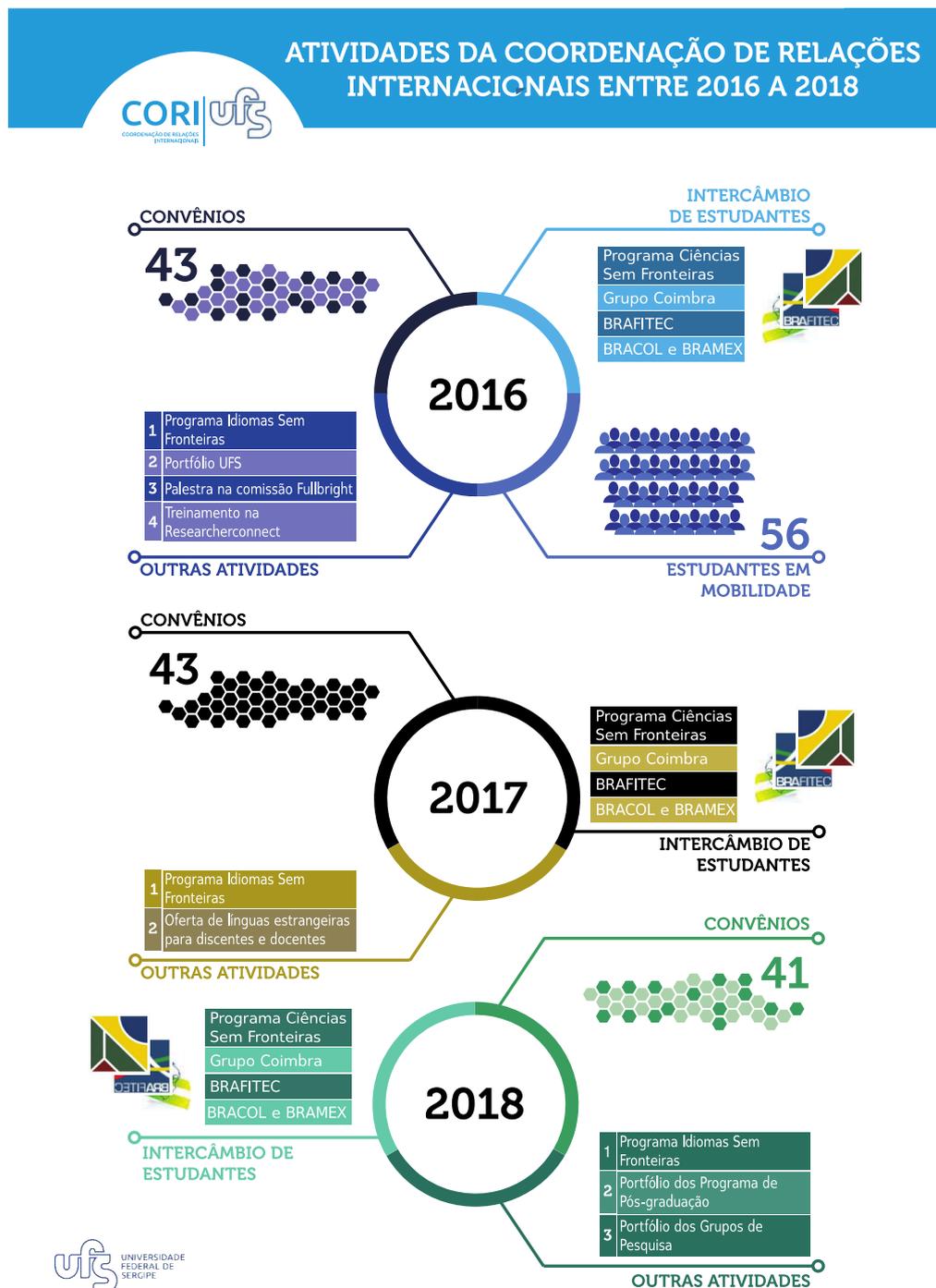
Figura 11 – Principais atividades desenvolvidas pela CINTTEC e produtos gerados



4.9.4 Coordenação de relações internacionais

No ano de 2018 a Coordenação de Relações Internacionais (CORI) desenvolveu diversas atividades, sistematizadas neste relatório, buscando concretizar cada vez mais sua função precípua de internacionalizar a Universidade Federal de Sergipe.

Figura 12 – Principais atividades e resultados gerados pela CORI



4.10 Resultados da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - Proest

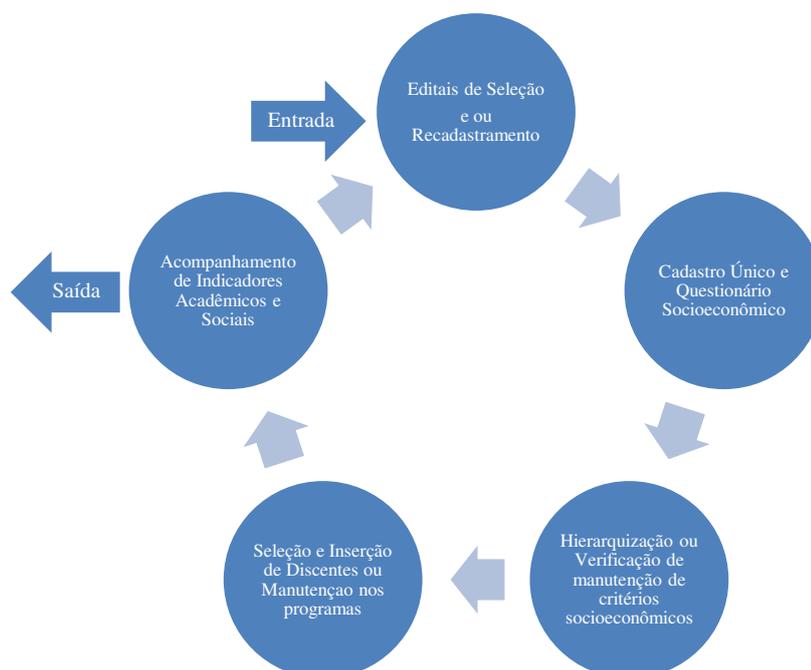
A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de assistência e de complementação do desenvolvimento físico, cultural e recreativo dos discentes da Universidade Federal de Sergipe. Através de suas Coordenações e Divisões cuida da política de auxílios a alunos em vulnerabilidade socioeconômica, alinhada com o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Dentre dessas políticas, diversas linhas de ação foram estabelecidas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico do estudante de graduação. Pode-se destacar a segurança alimentar, a moradia, o auxílio creche, o transporte, a manutenção acadêmica, a inclusão digital, as linhas de apoio pedagógico, o estímulo ao esporte e às atividades culturais, a saúde mental e a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade. É também da PROEST, em harmonia com as outras pró-reitorias, a responsabilidade da gestão do Programa de Bolsa Permanência UFS, que propicia oportunidades de iniciação à pesquisa, ao ensino, à extensão e a iniciação profissional, dentro das perspectivas do PNAES e com crivo social.

A Proest possui duas coordenações e uma diretoria: CODAE - Coordenação de Assistência e Integração do Estudante, com duas divisões (DIPAI - Divisão de Programas de Assistência e Integração e DAIN - Divisão de Ações Inclusivas); COPRE - Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas; e o RESUN - Restaurante Universitário.

A CODAE realiza o planejamento e a gestão dos auxílios da assistência estudantil e o acompanhamento do discente beneficiado, além das ações específicas de inclusão da pessoa com deficiência e de acessibilidade, através da atuação de suas divisões. A COPRE é responsável pelas ações de integração do discente através da cultura e do esporte, tanto para alunos em vulnerabilidade socioeconômica quanto para a comunidade estudantil que não se enquadra neste perfil.

Figura 12 – Processo de inclusão e manutenção de alunos na assistência estudantil



A inclusão dos discentes na assistência estudantil é através de editais regulares ou de processos de inclusão emergenciais, quando se evidencia grave risco para o aluno. Nos processos regulares são publicados editais pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis nos quais o aluno se inscreve e tem sua condição socioeconômica avaliada, após preenchimento do cadastro único e questionário socioeconômico.

Segue-se posterior hierarquização de sua condição e ele é incluído no sistema, passando a receber o auxílio ou auxílios, quando terá, a partir de então, acompanhamento de indicadores acadêmicos e sociais que determinarão sua permanência ou saída dos auxílios por conclusão do curso ou não cumprimento dos critérios de permanência.

4.10.1 Previsão e execução da meta física para o exercício 2018 na assistência estudantil

A meta física para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis é estimada como “alunos beneficiados por benefício”. Por exemplo, apesar de serem servidas mais de 800.000 refeições/ano no Restaurante Universitário e Refeitórios da UFS, utilizou-se o número de alunos habitualmente assistidos ou o número de alunos que utilizam de forma regular o sistema. Reduz-se assim a meta física para esse item específico para em torno de 5800 alunos/benefício.

O mesmo modelo se aplica aos demais auxílios. Dessa forma, para o exercício 2018 foi estabelecida a meta física de 12.784 alunos/benefício, com realização de 16.601, correspondente a uma execução de 130% da meta prevista ou 30% a mais do que o planejado. As razões desse aumento foram a consolidação dos planos de Inclusão Digital, Apoio à Cultura e Esporte, funcionamento do Refeitório do campus de Lagarto

(RefLag) e redirecionamento de alguns auxílios. Comparado ao ano anterior, cuja execução foi de 11.794, o aumento foi de 41% no número de alunos/benefícios, com mínima variação entre os orçamentos dos dois anos.

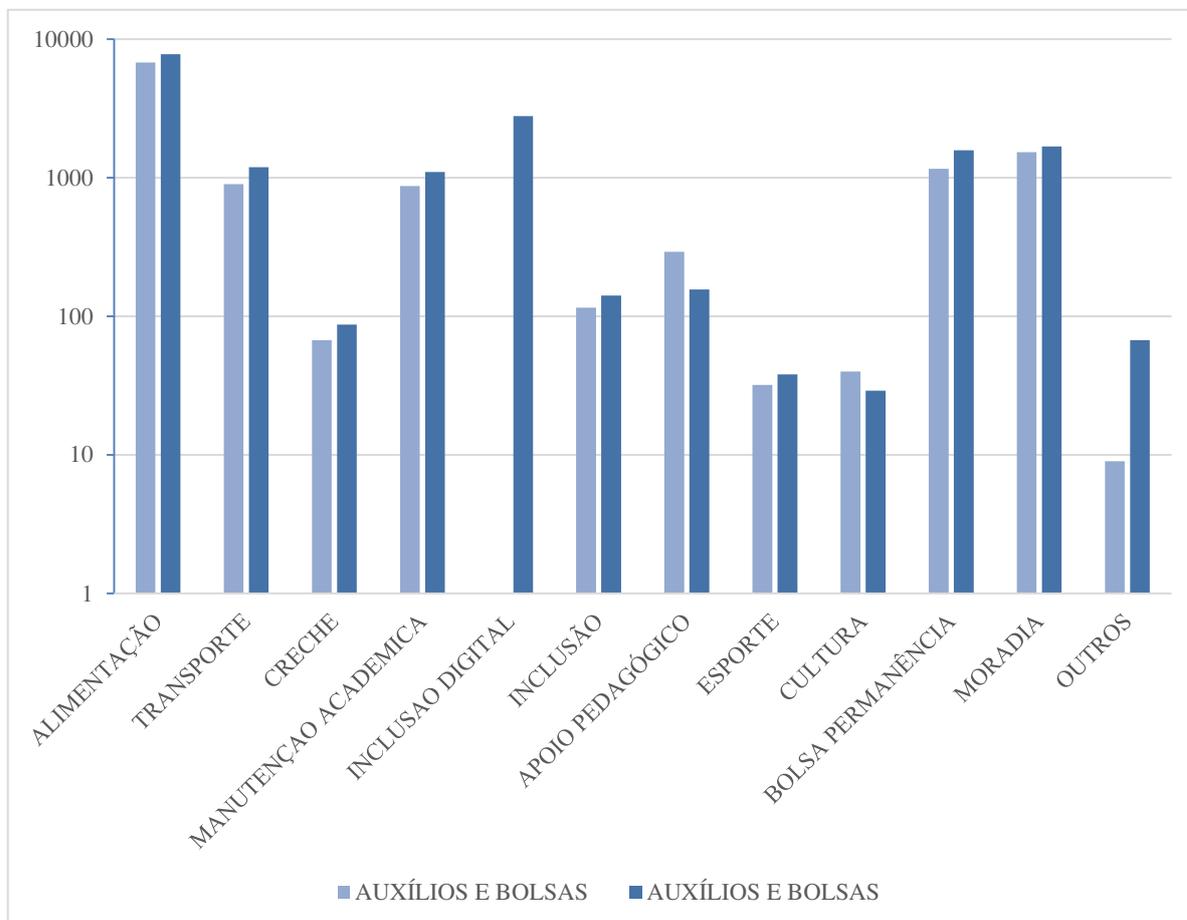
Figura 13 - Comparativo entre total de benefícios e bolsas/aluno executados em 2018, comparados com o exercício 2017 e com a meta física de 2018.



Do conjunto de benefícios regularmente ofertados, podemos ver a variação de cada auxílio ou bolsas ofertados. Em 2018 a administração central da UFS decidiu unificar as bolsas de estímulo a pesquisa, extensão, ensino e iniciação profissional sob uma mesma denominação e colocando 100% delas sob o crivo socioeconômico e sendo distribuídas prioritariamente para alunos vulneráveis, atendendo assim o que é determinado no PNAES.

A maior parte dos auxílios e bolsas ofertados apresentou aumento em sua oferta e execução, com novas ações sendo realizadas, como o Plano de Ação de Inclusão Digital e de requalificação de núcleos residenciais do Programa de Residência Universitária - PRU. Ocorreram reduções pontuais relacionadas a não existência de candidatos a determinado auxílio e a modificações no Auxílio Apoio Pedagógico. O gráfico abaixo, mostra o comparativo entre a execução nos exercícios de 2017 e 2018.

Figura 14 - Comparativo entre os anos de 2017 e 2018 quanto à execução de auxílios individualizados por tipo. As unidades são alunos/benefício e o gráfico está em escala logarítmica.



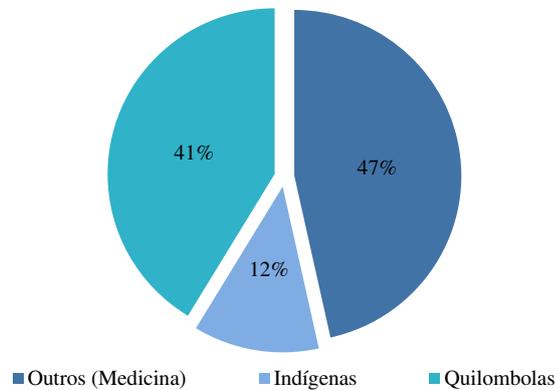
4.10.2 Outros programas e iniciativas vinculadas a assistência estudantil

A PROEST é também responsável pela gestão do Programa Bolsa Permanência do MEC, programa diverso da Bolsa Permanência – UFS. Nesse programa são atendidos, com bolsa pecuniária, alunos provenientes de remanescentes de quilombos, indígenas e, ainda, porção residual de alunos dos cursos de medicina da UFS.

O programa encerrou o ano de 2018 com 230 estudantes ativos, sendo 95 provenientes de remanescentes de quilombos e 28 indígenas. Em relação a 2017 houve considerável redução do total de alunos em virtude de não haver novas admissões baseadas no curso possuir mais que 1000 horas anuais. Assim foram excluídos os alunos do Curso de Odontologia de Lagarto, após reforma de seu currículo, mantendo-se apenas os alunos previamente admitidos dos cursos de medicina.

A DAIN, responsável pelas ações de inclusão e acessibilidade, ofereceu atendimento contínuo, notadamente através de interpretes de Libras e outros serviços, de 64 alunos e 12 professores, além da realização de atividades de capacitação, produção de material didático especial, publicação de manuais e editais em vídeos e atendimento da comunidade externa à UFS, em eventos específicos.

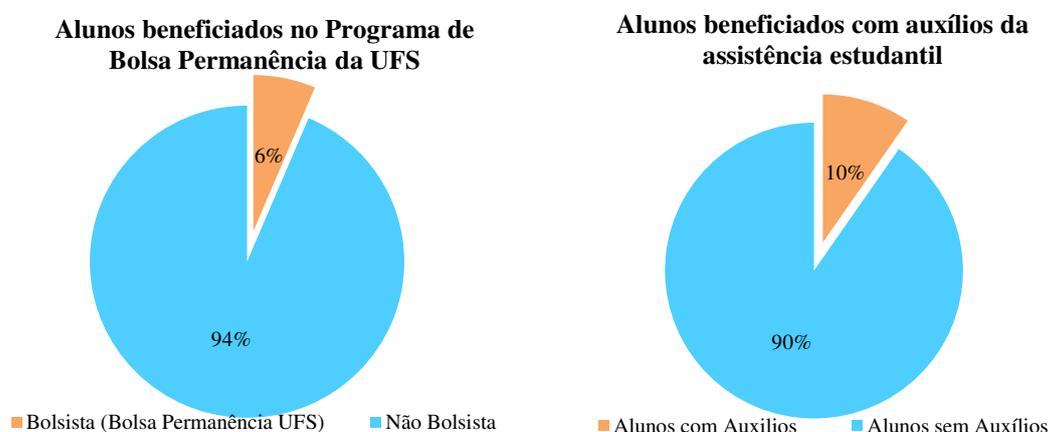
Figura 15 - Distribuição de alunos do Programa Bolsa Permanência por grupo: Indígenas (28), Quilombolas (95) e Medicina (107).



4.10.3 Considerações sobre o desempenho no exercício 2018

A PROEST, de forma conjunta com as outras pró-reitorias e por iniciativa da Reitoria, conseguiu ampliar o atendimento de alunos vulneráveis com a formalização do Programa Bolsa Permanência -UFS. Essa ação conjunta permitiu que alunos, prioritariamente em vulnerabilidade socioeconômica, tivessem em torno de 1280 bolsas em editais publicados pelas diversas pró-reitorias. Separadamente, o programa próprio de bolsa permanência da UFS, excluindo-se alunos do Bolsa Permanência MEC, beneficiou 6% dos mais de 24 mil alunos da UFS, e ofereceu oportunidade de participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, extensão, ensino e iniciação profissional. Já os programas de auxílios, não vinculados a vivências específicas, beneficiou 10% do total de alunos de cursos presenciais da UFS.

Figura 16 - Percentual de alunos participantes de programas de bolsas e auxílios, com recursos vinculados ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.



Quando se considera a atuação do RESUN e do RefLag, a universidade atende com auxílios ou algum tipo de subsídio em torno de $\frac{1}{4}$ de seus alunos em cursos presenciais com ações de assistência ao graduando.

As metas estabelecidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis para o exercício 2018 foram ultrapassadas, não tendo havido limitações maiores para a sua execução. Para o próximo exercício fica a perspectiva de similar execução e oferta de auxílios e bolsas, apesar de novas iniciativas determinadas pela gestão central da UFS. Merece destaque o interesse na ampliação do sistema de restaurantes e refeitórios da UFS, com eventual aumento da necessidade de recursos e introdução de auxílio específico para acolhimento de novos alunos admitidos em cotas socioeconômicas.

4.10.4 Resumo dos resultados obtidos frente à meta física e execução orçamentária

Frente ao orçamento disponível para o exercício, vinculado a ação 4002, um total de R\$ 29.069.241,00, foram praticamente, em sua totalidade empenhado, sendo liquidado até 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 25.849.143,96. O restante dos empenhos se referem a capital não diretamente relacionado à meta física de auxílios da assistência estudantil ou ações foram ações que permaneceram como restos a pagar e com término previsto para janeiro ou fevereiro de 2019. Dessa forma os principais resultados obtidos foram o aumento do número de alunos/benefícios atendidos no exercício, ultrapassando em muito a meta estabelecida e, também, a consolidação de novos planos de ação que ofereceram novas linhas de atenção em inclusão digital, apoios ao esporte e cultura e, ainda, novas ações de acolhimento para alunos admitidos nos grupos de vagas com perfil socioeconômico.

Todas as metas estabelecidas foram alcançadas, não tendo havido impedimento para que os objetivos tenham sido alcançados. Devemos, no entanto, melhorar a execução de alguns auxílios em particular, como as taxas de ocupação dos núcleos residenciais do Programa de Residência Universitária (linha de atenção para moradia estudantil) e melhoria dos fluxos de editais.

Dentro do planejamento previsto para a ação e dentro das responsabilidades da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, temos a previsão da abertura de novas unidades vinculadas ao Sistema de Restaurantes e Refeitórios da Assistência Estudantil. Atualmente o sistema atende os campi de São Cristóvão e de Lagarto, estando em andamento as previsões de funcionamento no exercício 2019 para os campi de Itabaiana, cujas estruturas se encontram em licitação, e de Laranjeiras. Posteriormente outras unidades poderão ser estruturadas, havendo disponibilidade orçamentária. Para garantir que o processo inflacionário não obrigue a restrição de outros auxílios, mudanças na forma de produção de alimentos tem sido implementada, com produção local prevista nas próximas licitações.

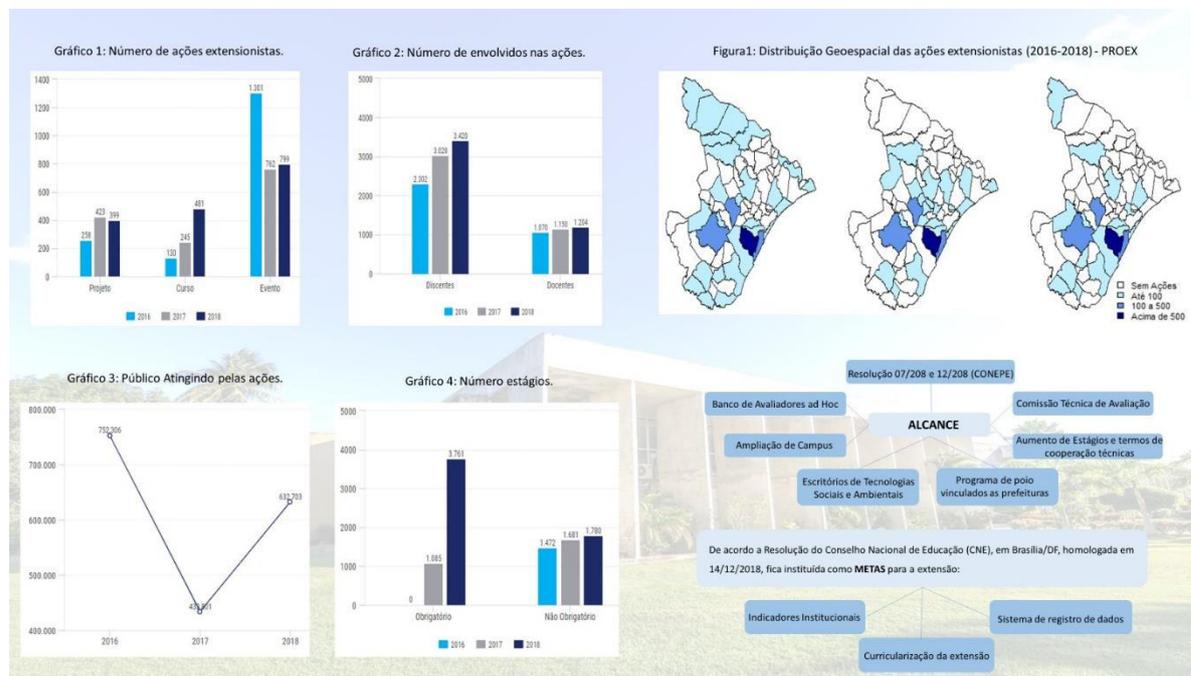
Os principais desafios se encontram na manutenção ou aumento do orçamento disponível para atendimento de um número crescente de alunos que demandam a assistência estudantil e o acompanhamento apropriado para o sucesso acadêmico dos alunos atendidos.

4.11 Resultados da Pró-reitoria de Extensão - Proext

No caminho da curricularização da extensão em 2018 foram ampliadas as possibilidades de oferta de atividades para participação de discentes com a introdução das atividades Coletivas de Extensão-UFSCOMUNIDADE e atividades integradoras de Extensão – SEMAC no histórico de todos os cursos de graduação.

Os projetos de extensão realizados em 2018 foram desenvolvidos em programas de Extensão institucionalizados que atenderam às demandas das comunidades externas, com a participação dos coletivos, associações, instituições públicas municipais e estadual. Foram instituídos 2 Programas de Extensão /CASA DE EXTENSÃO com a proposta de campus ampliado nos municípios de Itaporanga e Laranjeiras e 8 POLOS DE EXTENSÃO vinculados aos Polos do CESAD nos municípios de Estância, Laranjeiras, Arauá, Nossa Senhora Da Glória, Propriá, Lagarto (Colônia 13), Poço Verde, Japarutuba, Itabaiana, Nossa Senhora da Dores, São Domingos.

Figura 17 – Principais resultados da Pró-reitoria de Extensão - 2018



Neste ano foi realizado um Estudo e Definição dos indicadores de acompanhamento e avaliação das ações de Extensão. Os doze indicadores selecionados para análise foram: alcance de ações extensionistas concluídas no prazo, articulação extensionista entre pesquisa e ações, articulação extensionista entre cursos e ações, articulação extensionista entre eventos e ações, proporção de ações com financiamento interno, proporção de discentes bolsistas em projetos, número de discentes na equipe da ação, número de participantes externos em ações, alcance de docentes envolvidos na ação, proporção de discentes bolsistas em projetos, proporção de técnicos envolvidos na ação, alcance de ações por área temática.

Indicador	2018	
Alcançabilidade de ações extensionistas	1.679	
Articulação extensionista entre pesquisa e ações	23,8%	
Articulação extensionista entre cursos e ações	28,7%	
Articulação extensionista entre eventos e ações	47,6%	
Proporção de ações com Financiamento Interno	14,7%	
Proporção de discentes bolsistas em projetos	39,8%	
Número de discentes em ação	3.420	
Número de participantes externos em ações	1.359	
Público alcançado	632.703	
Alcance de docentes por nível envolvidos na ação	1.204	
Alcance de ações por Área Temática	Comunicação	53
	Cultura	207
	Direitos Humanos e Justiça	64
	Educação	661
	Meio Ambiente	89
	Saúde	352
	Tecnologia e Produção	174
	Trabalho	80

Fonte: Proext, 2019

Conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Entende-se então por extensão universitária como uma ação política da universidade com o compromisso deliberado de estabelecer vínculos estreitos com a sociedade. Essas ações são geradas tanto a partir de demandas sociais, quanto por interesses específicos da UFS, ou ainda para atender a políticas públicas municipais, estaduais ou federais, todas em diferentes áreas e setores da sociedade, podendo ser classificadas como: curso, evento e projeto.

Nesse contexto, a meta da PROEX em 2018 foi a INSTITUCIONALIZAÇÃO e o desenvolvimento da Extensão na UFS como uma oportunidade de articular-se em torno de ações de carácter social, fazendo com que todos os alunos de graduação participem de projetos e atividades de extensão como parte integrante do seu currículo, ampliando assim o alcance e o impacto das atividades acadêmicas da UFS no desenvolvimento social, econômico e educacional das comunidades de vulnerabilidade social.



5 ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

A meta estabelecida para capacitação no ano de 2018 foi de 800 servidores. O percentual de capacitados em relação à meta foi de 88,75%, ou seja, 710 servidores, e 1.570 capacitações foram concluídas (uma média de 2,21 capacitações por servidor). Dessa forma, apesar do produto da ação ser o "servidor capacitado", entende-se que houve progresso, quando comparado com o realizado em 2017.

Analisando o resultado, de um total de 54 (cinquenta e quatro) eventos ofertados em 2018, 8(oito) não foram realizados: 3 (três) por não haver pessoa interessada em ministrar a aula; e 5 (cinco) por não atingirem o número mínimo de inscritos (15 servidores), conforme determina a Instrução Normativa N° 01/2018. Entre os inscritos, nos 46(quarenta e seis) eventos realizados, houve um total de 473 (quatrocentos e setenta e três) desistências formais e abandonos, um quantitativo de 492 (quatrocentos e noventa e duas) reprovações ao final do Programa.

Ao longo dos últimos cinco anos, destaca-se o empenho constante para atender as demandas provenientes da Avaliação de Desempenho do Servidor, das recomendações dos Órgãos de Controle, e das legislações específicas. Assim, tem-se diversificando a oferta de eventos, a fim de alcançar os objetivos estratégicos institucionais. Contudo, alguns fatores têm impedido o alcance da meta desejada, entre os principais destacam-se: contingenciamento financeiro para oferta de capacitações específicas de alto custo; dificuldades diversas por parte do servidor que, após realizar a inscrição, não consegue sequer iniciar a capacitação. Além disso, visando melhorar o padrão de qualidade dos eventos ofertados, a exigência das avaliações aplicadas tem

contribuído para o aumento do número de reprovações, conforme mencionado anteriormente.

Com vistas a tornar mais eficiente a divulgação das ações, estão sendo retomadas outras formas de divulgação que atinjam todos os servidores, tais como a distribuição de panfletos e a fixação de cartazes em locais estratégicos. Além desses, tem-se aderido a novos formatos de divulgação, como Memorando Eletrônico, WhatsApp e Instagram. Também, visando reduzir os índices de desistências e reprovações, tem-se enfatizado a qualidade dos cursos realizados, a começar pela seleção curricular dos facilitadores de aprendizagem (instrutores, professores conteudistas, tutores, coordenadores e outros), por meio de edital próprio, seguido da preparação/treinamento dos mesmos para construção e execução dos cursos.

Entre os desafios observados, destaca-se a expansão da Plataforma de Ensino a Distância (capacite.ufs.br). Apesar desta ser um meio eficaz para a capacitação dos servidores por meio do ensino a distância e semipresencial, devido à falta de recursos humanos e tecnológicos não foi possível expandir melhor sua estrutura a fim de oferecer recursos mais atrativos para o servidor, a exemplo dos cursos em formato de videoaula, que têm mostrado boa aceitação.

Apesar de todas as dificuldades expostas, tem-se conseguido manter um bom programa de capacitação numa estrutura razoável. No cenário descrito, o alcance de 88,75% é considerado um resultado positivo. Contudo entende-se que é possível aprimorar esse resultado e, conforme as estratégias mencionadas, há um empenho para conseguir essa melhoria.

Os dados da tabela 12 mostram a composição dos gastos com pessoal entre 2017 e 2018. O gasto com pessoal ativo representa pouco mais de 64% tanto em 2017 quanto em 2018, seguido pelos aposentados, com cerca de 27%.

O gasto total com pessoal teve crescimento real de R\$ 1,98 milhões (9,15%), sendo que dentre todas as situações o mais expressivo é o gasto com ativo permanente, cujo crescimento absoluto foi de R\$ 1,3 milhão e quase R\$ 538 milhões com aposentados.

Tabela 12 – Custo com pessoal, participação relativa e contribuição de cada vínculo para a variação total – UFS, 2017 e 2018

SITUAÇÃO VÍNCULO	2017 (dez 2018=100)	%	2018	%	Δ Abs	Contribuição de cada rubrica para a variação (%)
CONT.PROF.SUBSTITUTO	627.046,08	2,89	621.511,74	2,63	-5.534,34	-0,28
CONTR.PROF.VISITANTE	9.220,54	0,04	9.600,92	0,04	380,38	0,02
ATIVO PERMANENTE	13.952.843,79	64,35	15.260.066,25	64,48	1.307.222,46	65,89
APOSENTADO	5.885.244,60	27,14	6.423.177,40	27,14	537.932,80	27,11
NOMEADO CARGO COMISSÃO	57.166,57	0,26	74.542,78	0,31	17.376,21	0,88
CEDIDO	623.877,64	2,88	635.457,44	2,69	11.579,80	0,58
EXCEDENTE A LOTAÇÃO	45.229,94	0,21	44.795,69	0,19	-434,25	-0,02
INSTITUIDOR PENSÃO	481.284,05	2,22	596.799,76	2,52	115.515,71	5,82
TOTAL	21.681.913,20	100,00	23.665.951,98	100,00	1.984.038,78	100,00

Fonte: Progep - 2019

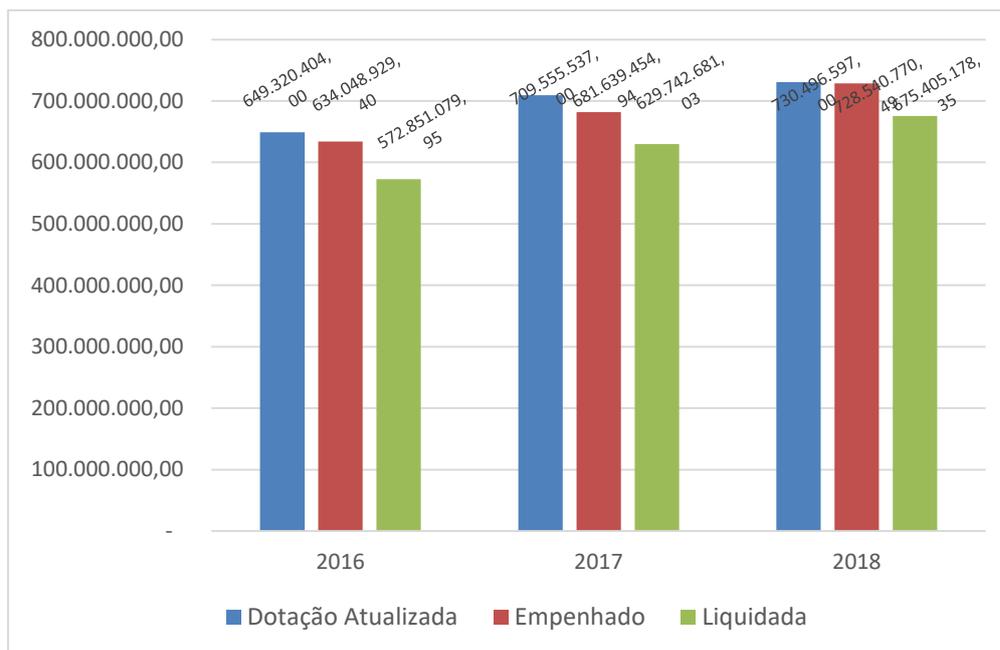
Na contribuição de cada situação de vínculo para a variação entre 2017 e 2018, nota-se que quase 66% do aumento do gasto total com pessoal deve-se aos ativos, e

27% são tributáveis aos aposentados. Houve também redução de gasto com professores substitutos, o que também é explicado pelo retorno a atividades daqueles docentes que estavam afastados para cursar pós-graduação.

5.2 Gestão orçamentária e financeira

Este tópico aborda sobre a gestão orçamentária e financeira da Fundação Universidade Federal de Sergipe no exercício 2018, contendo ainda análises comparativas em relação aos exercícios de 2016 e 2017.

Figura 18 – Total da Execução Orçamentária Anual

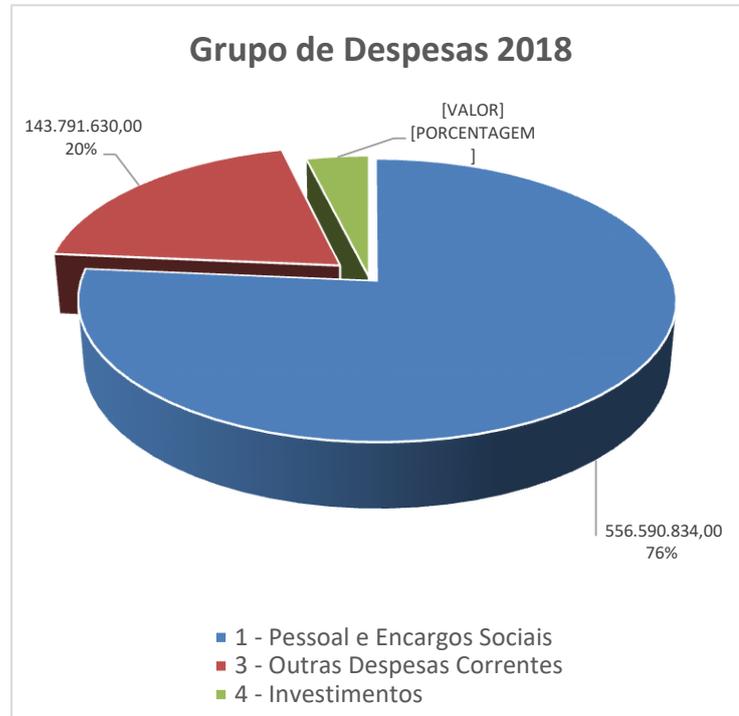


Fonte: SIAFI

A análise, da execução orçamentária da Universidade Federal de Sergipe – UFS revela-se que, em média, o orçamento da instituição é executado em cerca de 96 a 97%. Dos valores orçamentários executados, no período de 2016 a 2018, observa-se que são elevados os percentuais de liquidações importando no exercício de 2016 em 90%; em 2017 em 92% e em 2018 em 93%.

Nesse sentido, elucida-se que os montantes orçamentários empenhados, referem-se aos comprometimentos efetivados com pessoas jurídicas e físicas para os seguintes fins: formação dos discentes nos cursos da graduação e da pós-graduação; viabilidade da pesquisa científica; sustentabilidade das atividades de extensão e, para o funcionamento e manutenção da instituição.

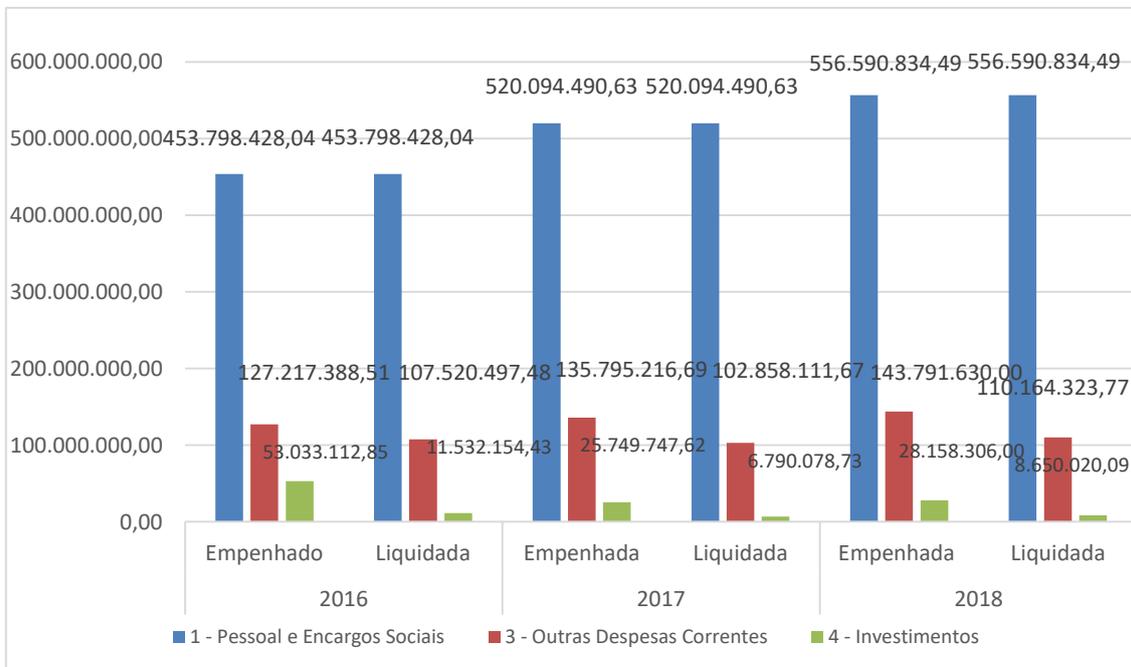
Figura 19 – Grupo de despesas 2018



Fonte: SIAFI

Na classificação orçamentária por grupo de despesa, conforme plotado no gráfico acima, constata-se que 76% do orçamento da UFS é comprometido com despesas de pessoal, o que é esperado, considerando que a atividade principal da instituição é a prestação de serviços educacionais, balizada na contínua formação humana. As despesas de custeio, de funcionamento e manutenção em 2018 comprometeram 20% do orçamento anual e o montante orçamentário para o investimento compreendeu apenas 4% do orçamento anual. Ressalta-se que os investimentos para as Instituições Federais de Ensino Superior e, para a UFS, vêm sendo aquém do esperado e, nesses últimos três anos, vêm apresentando consecutivas reduções, conforme apresentado no quadro a seguir, intitulado de despesas empenhadas e liquidadas, exercícios 2016, 2017, 2018.

Figura 19 – Despesas empenhadas e liquidadas entre 2016 e 2018



Fonte: SIAFI

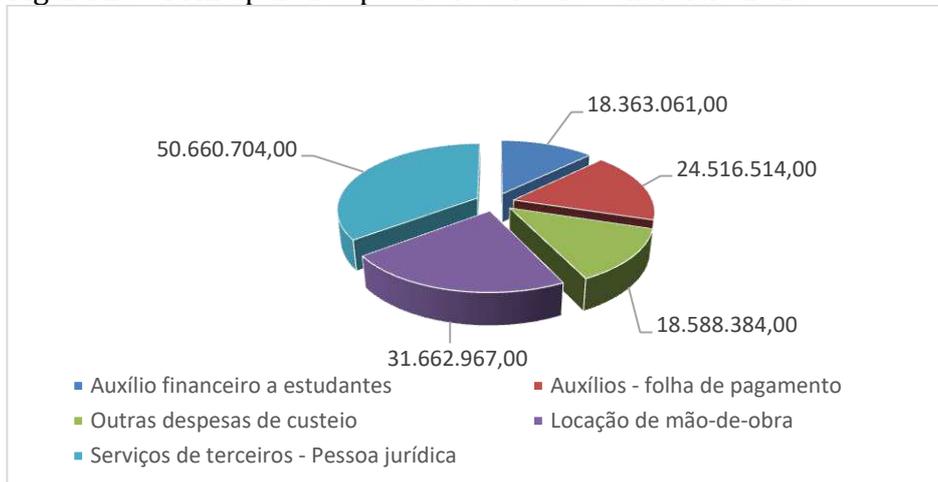
Este quadro permite a visualização das execuções orçamentárias e financeiras da UFS. Nesse contexto, observa-se que o grupo 4, investimentos, apresenta elevadíssima redução de alocação orçamentária e financeira, passando de R\$ 53.033.112,85, exercício 2016, para R\$ 8.650.020,09, exercício de 2018. Isso posto, afirma-se que a crise econômica que acomete o país, tem limitado a capacidade da UFS de permanecer sua expansão, no ritmo, planejado, esperado.

Principais Despesas de Custeio e Capital

Quanto à execução orçamentária das despesas e dos investimentos da Universidade Federal de Sergipe, os gráficos abaixo evidenciam que:

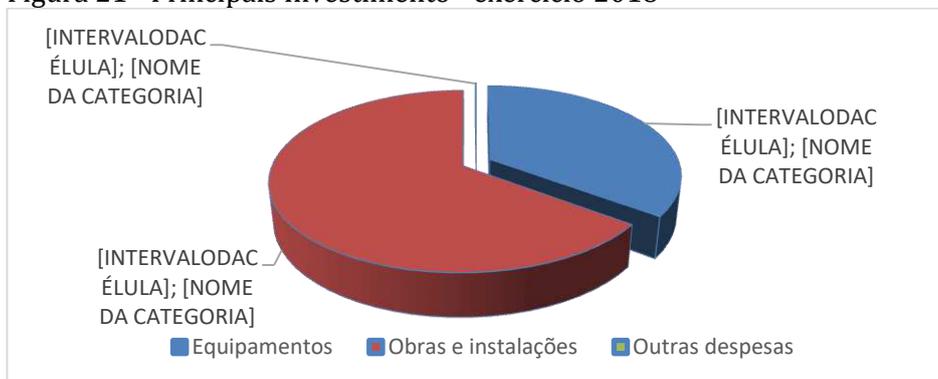
- Os serviços de terceiros - pessoas jurídicas e a locação de mão de obra abrangem cerca de 57% do orçamento alocado nas despesas de custeio.
- As obras e instalações compreendem 64% do orçamento de capital da UFS

Figura 20 - Principais Despesas de Custeio - exercício 2018



Fonte: SIAFI/Adaptado pela COPRO

Figura 21 - Principais Investimento - exercício 2018



Fonte: SIAFI/Adaptado pela COPRO



6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Declaração do contador



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Fundação Universidade Federal de Sergipe

Órgão: 26281

UG: 154050 e 154177

De acordo com análise realizada nos demonstrativos balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei. nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018 do órgão 26281, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:

Ressalvas:

- a) 300 - Falta de conciliação bancária;
- b) 606 - Saldos alongados/indev. contas trans. at. circulante;
- c) 634 - Falta avaliação Bens Móv/Imóv/Intang/outros;
- d) 640 - Saldo contábil bens móveis não confere com/ RMB;
- e) 642 - Falta/Evolução incompatível Dep. AT. Imobilizado;
- f) 643 - Falta/Evol. Incompatível Amortização At. Intangível; e
- g) 720 - Saldo Invertido – Variações Patrimoniais Diminutivas.

Justificativa para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2018:

- a) 300 - Não regularização da conta contábil 1.1.1.1.19.03 – CEF, referente às cauções, por motivo de não emissão dos extratos bancários em tempo hábil, apesar das solicitações encaminhadas à CEF;
- b) 606 - Saldos alongados na conta transitória do Ativo Circulante 1.2.3.2.199.05, Bens Imóveis a Classificar, devido a não regularização dos imóveis da UFS no sistema SPIUNET. Informamos que já foi solicitado ao Setor competente o registro dos imóveis no SPIUNET, o mesmo informou que está envidando esforços para resolver os problemas escriturais dos imóveis e solucionar essa pendência;
- c) 634 - Não foi feita a reavaliação dos bens anteriores a 2010. No entanto, já existe comissão para tal e está em discussão os parâmetros para elaboração de um sistema que facilite os cálculos dos valores dos bens. A unidade de Patrimônio da UG 154177 informa que está providenciando a avaliação dos bens patrimoniais;
- d) 640 - As conciliações da conta contábil 1.2.3.1.0.00.00 - Bens Móveis dos anos de 2008 à 2012 foram concluídas e a partir de 2013 vêm sendo realizadas mensalmente. Porém, ainda permanecem as diferenças históricas, o que justifica a continuidade da restrição

- dada na conformidade contábil deste Órgão. A UG 154177 está efetuando as devidas atualizações no Sistema Patrimonial (SIPAC);
- e) 642 - Com relação à depreciação, informamos que nem todos os imóveis estão registrados no SPIUNET o que impossibilita a atualização de valores e que não está sendo feita a depreciação dos bens anteriores a 2010. Na UG 154177 a unidade de Patrimônio informa que o Sistema não permite que seja feita a depreciação de anos anteriores a 2010 e que está buscando outras alternativas para efetuar o cálculo da depreciação de exercícios anteriores a este período;
 - f) 643 - Não regularização da conta 1.2.3.81.05.00 - Amortizações Acumulada - A realização da amortização pelo setor de patrimônio dos subitens softwares e marcas e patentes está sendo feita de modo parcial, tendo em vista que estão sendo realizados ajustes no sistema visando a retificação de alguns parâmetros que possibilitarão que o procedimento de amortização ocorra para todos os itens; e
 - g) 720 - A conta 351220500 (Movimentação de Variações Patrimoniais Diminutivas) ficou com saldo invertido no exercício de 2018 e o Setor de Orçamento e Finanças da UG 154177 informou que: *“Em 19/12/2018 a SPO/MEC recolheu a dotação orçamentária da fonte 0250.000.000, através da 2018ND800015, os recursos desse crédito já haviam sido liquidados e pagos na folha de pessoal deste HU, do mês de novembro/2018. Esse fato provocou saldo invertido na conta contábil 622110000. A SPO/MEC entrou em contato com gestores da UFS e do HU, por telefone e por e-mail solicitando a regularização dessa conta, por esse motivo a despesa foi remanejada para outra fonte de recursos, através de crédito aberto para esse fim. Assim, em 28/12/2018, foi detectada a inversão do saldo na conta contábil 351220500. Este HU entrou em contato com a SPO/MEC e devido ao encerramento do exercício não houve tempo suficiente para que essa Secretaria devolvesse o crédito para regularização”*.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

São Cristóvão, 05 de fevereiro de 2019.

Marcel Felipe Gomes Resende

CRC SE-006344/O-5

Contador Responsável pelo Órgão -26281

6.2 Balanço Patrimonial

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 20/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	68.949.766,42	13.901.523,16	PASSIVO CIRCULANTE	57.948.001,51	10.898.070,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.661.091,08	11.522.935,32	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	43.078.045,70	191.400,00
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10.196.942,95	191.757,25	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.264.831,87	7.632.797,86
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.043.457,88	2.117.765,19	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	48.274,51	69.065,40	Demais Obrigações a Curto Prazo	9.605.123,94	3.073.872,16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	778.507.025,53	764.045.006,87	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	57.948.001,51	10.898.070,02
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	2018		
Demais Investimentos Permanentes	-	-	2017		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Imobilizado	777.539.537,31	763.532.225,85	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Bens Móveis	116.718.871,18	112.749.528,52	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	162.514.149,15	149.723.765,36	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-45.795.277,97	-36.974.236,84	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
Bens Imóveis	660.820.666,13	650.782.697,33	Resultados Acumulados	789.508.790,44	767.048.460,01
Bens Imóveis	666.606.218,23	654.146.955,20	Resultado do Exercício	23.214.587,95	40.693.055,58
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.785.552,10	-3.364.257,87	Resultados de Exercícios Anteriores	767.048.460,01	728.160.950,22
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-754.257,52	-1.805.545,79
Intangível	967.488,22	512.781,02	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Softw ares	813.297,19	385.346,19	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	789.508.790,44	767.048.460,01
Softw ares	815.945,51	387.994,51			
(-) Amortização Acumulada de Softw ares	-2.648,32	-2.648,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softw ares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	154.191,03	127.434,83			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	171.303,00	140.355,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes	-17.111,97	-12.920,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	847.456.791,95	777.946.530,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	847.456.791,95	777.946.530,03

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	55.661.091,08	11.522.935,32	PASSIVO FINANCEIRO	120.589.534,11	68.789.599,88
ATIVO PERMANENTE	791.795.700,87	766.423.594,71	PASSIVO PERMANENTE	1.235.870,13	-
			SALDO PATRIMONIAL	725.631.387,71	709.156.930,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	84.501.780,71	91.426.284,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	122.998.291,18	147.761.617,18
Execução dos Atos Potenciais	84.501.780,71	91.426.284,16	Execução dos Atos Potenciais	122.998.291,18	147.761.617,18
Garantias e Contragarantias	13.387.235,03	16.389.392,79	Garantias e Contragarantias	-	-
Direitos Convidados e Outros	41.753.073,63	45.963.944,61	Obrigações Convidadas e	9.023.737,99	9.023.737,99
Direitos Contratuais a Executar	29.361.472,05	29.072.946,76	Obrigações Contratuais a	113.974.553,19	138.737.879,19
Outros Atos Potenciais Ativos a	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	84.501.780,71	91.426.284,16	TOTAL	122.998.291,18	147.761.617,18

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		-34.381.108,58
Recursos Vinculados		-30.547.334,45
Educação		-10.563.402,76
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-1.747.189,16
Previdência Social (RPPS)		-
Recursos de Receitas Financeiras		-1.568.110,60
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		3.398.561,10
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-20.067.193,03
TOTAL		-64.928.443,03

6.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	
TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS		2018	2017
SUBTÍTULO 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUNDAÇÃO			
ORÇAO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO			
EXERCÍCIO 2018			
PERÍODO Anual			
EMISSAO 20/02/2019			
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		863.653.429,73	836.829.998,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.503.019,94	3.325.399,90
Venda de Mercadorias		9.644,70	7.989,00
Vendas de Produtos		33,50	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.493.341,74	3.317.410,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		93.218,70	111.195,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora		93.218,70	111.195,00
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes do Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas		858.856.058,62	827.822.166,59
Transferências Intra governamentais		858.511.390,55	824.943.144,92
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		344.668,07	2.879.021,67
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		46.740,60	1.534.618,43
Reavaliação de Ativos			1.462.874,16
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos		46.740,60	2.782,48
Ganhos com Desincorporação de Passivos			68.961,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.154.391,87	4.036.619,03
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar			
Resultado Positivo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.154.391,87	4.036.619,03
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		840.438.841,78	796.136.943,37
Pessoal e Encargos		509.426.860,67	489.920.315,39
Remuneração a Pessoal		398.695.034,55	383.189.710,37
Encargos Patronais		82.143.427,57	78.219.545,85
Benefícios a Pessoal		28.175.179,09	28.233.188,29
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		413.219,46	277.870,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		134.796.188,32	126.998.578,67
Aposentadorias e Reformas		108.002.738,24	102.068.825,22
Pensões		26.599.162,42	24.760.437,60
Benefícios de Prestação Continuada			
Benefícios Eventuais			
Políticas Públicas de Transferência de Renda			
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		194.287,66	169.315,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		98.199.472,12	81.372.283,03
Uso de Material de Consumo		6.797.061,13	4.812.382,78
Serviços		79.957.223,65	65.730.138,32
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.445.187,34	10.829.761,93
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		37.724,91	16.463,19
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			
Juros e Encargos de Mora		21.602,70	16.463,19
Variações Monetárias e Cambiais			
Descontos Financeiros Concedidos		16.122,21	
Aportes ao Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			
Transferências e Delegações Concedidas		64.436.395,78	66.725.773,22
Transferências Intra governamentais		64.138.160,76	65.022.856,02
Transferências Intergovernamentais			
Transferências a Instituições Privadas		65.653,21	118.135,77
Transferências a Instituições Multigovernamentais			
Transferências a Consórcios Públicos			
Transferências ao Exterior			
Execução Orçamentária Delegada a Entes			
Outras Transferências e Delegações Concedidas		232.581,81	1.584.781,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.547.068,13	318.404,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes d/ Perdas			
Perdas com Alienação		1.236.651,50	
Perdas Involuntárias		298.195,93	238.153,89
Incorporação de Passivos			
Desincorporação de Ativos		12.220,70	80.250,96
Tributárias		523.850,16	676.967,12
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		17.822,85	
Contribuições		506.027,31	676.967,12
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			
Custo das Mercadorias Vendidas			
Custos dos Produtos Vendidos			
Custo dos Serviços Prestados			
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		31.471.281,69	30.108.157,90
Premiações			
Resultado Negativo de Participações			
Operações da Autoridade Monetária			
Incentivos		31.459.257,47	30.099.614,50
Subvenções Econômicas			
Participações e Contribuições			
Constituição de Provisões			
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		12.024,22	8.543,40
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		23.214.587,95	40.693.055,58

6.4 Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/02/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.236.034,00	6.236.034,00	3.410.889,48	-2.825.144,52
Receitas Tributárias				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Receita Patrimonial	1.076.159,00	1.076.159,00	305.164,82	-770.994,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.076.159,00	1.076.159,00	300.458,82	-775.700,18
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	4.706,00	4.706,00
Receita Agropecuária				
Receita Industrial			33,50	33,50
Receitas de Serviços	3.475.102,00	3.475.102,00	2.129.604,07	-1.345.497,93
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.475.102,00	3.475.102,00	2.125.550,07	-1.349.551,93
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	4.000,00	4.000,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	54,00	54,00
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	1.684.773,00	1.684.773,00	976.087,09	-708.685,91
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-39.801,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.538.673,00	1.538.673,00	733.525,06	-805.147,94
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	105.850,00	105.850,00	242.113,14	136.263,14
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Ressate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS				
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.236.034,00	6.236.034,00	3.410.889,48	-2.825.144,52
REFINANCIAMENTO				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	6.236.034,00	6.236.034,00	3.410.889,48	-2.825.144,52
DEBITO			803.726.404,30	803.726.404,30
TOTAL	6.236.034,00	6.236.034,00	807.137.293,78	800.901.259,78
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO				
Créditos Adicionais Abertos com Superávit	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de	-	-	-	-
Créditos Cancelados / Injúrias	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS	DESPESAS	DESPESAS	SALDO DA
DESPESAS CORRENTES	723.767.631,00	774.379.611,00	778.978.988,35	745.351.681,89	691.980.913,55	-4.599.377,35
Pessoal e Encargos Sociais	587.412.106,00	639.684.268,00	617.529.603,74	617.529.603,74	572.599.449,24	22.154.664,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	136.355.525,00	134.695.343,00	161.449.384,61	127.822.078,15	119.381.464,31	-26.754.041,61
DESPESAS DE CAPITAL	22.009.150,00	22.009.150,00	28.158.305,43	8.650.020,09	8.383.369,27	-6.149.155,43
Investimentos	22.009.150,00	22.009.150,00	28.158.305,43	8.650.020,09	8.383.369,27	-6.149.155,43
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
RESERVA DO RPPS						
SUBTOTAL DAS DESPESAS	745.776.781,00	796.388.761,00	807.137.293,78	754.001.701,98	700.364.282,82	-10.748.532,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	745.776.781,00	796.388.761,00	807.137.293,78	754.001.701,98	700.364.282,82	-10.748.532,78
TOTAL	745.776.781,00	796.388.761,00	807.137.293,78	754.001.701,98	700.364.282,82	-10.748.532,78

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO				
DESPESAS CORRENTES	3.385.751,86	32.937.105,02	27.511.286,68	27.341.046,22	1.078.183,44	7.903.627,22
Pessoal e Encargos Sociais	6.958,08	-	-	-	6.958,08	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.378.793,78	32.937.105,02	27.511.286,68	27.341.046,22	1.071.225,36	7.903.627,22
DESPESAS DE CAPITAL	4.380.322,43	19.259.585,86	18.327.727,36	18.048.188,20	353.554,78	5.238.165,31
Investimentos	4.380.322,43	19.259.585,86	18.327.727,36	18.048.188,20	353.554,78	5.238.165,31
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.766.074,29	52.196.690,88	45.839.014,04	45.389.234,42	1.431.738,22	13.141.792,53

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31 DE	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	66.838,27	6.054.544,14	5.996.358,21		125.024,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	752,91	752,91	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	66.838,27	6.053.791,23	5.995.605,30	-	125.024,20
DESPESAS DE CAPITAL		2.453.794,74	2.135.088,40	7.281,00	311.425,34
Investimentos	-	2.453.794,74	2.135.088,40	7.281,00	311.425,34
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	66.838,27	8.508.338,88	8.131.446,61	7.281,00	436.449,54

6.5 Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2018
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 20/02/2019
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	3.410.889,48	6.720.621,29	Despesas Orçamentárias	807.137.293,78	759.505.092,13
Ordinárias	-	165.833,07	Ordinárias	636.158.896,77	145.181.588,25
Vinculadas	3.439.682,17	6.565.400,79	Vinculadas	170.978.397,01	614.323.503,88
Educação	244.968,87	663.485,29	Educação	2.118.928,24	491.479.509,92
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.798.559,01	115.600.901,13
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	119.543.414,51	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.194.713,30	5.901.915,50	Recursos de Receitas Financeiras	1.600.003,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-28.792,69	-10.612,57	Operação de Crédito	-	1.017.539,97
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	17.265.328,24	6.225.552,86
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	26.652.164,01	-
Transferências Financeiras Recebidas	858.511.390,55	824.943.144,92	Transferências Financeiras Concedidas	64.379.352,34	65.022.856,02
Resultantes da Execução Orçamentária	808.191.259,33	765.331.683,66	Resultantes da Execução Orçamentária	63.418.911,61	64.136.704,76
Repasse Recebido	744.776.463,12	701.198.595,30	Repasse Concedido	4.115,40	3.616,40
Sub-repasse Recebido	63.414.796,21	64.133.088,36	Sub-repasse Concedido	63.414.796,21	64.133.088,36
Independentes da Execução Orçamentária	50.320.131,22	59.611.461,26	Independentes da Execução Orçamentária	960.440,73	886.151,26
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	46.519.360,81	55.193.077,55	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	452.206,34	46.220,33
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.800.770,41	4.418.383,71	Demais Transferências Concedidas	0,01	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	508.234,38	839.930,93
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	107.832.741,54	59.606.266,78	Despesas Extraorçamentárias	54.100.219,69	61.745.734,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	53.637.419,16	7.309.820,55	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.131.446,61	7.629.481,96
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	53.135.591,80	52.196.690,88	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	45.389.234,42	54.005.144,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	566.162,18	99.755,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	579.538,66	111.107,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	493.568,40	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	252.376,82	-			
Demais Recebimentos	241.191,58	-			
Saldo do Exercício Anterior	11.522.935,32	6.526.584,89	Saldo para o Exercício Seguinte	55.661.091,08	11.522.935,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.522.935,32	6.526.584,89	Caixa e Equivalentes de Caixa	55.661.091,08	11.522.935,32
TOTAL	981.277.956,89	897.796.617,88	TOTAL	981.277.956,89	897.796.617,88

6.6 Demonstrações de fluxos de caixa


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - FUNDAÇÃO
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 EXERCÍCIO 2018
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 20/02/2019
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	72.673.298,63	48.309.771,62
INGRESSOS	862.982.010,61	831.763.521,56
Receitas Derivadas e Originárias	3.410.889,48	6.720.621,29
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	305.164,82	1.176.451,46
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	33,50	-
Receita de Serviços	2.129.604,07	2.148.948,44
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	976.087,09	3.395.221,39
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intra governamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	859.571.121,13	825.042.900,27
Ingressos Extraorçamentários	566.162,18	99.755,35
Transferências Financeiras Recebidas	858.511.390,55	824.943.144,92
Arrecadação de Outra Unidade	252.376,82	-
Demais Recebimentos	241.191,58	-
DESEMBOLSOS	-790.308.711,98	-783.453.749,94
Pessoal e Demais Despesas	-643.358.447,83	-639.169.170,77
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-10.700,00	-5.250,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-40.220,79	-141.296,95
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-123.417.363,73	-126.380.626,89
Saúde	-1.806.564,51	-3.750.651,76
Trabalho	-	-
Educação	-507.863.126,72	-502.502.149,21
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-87.169,00
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-16.770,96	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-9.576.852,39	-6.302.026,96
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-626.848,73	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-81.991.373,15	-79.150.615,25
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intra governamentais	-81.925.719,94	-79.032.479,48
Outras Transferências Concedidas	-65.653,21	-118.135,77
Outros Desembolsos das Operações	-64.958.891,00	-65.133.963,92
Despêndios Extraorçamentários	-579.538,66	-111.107,90
Transferências Financeiras Concedidas	-64.379.352,34	-65.022.856,02
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-28.535.142,87	-43.313.421,19
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-28.535.142,87	-43.313.421,19
Aquisição de Ativo Não Circulante	-28.239.535,87	-43.244.097,39
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-295.607,00	-69.323,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intra governamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	44.138.155,76	4.996.350,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	11.522.935,32	6.526.584,89
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	55.661.091,08	11.522.935,32

6.7 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 à 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 à 16.11), as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 à 10), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações do Órgão Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são formadas pelas Unidades Gestoras da Fundação Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Universitário da FUFSE, sendo elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

6.7.1 Resumo dos principais critérios

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações da FUFSE não apresentam registros em moeda estrangeira.

b) Caixa de equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) depósitos restituíveis e valores vinculados; e (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Os materiais destinados diretamente aos setores de utilização entram e saem do estoque concomitantemente, sendo registrado como despesa.

e) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Correspondem aos lançamentos de despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competências subsequentes. Exemplos: pagamento de seguros e assinaturas e anuidades de periódicos.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens móveis e das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis se inicia a partir do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivo circulante

As obrigações da FUFSE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I – Patrimonial;

II – Orçamentário; e

III – Financeiro.

l) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para FUFSE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a FUFSE, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da FUFSE, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da FUFSE. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.7.2 Principais mudanças de práticas contábeis

A partir do terceiro trimestre de 2018, mais precisamente no final de setembro, houve o confronto dos saldos das contas contábeis “Adiantamento de Décimo Terceiro

Salário”, “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, “Adiantamento de Férias” e “Férias a Pagar”. Com a baixa dos saldos pelo menor valor, tanto o Ativo como o Passivo Circulante apresentaram decréscimo. Até então, esse confronto era realizado somente no final do exercício, passando a ser realizado mensalmente.

6.7.3 Mudanças de estrutura administrativa

No quarto trimestre de 2018 não houve mudanças na estrutura administrativa da FUFSE.

6.7.4 Balanço orçamentário

i) Receitas Orçamentárias

As Receitas Correntes realizadas pela FUFSE durante o ano de 2018 somaram um montante de R\$ 3.410.889,48, apresentando um índice de realização de 54,70%.

As Receitas classificadas como Demais Receitas Correntes ultrapassaram o previsto para ano. De um total previsto de R\$ 105.850,00, foi realizada R\$ 242.113,14, ou seja, 228,73%.

Serviços e Atividades Referentes à Saúde, Outros Serviços, Receita Industrial e Demais Receitas Patrimoniais foram realizadas mesmo sem terem sido previstas. Não houve arrecadação da Receita de capital, seguindo a previsão inicial. Segue tabela com a composição das Receitas Correntes:

Tabela 13 – Composição das Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES	4º Trimestre de 2018		AV	Realização (%)
	Previsão	Realizada		
Receita de Serviços	R\$ 3.475.102,00	R\$ 2.129.604,07	62,44%	61,28%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$ 3.475.102,00	R\$ 2.125.550,07	62,32%	61,17%
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	R\$ 4.000,00	0,12%	-
Outros Serviços	-	R\$ 54,00	0,002%	-
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.684.773,00	R\$ 976.087,09	28,62%	57,94%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ 40.250,00	R\$ 448,89	0,01%	1,12%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$ 1.538.673,00	R\$ 733.525,06	21,51%	47,67%
Demais Receitas Correntes	R\$ 105.850,00	R\$ 242.113,14	7,10%	228,73%
Receita Industrial	R\$ -	R\$ 33,50	0,001%	-
Receita Patrimonial	R\$ 1.076.159,00	R\$ 305.164,82	8,95%	28,36%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$ 1.076.159,00	R\$ 300.458,82	8,81%	27,92%
Demais Receitas Patrimoniais	-	R\$ 4.706,00	0,14%	-
Total	R\$ 6.236.034,00	R\$ 3.410.889,48	100%	54,70%

Fonte: SIAFI 2018

No grupo Receitas Correntes a maior arrecadação está relacionada à Receita de Serviços, seguido de Outras Receitas Correntes e das Receitas Patrimoniais.

Nota-se que houve uma frustração de receitas no exercício de 2018. Essa frustração se dá principalmente por três motivos. O primeiro é a baixa na arrecadação de taxas de expedição de certificados, fornecimento de refeições e inscrições em concursos, classificadas como Serviços Administrativos e Comerciais Gerais.

O segundo é o baixo ingresso das restituições previstas. Fazem parte desta conta, principalmente, as devoluções de salários de pessoal cedido pelos órgãos cessionários e as restituições da parcela devida pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH das contas de água, energia e telefone.

E, por fim, a baixa arrecadação de Receitas com Aluguéis de Imóveis, classificadas como de Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado.

ii) Despesas Orçamentárias

Durante o ano de 2018, referente às Despesas Correntes, de uma dotação atualizada de R\$ 774.379.611,00, ou seja, dos valores fixados nas leis orçamentárias considerando os créditos adicionais e deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos, foi empenhado R\$ 778.978.988,35, representando uma execução de 100,59%.

As Despesas Correntes são formadas principalmente por despesas com Pessoal e Encargos Sociais, sendo complementada por Outras Despesas Correntes. Segue tabela com a composição das Despesas Orçamentárias:

Tabela 14 – Composição das Despesas Orçamentárias

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4º Trimestre de 2018		AV	Execução (%)
	Dotação	Empenhada		
Despesas Correntes	R\$ 774.379.611,00	R\$ 778.978.988,35	96,51%	100,59%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 639.684.268,00	R\$ 617.529.603,74	76,51%	96,54%
Outras Despesas Correntes	R\$ 134.695.343,00	R\$ 161.449.384,61	20,00%	119,86%
Despesas de Capital	R\$ 22.009.150,00	R\$ 28.158.305,43	3,49%	127,94%
Investimentos	R\$ 22.009.150,00	R\$ 28.158.305,43	3,49%	127,94%
Total	R\$ 796.388.761,00	R\$ 807.137.293,78	100%	101,35%

Fonte: SIAFI 2018

Já as Despesas de Capital são formadas exclusivamente por Investimentos. Sua dotação atualizada é de R\$ 22.009.150,00, a qual foi executada o valor de R\$ 28.158.305,43 até o quarto trimestre de 2018, ou seja, 127,94%.

Outro ponto é que, de um total de R\$ 807.137.293,78, referente às despesas empenhadas pela FUFSE, 12,21% foram executadas com o orçamento de outros órgãos por meio do recebimento de créditos orçamentários, ou seja, não fazem parte do total da “Dotação”, visto que nesta só consta os valores referentes ao orçamento da FUFSE.

iii) Restos a Pagar

De um total de R\$ 59.962.765,17 de RPNP inscritos em anos anteriores e em 31/12/2017, foi liquidado e pago um total de R\$ 45.389.234,42 e cancelado R\$ 1.431.738,22. Deste modo, em 31/12/2018, a FUFSE apresentou um saldo de R\$ 13.141.792,53 de restos a pagar não processados (RPNP). Segue tabela com a composição do Saldo dos RPNP:

Tabela 15 – Composição do Saldo dos RPNP

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	4º Trimestre de 2018	AV
Despesas Correntes	R\$ 7.903.627,22	60,14%
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.903.627,22	60,14%
Despesas de Capital	R\$ 5.238.165,31	39,86%
Investimentos	R\$ 5.238.165,31	39,86%
Total	R\$ 13.141.792,53	100%

Fonte: SIAFI 2018

Constata-se que 60,14% do saldo total dos Restos a Pagar Não Processados correspondem a Outras Despesas Correntes, estas formadas principalmente por despesas com Material de Consumo e Outros Serviços de Pessoa Jurídica. O restante, equivalente a 39,86%, pertence ao grupo de Investimentos, formado por Obras e Instalações e Equipamentos e Materiais Permanentes.

Vale ressaltar que a maior parte (94,05%) dos Restos a Pagar da FUFSE refere-se às despesas do Ministério da Educação financiadas com recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, conforme tabela abaixo:

Tabela 16 – Composição do Saldo dos RPNP

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Até o 4º Trimestre de 2018	AV
SIM	R\$ 12.360.503,00	94,05%
Outras Despesas Correntes	R\$ 7.382.936,82	-
Investimentos	R\$ 4.977.566,18	-
NÃO	R\$ 781.289,53	5,95%
Outras Despesas Correntes	R\$ 520.690,40	-
Investimentos	R\$ 260.599,13	-
Total	R\$ 13.141.792,53	100%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Essas despesas se enquadram nas excepcionalidades legais segundo artigo 68, §3º, II, do Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no qual os Restos a Pagar Não Processados permanecem válidos após 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, o que justifica os altos valores.

6.8 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 à 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 à 16.11), as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 à 10), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações do Órgão Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são formadas pelas Unidades Gestoras da Fundação Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Universitário da FUFSE, sendo elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam:

a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- VI. Balanço Patrimonial (BP);
- VII. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- VIII. Balanço Orçamentário (BO);
- IX. Balanço Financeiro (BF); e
- X. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

6.8.1 Resumo dos principais critérios

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações da FUFSE não apresentam registros em moeda estrangeira.

b) Caixa de equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) depósitos restituíveis e valores vinculados; e (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Os materiais destinados diretamente aos setores de utilização entram e saem do estoque concomitantemente, sendo registrado como despesa.

e) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Correspondem aos lançamentos de despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competências subsequentes. Exemplos: pagamento de seguros e assinaturas e anuidades de periódicos.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais

benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens móveis e das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis se inicia a partir do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivo circulante

As obrigações da FUFSE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I – Patrimonial;

II – Orçamentário; e

III – Financeiro.

l) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para FUFSE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a FUFSE, implicando em saída de recursos ou em redução

de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da FUFSE, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da FUFSE. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios Extra Orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.8.2 Principais mudanças de práticas contábeis

A partir do terceiro trimestre de 2018, mais precisamente no final de setembro, houve o confronto dos saldos das contas contábeis “Adiantamento de Décimo Terceiro Salário”, “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, “Adiantamento de Férias” e “Férias a Pagar”. Com a baixa dos saldos pelo menor valor, tanto o Ativo como o Passivo Circulante apresentaram decréscimo. Até então, esse confronto era realizado somente no final do exercício, passando a ser realizado mensalmente.

6.8.3 MUDANÇA DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No quarto trimestre de 2018 não houve mudanças na estrutura administrativa da FUFSE.

6.8.4 BALANÇO PATRIMONIAL

a) Ativo Total

No final do ano de 2018, a Fundação Universidade Federal de Sergipe apresentou um Ativo Total composto pelo Ativo Circulante, com 8,14% de seu total, e pelo Ativo Não Circulante, com 91,86%. Abaixo, segue a composição do Ativo:

Tabela 17 – Composição do Ativo

Ativo	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Ativo Circulante	R\$ 68.949.766,42	R\$ 13.901.523,16	8,14%	395,99%

Ativo Não Circulante	R\$ 778.507.025,53	R\$ 764.045.006,87	91,86%	1,89%
Ativo Total	R\$ 847.456.791,95	R\$ 777.946.530,03	100%	8,94%

Fonte: SIAFI 2018

Nota-se que no ano de 2018, o Ativo Total cresceu 8,94%. Esse aumento se deu principalmente pela nova sistemática de ordens bancárias, neste caso, impactando na folha de pagamento.

b) Ativo Circulante

No dia 31 de dezembro de 2018 foram geradas apenas ordens de pagamentos. Neste caso, só há um registro entre as contas de caixa e equivalentes de caixa, dando baixa da mesma somente quando da geração das ordens bancárias, no primeiro dia útil do mês subsequente. Isso fez com que os recursos financeiros permanecessem no Ativo Circulante, aumentando-o consideravelmente.

O crescimento do Ativo Circulante é justificado também, em menor proporção, pelas férias coletivas que ocorreram na FUFSE. Isso fez com que houvesse registros altos de Adiantamento de 13º e Férias, aumentando os valores classificados como Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

Esses dois motivos foram os que mais impactaram no aumento de 395,99% do Ativo Circulante em relação a 31 de dezembro de 2017, conforme verificado na tabela a seguir:

Tabela 18 – Composição do Ativo Circulante

Ativo Circulante	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 55.661.091,08	R\$ 1 1.522.935,32	80,73%	383,05%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$ 10.196.942,95	R\$ 191.757,25	14,79%	5217,63%
Estoques	R\$ 3.043.457,88	R\$ 2.117.765,19	4,41%	43,71%
VPDS Pagas Antecipadamente	R\$ 48.274,51	R\$ 69.065,40	0,07%	-30,10%
Ativo Circulante	R\$ 68.949.766,42	R\$ 13.901.523,16	100%	395,99%

Fonte: SIAFI 2018

A conta Estoques representa somente 4,41% do Ativo Circulante. O valor dos estoques é formado principalmente pela conta do Almoxarifado – Materiais de Consumo, sendo controlada por suas Contas Correntes, que são os subitens das despesas.

Na FUFSE, as VPDs Pagas Antecipadamente são formadas por pagamentos feitos a empresas fornecedoras de seguros de veículos como a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, de assinaturas de E-books como a Target Engenharia e Consultoria Ltda. e valores referentes licenciamento de veículos. Ela participa com 0,07% do Ativo Circulante.

c) Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante da FUFSE é formado somente pelo Ativo Imobilizado e Intangível, não possuindo valores no Ativo Realizável a Longo Prazo e Investimentos. Abaixo, segue a composição do Ativo Não Circulante:

Tabela 19 – Composição do Ativo Não Circulante

Ativo Não Circulante	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Ativo Realizável a Longo Prazo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Imobilizado	R\$ 777.539.537,31	R\$ 763.532.225,85	99,88%	1,83%

Intangível	R\$ 967.488,22	R\$ 512.781,02	0,12%	88,67%
Ativo Não Circulante	R\$ 778.507.025,53	R\$ 764.045.006,87	100%	1,89%

Fonte: SIAFI 2018

Houve um crescimento de 1,89% durante o ano de 2018, influenciado pelo pequeno crescimento do Ativo Imobilizado, já que ele representava 99,88% de seu total.

O Ativo Imobilizado é composto por Bens Móveis e Imóveis sendo a primeira participando com 15,01% do total do Ativo Imobilizado e a de Bens Imóveis com 84,99%.

O Ativo Intangível participa com apenas 0,12% do Ativo Não Circulante. Ele é composto por Softwares e por Marcas e Patentes, que representam, respectivamente, 84,06% e 15,94% do total do Ativo Intangível, considerando as amortizações acumuladas. Em relação ao final do exercício anterior, o Ativo Intangível cresceu 88,67% motivado pela aquisição de softwares.

6.8.5 Passivo e Patrimônio Líquido

No final do ano de 2018, a FUFSE apresentava um Passivo Total composto pelo Passivo Circulante, com 6,84% de seu total, e pelo Patrimônio Líquido, com 93,16%. Abaixo, segue a composição do Passivo e Patrimônio Líquido:

Tabela 20 – Composição do Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Passivo Circulante	R\$ 57.948.001,51	R\$ 10.898.070,02	6,84%	431,73%
Passivo Não Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	-
Patrimônio Líquido	R\$ 789.508.790,44	R\$ 767.048.460,01	93,16%	2,93%
Passivo e Patrimônio Líquido	R\$ 847.456.791,95	R\$ 777.946.530,03	100%	8,94%

Fonte: SIAFI 2018

O total do Passivo e Patrimônio Líquido apresentou um crescimento de 8,94% no ano de 2018, consequência da variação do Patrimônio Líquido, que tem a maior participação.

6.8.6 Passivo Circulante

O Passivo Circulante da FUFSE é formado por Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo. Abaixo, segue a composição do Passivo Circulante:

Tabela 21 – Composição do Passivo Circulante

Passivo Circulante	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	R\$ 43.078.045,70	R\$ 191.400,00	74,34%	22406,82%
Fornecedores e Conta a Pagar a Curto Prazo	R\$ 5.264.831,87	R\$ 7.632.797,86	9,09%	-31,02%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 9.605.123,94	R\$ 3.073.872,16	16,58%	212,48%
Passivo Circulante	R\$ 57.948.001,51	R\$ 10.898.070,02	100%	431,73%

Fonte: SIAFI 2018

Ele apresentou um crescimento de 431,73%, impulsionado pela variação dos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo. Isso se deveu também pela nova sistemática de ordens bancárias relatada no item 5.1.1, onde as obrigações só foram baixadas com o pagamento no primeiro útil do mês subsequente.

Em relação às Obrigações Contratuais, as que representam a maior parte são com Serviços, 95,24%. São contratos de execução de obras, de serviços de terceirização, de energia, água e telefone, de apoio a projetos de pesquisa, entre outros. Abaixo, segue a composição das Obrigações Contratuais:

Tabela 22 – Composição das Obrigações Contratuais

Obrigações Contratuais	4º Trimestre de 2018	AV
Aluguéis	R\$ 38.256,55	0,03%
Fornecimento de Bens	R\$ 4.979.028,46	4,37%
Seguros	R\$ 413.012,60	0,36%
Serviços	R\$ 108.544.255,58	95,24%
Total	R\$ 113.974.553,19	100%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Os contratos de Fornecimento de Bens correspondem a 4,37% do total e referem-se tanto a materiais de uso e consumo como a bens móveis. Já os contratos de Aluguéis e Seguros somados participam com menos de 1%.

As empresas em que a FUFSE possui os maiores valores contratuais no final de setembro de 2018 são Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S.A., Sercol – Saneamento e Construções LTDA, Fapese – Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe e Erick Lima Machado Mendonça - EPP, com 21,73, 10,63, 9,15 e 8,61%, respectivamente. Somente essas quatro empresas juntas correspondem a mais de 50% do total de contratos a executar.

6.8.7 Passivo Não Circulante

Em setembro de 2018, foram lançados pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região valores de obrigações com Precatórios tanto de Pessoal, referente a salários, remunerações ou benefícios que os servidores tenham direito, como de Terceiros. Esses lançamentos impactaram no Passivo Não Circulante em R\$ 659.796,32, gerando saldo neste grupo que até então não possuía movimentação. Porém, durante o quarto trimestre de 2018, essas obrigações foram baixadas e classificadas como de curto prazo.

6.8.8 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da FUFSE é formado exclusivamente pelos Resultados Acumulados, que corresponde aos resultados acumulados de anos anteriores e do exercício e aos Ajustes de Exercícios Anteriores. Ele participa com 93,16% do total do Passivo. Houve um pequeno crescimento de 2,93%, no Patrimônio Líquido em relação à 31/12/2017.

6.9 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis

Notas Explicativas – Demonstração dos Fluxos de Caixa – 4º Trimestre de 2018

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 à 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 à 16.11), as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 à 10), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações do Órgão Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são formadas pelas Unidades Gestoras da Fundação Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Universitário da FUFSE, sendo elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- a) Balanço Patrimonial (BP);
- b) Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- c) Balanço Orçamentário (BO);
- d) Balanço Financeiro (BF); e
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

6.9.1 Resumo dos principais critérios

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

- a) Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações da FUFSE não apresentam registros em moeda estrangeira.

- b) Caixa de equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) depósitos restituíveis e valores vinculados; e (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Os materiais destinados diretamente aos setores de utilização entram e saem do estoque concomitantemente, sendo registrado como despesa.

e) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Correspondem aos lançamentos de despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competências subseqüentes. Exemplos: pagamento de seguros e assinaturas e anuidades de periódicos.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens móveis e das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis se inicia a partir do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivo circulante

As obrigações da FUFSE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I – Patrimonial;

II – Orçamentário; e

III – Financeiro.

l) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para FUFSE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a FUFSE, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da FUFSE, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da FUFSE. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados

com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.9.2 Principais mudanças práticas contábeis

A partir do terceiro trimestre de 2018, mais precisamente no final de setembro, houve o confronto dos saldos das contas contábeis “Adiantamento de Décimo Terceiro Salário”, “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, “Adiantamento de Férias” e “Férias a Pagar”. Com a baixa dos saldos pelo menor valor, tanto o Ativo como o Passivo Circulante apresentaram decréscimo. Até então, esse confronto era realizado somente no final do exercício, passando a ser realizado mensalmente.

6.9.3 Mudanças de estrutura administrativa

No quarto trimestre de 2018 não houve mudanças na estrutura administrativa da FUFSE.

6.9.4 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público, além de fornecer informações úteis para avaliar a capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

A elaboração da DFC foi elaborada pelo método direto e tem por finalidade evidenciar as movimentações de caixa e de seus equivalentes, os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais estão relacionados com a atividade fim da organização, ou seja, são entradas e saídas de caixa que estão vinculadas à ação pública e os demais fluxos que não se qualificam em investimento ou financiamento. Os fluxos de caixa de investimentos compreendem os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

Até o quarto trimestre, a geração líquida de caixa da FUFSE, em 2018, ficou positiva em R\$ 44.138.155,76, decorrente da movimentação de caixa entre suas atividades operacionais e de investimentos. Comparando com o mesmo período do ano passado, houve uma variação de R\$ 39.141.805,33, já que neste período a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 44.138.155,76.

6.9.5 Atividades das Operações

Ressalta-se que a FUFSE é uma autarquia federal que depende de recursos federais para cumprir a sua missão pública e que a sua arrecadação própria, que tem

origem em algumas atividades como serviços prestados ao longo do exercício, é insuficiente para sua manutenção.

Para subsidiar tal informação, verifica-se que, do total de entradas de caixa da FUFSE no ano de 2018 oriundas de suas atividades operacionais, aproximadamente 99,48% são decorrentes de Transferências Financeiras Recebidas e somente 0,40% são de arrecadação própria, o restante correspondendo aos Ingressos Extra Orçamentários, Arrecadação de Outra Unidade e Demais Recebimentos, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 – Composição dos Ingressos das Atividades das Operações

INGRESSOS	2018	2017	AV	AH
Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 3.410.889,48	R\$ 6.720.621,29	0,40%	-49,25%
Receita Patrimonial	R\$ 305.164,82	R\$ 1.176.451,46	0,04%	-74,06%
Receita Industrial	R\$ 33,50	-	0,000004%	-
Receita de Serviços	R\$ 2.129.604,07	R\$ 2.148.948,44	0,25%	-0,90%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$ 976.087,09	R\$ 3.395.221,39	0,11%	-71,25%
Outros Ingressos das Operações	R\$ 859.571.121,13	R\$ 825.042.900,27	99,60%	4,19%
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 566.162,18	R\$ 99.755,35	0,07%	467,55%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 858.511.390,55	R\$ 824.943.144,92	99,48%	4,07%
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 252.376,82	R\$ -	0,03%	-
Demais Recebimentos	R\$ 241.191,58	R\$ -	0,03%	-
Total	R\$ 862.982.010,61	R\$ 831.763.521,56	100,00%	3,75%

Fonte: SIAFI 2018

Vale destacar que 100% dos ingressos da FUFSE são decorrentes das Atividades das Operações. Já em relação aos desembolsos, elas representam 96,52% de seu total. Abaixo, segue tabela com sua composição:

Tabela 24 – Composição dos Desembolsos das Atividades das Operações

DESEMBOLSOS	2018	2017	AV	AH
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 643.358.447,83	-R\$ 639.169.170,77	81,41%	0,66%
Administração	-R\$ 10.700,00	-R\$ 5.250,00	0,001%	-
Segurança Pública	-R\$ 40.220,79	-R\$ 141.296,95	0,01%	-
Previdência Social	-R\$ 123.417.363,73	-R\$ 126.380.626,89	15,62%	-2,34%
Saúde	-R\$ 1.806.564,51	-R\$ 3.750.651,76	0,23%	-51,83%
Educação	-R\$ 507.863.126,72	-R\$ 502.502.149,21	64,26%	1,07%
Direitos da Cidadania	-	-R\$ 87.169,00	-	-
Gestão Ambiental	-R\$ 16.770,96	-	0,002%	-
Organização Agrária	-R\$ 9.576.852,39	-R\$ 6.302.026,96	1,21%	51,96%
Desporto e Lazer	-R\$ 626.848,73	-	0,08%	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-R\$ 81.991.373,15	-R\$ 79.150.615,25	10,37%	3,59%
Intragovernamentais	-R\$ 81.925.719,94	-R\$ 79.032.479,48	10,37%	3,66%
Outras Transferências Concedidas	-R\$ 65.653,21	-R\$ 118.135,77	0,01%	-44,43%
Outros Desembolsos das Operações	-R\$ 64.958.891,00	-R\$ 65.133.963,92	8,22%	-0,27%
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 579.538,66	-R\$ 111.107,90	0,07%	421,60%
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 64.379.352,34	-R\$ 65.022.856,02	8,15%	-0,99%
Total	-R\$ 790.308.711,98	-R\$ 783.453.749,94	100,00%	0,87%

Fonte: SIAFI 2018

Por se tratar de uma instituição de ensino, os desembolsos com Educação representam 64,26% do total das Atividades das Operações, sendo o principal gasto da FUFSE, seguido pela Previdência Social, que representa 15,62%.

6.9.6 Atividades de Investimentos

Não houve ingressos referentes às Atividades de Investimentos.

Em relação aos desembolsos, houve uma participação de 3,48% de seu total, referente principalmente à aquisição de Ativo Não Circulante.

6.9.7 Atividades de Financiamento

Em relação ao fluxo de caixa das atividades de financiamento, que envolvem empréstimos e amortizações, financiamentos e integralização de capital social, não houve qualquer movimentação no caixa decorrente desses itens.

6.10 Base de preparação das demonstrações práticas contábeis

Notas Explicativas – Demonstração das Variações Patrimoniais – 4º Trimestre de 2018

As Demonstrações Contábeis da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 à 1.137/2008 e nº 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 à 16.11), as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 à 10), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As demonstrações do Órgão Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) são formadas pelas Unidades Gestoras da Fundação Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Universitário da FUFSE, sendo elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);

- II. Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

6.10.1 Resumo dos principais critérios

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações da FUFSE não apresentam registros em moeda estrangeira.

b) Caixa de equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) depósitos restituíveis e valores vinculados; e (iii) outros créditos a receber e valores a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

d) Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Os materiais destinados diretamente aos setores de utilização entram e saem do estoque concomitantemente, sendo registrado como despesa.

e) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Correspondem aos lançamentos de despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competências subsequentes. Exemplos: pagamento de seguros e assinaturas e anuidades de periódicos.

f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais

benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

h) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens móveis e das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis se inicia a partir do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivo circulante

As obrigações da FUFSE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I – Patrimonial;

II – Orçamentário; e

III – Financeiro.

l) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD)

constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para FUFSE e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a FUFSE, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

m) Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da FUFSE, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, em que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

n) Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da FUFSE. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Balanço Financeiro, conforme a Lei 4.320/64, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.10.2 Principais mudanças de práticas contábeis

No terceiro trimestre de 2018, mais precisamente no final de setembro, houve o confronto dos saldos das contas contábeis “Adiantamento de Décimo Terceiro Salário”, “Décimo Terceiro Salário a Pagar”, “Adiantamento de Férias” e “Férias a Pagar”. Com a baixa dos saldos pelo menor valor, tanto o Ativo como o Passivo Circulante apresentaram decréscimo. Até então, esse confronto era realizado somente no final do exercício, passando, a partir de setembro de 2018, a ser realizado mensalmente.

6.10.3 Mudança de estrutura administrativa

No quarto trimestre de 2018 não houve mudanças na estrutura administrativa da FUFSE.

6.10.4 Demonstração das variações patrimoniais

No ano de 2018, a Fundação Universidade Federal de Sergipe apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 23.214.587,95. Em relação ao mesmo período do ano anterior, houve um decréscimo de 42,95%, onde a FUFSE também apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 40.693.055,58.

6.10.5 Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais relevantes foram as Transferências e Delegações Recebidas, que correspondem às Receitas advindas de outros órgãos, representando 99,44% do total. Isso evidencia a dependência financeira da Universidade em relação às transferências de recursos recebidos da União para efetuar os pagamentos de suas despesas. Abaixo, segue sua composição:

Tabela 25 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 2.503.019,94	R\$ 3.325.399,90	0,29%	-24,73%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 93.218,70	R\$ 111.195,00	0,01%	-16,17%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 858.856.058,62	R\$ 827.822.166,59	99,44%	3,75%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 46.740,60	R\$ 1.534.618,43	0,01%	-96,95%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 2.154.391,87	R\$ 4.036.619,03	0,25%	-46,63%
Total	R\$ 863.653.429,73	R\$ 836.829.998,95	100%	3,21%

Fonte: SIAFI 2018

Percebe-se que, apesar do crescimento de apenas 3,75%, ela foi suficiente para que o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas crescesse, devido à sua alta participação.

6.10.6 Variações Patrimoniais Diminutivas

A Variação Patrimonial Diminutiva mais relevante é a de Pessoal e Encargos, representando 60,61% do total. Este grupo inclui as despesas com pessoal ativo relativo aos seus cargos e funções, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Os Benefícios Previdenciários e Assistenciais representam 16,04%, formados principalmente por Aposentadorias, tanto do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

As Despesas com o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo participam com 11,68%, e as Transferências e Delegações Concedidas, com 7,67% do total.

As Variações Patrimoniais Diminutivas classificadas como Financeiras, a Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, as Tributárias e as Outras Variações Patrimoniais Diminutivas correspondem, juntas, a menos de 4% do total. Abaixo, segue Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas:

Tabela 26 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	4º Trimestre de 2018	4º Trimestre de 2017	AV	AH
Pessoal e Encargos	R\$ 509.426.860,67	R\$ 489.920.315,39	60,61%	3,98%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 134.796.188,32	R\$ 126.998.578,67	16,04%	6,14%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 98.199.472,12	R\$ 81.372.283,03	11,68%	20,68%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 37.724,91	R\$ 16.463,19	0,004%	129,15%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 64.436.395,78	R\$ 66.725.773,22	7,67%	-3,43%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	R\$ 1.547.068,13	R\$ 318.404,85	0,18%	385,88%
Tributárias	R\$ 523.850,16	R\$ 676.967,12	0,06%	-22,62%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 31.471.281,69	R\$ 30.108.157,90	3,74%	4,53%
Total	R\$ 840.438.841,78	R\$ 796.136.943,37	100,00%	5,56%

Fonte: SIAFI 2018

Em relação à comparação com o mesmo período de 2017, vale destacar a Variação Patrimonial Diminutiva classificada como Pessoal e Encargos, que apresentou um aumento de R\$ 19.506.545,28. O principal motivo foi o crescimento de R\$ 15.505.324,18 das Despesas com Remuneração a Pessoal, que compreende a remuneração do Pessoal Ativo Civil pelo efetivo exercício de seus cargos e funções.

As despesas provenientes da Prestação de Serviços fornecidas a FUFSE, que fazem parte da Variação Patrimonial Diminutiva classificada como Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo também tiveram um aumento considerável, saindo de R\$ 65.730.138,32 para R\$ 79.957.223,65.

Ambas foram as maiores responsáveis pelo crescimento do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, contribuindo também para a diminuição do Resultado Patrimonial.

